



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

Selmara de Castro Albino

Associativismo negro, redes de solidariedade e protagonismo das mulheres negras:
um estudo sobre as lutas urbanas no bairro Santa Cândida, em Juiz de Fora, nos anos 1980

Juiz de Fora

2024

Selmara de Castro Balbino

Associativismo negro, redes de solidariedade e protagonismo das mulheres negras:
um estudo sobre as lutas urbanas no bairro Santa Cândida, em Juiz de Fora, nos anos 1980

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Serviço Social.

Área de concentração: Serviço Social e Sujeitos Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Elizete Menegat

Juiz de Fora

2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Balbino, Selmara de Castro.

Associativismo negro, redes de solidariedade e protagonismo das mulheres negras: um estudo sobre as lutas urbanas no bairro Santa Cândida, em Juiz de Fora, no anos 1980. / Selmara de Castro Balbino. -- 2024.

165 f. : il.

Orientadora: Elizete Maria Menegat

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2024.

1. Racismo. 2. Mulheres negras. 3. Associativismo negro. 4. Movimentos sociais urbanos. 5. Bairro Santa Cândida, 1980. I. Menegat, Elizete Maria, orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA



ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Nº PPG: 116

Formato da Defesa: () presencial (X) virtual () híbrido

Ata da sessão (X) pública () privada referente à defesa da (X) dissertação () tese intitulada "Mulheres Negras e Redes Solidárias Bairro Santa Cândida um estudo sobre ocupação de loteamento Cesário Alvim", para fins de obtenção do título de (X) mestra(e) () doutor(a) em Serviço Social, área de concentração: Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social, pelo(a) discente **SELMARA DE CASTRO BALBINO** (matrícula 102150245 - início do curso em 15/04/2021), sob orientação da Prof.(a)Dr.(a) Elizete Maria Menegat.

Ao 14º dia do mês de outubro do ano de 2024, às 18 horas, de forma totalmente online, reuniu-se a Banca examinadora da (X) dissertação () tese em epígrafe, aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós- Graduação, conforme a seguinte composição:

Titulação Prof(a) Dr(a) / Dr(a)	Nome	Na qualidade de:
Profa Dra	Elizete Maria Menegat	Orientadora
Profa Dra	Monica Aparecida Grossi	Titular interno
Profa Dra	Ana Claudia de Jesus Barreto	Titular externo
Profa Dra	Sabrina Pereira Paiva	Suplente interno
Prof Dr	Marildo Menegat	Suplente externo

*Na qualidade de (opções a serem escolhidas):

- Membro titular interno
- Membro titular externo
- Membro titular externo e Coorientador(a)
- Orientador(a) e Presidente da Banca
- Suplente interno
- Suplente externo
- Orientador(a)
- Coorientador(a)

*Obs: Conforme §2º do art. 54 do Regulamento Geral da Pós-graduação stricto sensu, aprovado pela Resolução CSPP/UFJF nº 28, de 7 de junho de 2023, "estando o(a) orientador(a) impedido(a) de compor a banca, a presidência deverá ser designada pelo Colegiado".

AVALIAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

Tendo o(a) senhor(a) Presidente declarado aberta a sessão, mediante o prévio exame do referido trabalho por parte de cada membro da Banca, o(a) discente procedeu à apresentação de seu Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-graduação Stricto sensu e foi submetido(a) à arguição pela Banca Examinadora que, em seguida, deliberou sobre o seguinte resultado:

(X) APROVADO

() REPROVADO, conforme parecer circunstanciado, registrado no campo Observações desta Ata e/ou em documento anexo, elaborado pela Banca Examinadora

() APROVADO CONDICIONALMENTE, sendo consenso da banca de que esta ata é provisória e condicional

10/12/2024, 10:30

SEI/UFJF - 1981812 - PROPP 01.2: Ata de defesa c/ aprovação condicional

Novo título da Dissertação/Tese (só preencher no caso de mudança de título):

Associativismo negro, redes de solidariedade e protagonismo das mulheres negras: um estudo sobre as lutas urbanas no Bairro Santa Cândida, em Juiz de Fora, nos anos 1980.

Observações da Banca Examinadora caso haja necessidade de anotações gerais sobre a dissertação/tese e sobre a defesa, as quais a banca julgue pertinentes

Banca realizada por webconferência, conforme PORTARIA PROPP/UFJF N° 53, DE 02 DE JANEIRO DE 2024.

Descrição de todas as condicionalidades para a aprovação (só preencher no caso de Aprovação Condicional):

Nada mais havendo a tratar, o(a) senhor(a) Presidente declarou encerrada a sessão de Defesa, sendo a presente Ata lavrada e assinada pelos(as) senhores(as) membros da Banca Examinadora e pelo(a) discente, atestando ciência do que nela consta.

INFORMAÇÕES

Para fazer jus ao título de mestre(a)/doutor(a), a versão final da dissertação/tese, considerada Aprovada, devidamente conferida pela Secretaria do Programa de Pós-graduação, deverá ser tramitada para a PROPP, em Processo de Homologação de Dissertação/Tese, dentro do prazo de de 60 ou 90 dias, para discentes aprovados condicionalmente, a partir da data da defesa. Após o envio dos exemplares definitivos, o processo deverá receber homologação e, então, ser encaminhado à CDARA.

Se as condições descritas nesta ata não forem atestadamente atendidas dentro do prazo de 90 dias, a aprovação condicional será convertida em reprovação.

Esta Ata de Defesa é um documento padronizado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. Observações excepcionais feitas pela Banca Examinadora poderão ser registradas no campo disponível acima ou em documento anexo, desde que assinadas pelo(a) Presidente(a).

Esta Ata de Defesa somente poderá ser utilizada como comprovante de titulação se apresentada junto à Certidão da Coordenadoria de Assuntos e Registros Acadêmicos da UFJF (CDARA) atestando que o processo de confecção e registro do diploma está em andamento.



Documento assinado eletronicamente por **Elizete Maria Menegat, Professor(a)**, em 21/10/2024, às 15:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Claudia de Jesus Barreto, Usuário Externo**, em 23/10/2024, às 09:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Monica Aparecida Grossi Rodrigues, Professor(a)**, em 28/10/2024, às 14:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Selmara de Castro Balbino, Usuário Externo**, em 31/10/2024, às 11:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Uffj (www2.uffj.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1981812** e o código CRC **AEBBA35A**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter me concedido a graça da dádiva tão preciosa que é a vida, além de força e sabedoria para contemplar a vitória. E por, na minha trajetória, ter me presenteado com grandes amigas e com o moço.

À minha mãe, Maria Lúcia, por ter me ensinado o mais importante para uma mulher preta: a lutar, a acreditar, a sonhar e a confiar. Uma mulher que consegue manter a sua fé inalterada mediante os momentos difíceis da vida. Sem dúvida, mãe, existe muito de você em mim. Ao meu pai, por ser um grande artesão e por sua imensa paciência com a vida.

Ao meu super mais novo irmão Júnior que conquistou o meu coração desde o dia em que chegou da maternidade.

À minha querida e amada sobrinha Yasmin; à minha Tia Luciléia, Tia Irineia, Tia Lucimar, Tia Iramar; aos meus primos, Hugo de Castro, João Pedro de Castro Balbino, as primas Ana Elisa, Sabrina e à minha madrinha Luiza Xavier e aos meus demais parentes das famílias Castro e Balbino.

Às minhas amigas Paulinha Graciele, Claudia Maximo, Fernanda Trogo, Ângela, Suzana Roberta, Eliane, Paula e Dina, Lilia, Lineia e às meninas do grupo do zap ‘Sonhos, Alegres e Afins!’.

Ao professor Leonardo Carneiro: você deixou saudade em nossos corações. Fique em paz.

À professora Mônica Grossi, uma querida parceira.

À professora Elizete Maria Menagat pela sua paciência, parceria, confiança, orientação e por seu super coração. A vida quis que nos encontrássemos.

Aos professores e às professoras da minha querida Escola Municipal Santa Cândida e da Universidade Federal de Juiz de Fora.

À minha querida amiga, Adenilde Petrina, pelo apoio, conselhos e orientações. Sinto-me extremamente grata por tê-la como Griot e por ter me feito compreender o verdadeiro sentido da Ancestralidade.

A todos os funcionários da Funalfa, em especial, do Departamento de Cultura e Território, Azarias; Ana Júlia Larissa; Luísa; Silvânia; Fábio Marcus, pelo carinho, apoio e cumplicidade.

Às minhas irmãs negas pretas amadas e queridas de militância: Mariana Gino; Giovana Castro; Giane Elisa Sales de Almeida; Maria Luiza Iginio Evaristo; Sheila

Gonçalves; Gilmaria Mariosa; Fabiana Gomes de Souza; Jussara Alves; Silvânia; Joyce; Ana Paula; Rita Felix e Emmanuella.

Às minhas companheiras e companheiros do Curso Preparatório Luisa Mahin. Em especial, às coordenadoras Ana Virgínia; Ana Claudia; Denise; Joyce; Diomara; Eliana; Fernanda; Ingrid e Silvânia.

Gostaria de agradecer, ainda, ao apoio de Sandra, coordenadora do Instituto Casa Cirene Candanda.

Por fim, a todos os militantes do Movimento Negro do Brasil, pois o que vivenciamos no presente só foi possível pela trajetória de lutas de nossos antepassados. Os nossos passos vêm de muito longe. Depois de quarenta cinco anos de luta, fomos ouvidos e atendidos: dia 20 de novembro, Dia de Zumbi dos Palmares, feriado nacional. Uma vitória do nosso povo preto.

Vozes-Mulheres

*A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdida.*

*A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.*

*A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela*

*A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.*

*A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.*

*A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.*

(Conceição Evaristo)

RESUMO

Nesta dissertação, consideramos que as raízes do racismo e da escravização da população negra encontram-se indissociavelmente ligadas ao colonialismo e à expansão do capitalismo no século XVI. A divisão racial entre brancos e negros, entre supostamente superiores e supostamente inferiores, fundou, na modernidade, uma “forma de poder da colonialidade”. (QUIJANO, 2005, p. 118). Desde então, no Brasil, a população negra foi subordinada a formas de opressão e miséria que, em vários momentos, colocaram em risco sua sobrevivência. Neste sentido, o objeto deste estudo é o protagonismo das mulheres negras em associações, mobilizações e redes de solidariedade constituídas como formas de resistência da população negra, em distintos momentos da história. Para este estudo, optamos pelo recorte do protagonismo das mulheres negras nas irmandades religiosas durante a escravidão, na formação de redes de sobrevivência no período pós abolição e, com maior profundidade de dados, nas mobilizações de moradores do bairro Santa Cândida, nos anos 1980.

Palavras chave: racismo; mulheres negras; associativismo negro; movimentos sociais urbanos; Bairro Santa Cândida, 1980.

ABSTRACT

In this dissertation, we consider that the roots of racism and the enslavement of the black population are inextricably linked to colonialism and the expansion of capitalism in the 16th century. The racial division between whites and blacks, between supposedly superior and supposedly inferior, founded, in modernity, a “form of coloniality power”. (QUIJANO, 2005,p. 118). Since then, in Brazil, the black population has been subordinated to forms of oppression and misery that, at various times, have put their survival at risk. In this sense, the object of this study is the leading role of black women in associations, mobilizations and solidarity networks established as forms of resistance by the black population throughout history. For this study, we chose to focus on the leading role of black women in religious brotherhoods during slavery, in the formation of survival networks in the post-abolition period and, with greater depth of data, in the mobilizations of residents of the Santa Cândida neighborhood in the 1980s.

Keywords: racism; black women; black associations; urban social movements; Santa Cândida neighborhood, 1980.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mina do bairro Santa Cândida	74
Figura 2 – Mina do bairro Santa Cândida	75
Figura 3 – População da área urbana de Juiz de Fora (ano 2010).....	80
Figura 4 – Cor/Raça dos moradores	81
Figura 5 – CRAS de Referência	82
Figura 6 – Raça/Território Socioassistencial.....	82
Figura 7 – Atendimento CRAS Leste Vitorino Braga	83
Figura 8 –Território com maior atendimento do CREAS	83
Figura 9 – Divisão por renda per capita/ CRAS Leste Vitorino Braga	84
Figura 10 – Festa Junina do bairro Santa Cândida	91
Figura 11 – Emenda	92
Figura 12 – Mobilização e Reivindicação dos moradores.....	94
Figura 13 – Escola Municipal Santa Cândida	95
Figura 14 – Parte interna da escola.....	96
Figura 15 – Placa de Inauguração da escola.....	96
Figura 16 – Antigo salão da catequese	96
Figura 17 – Lote de ocupação no bairro Santa Cândida.....	101
Figura 18 – Lote de ocupação no bairro Cesário Alvim	101
Figura 19 – Moradores da ocupação no bairro Santa Cândida.....	102
Figura 20 – Lote família ocupantes	102
Figura 21 – Lote	103
Figura 22 – Moradora Marilda Marque em frente ao seu lote ocupado	104
Figura 23 – Moradora Maria da Glória Ezequiel em frente a sua moradia	104
Figura 24 – Moradora Solange Augusta em sua moradia com tijolos	105
Figura 25 – Loteamento dos moradores Wilson e Lindaura	105
Figura 26 – Fundos da moradia ocupada.....	106
Figura 27 – Ocupante Jussara Menezes e sua família	106
Figura 28 – Casebre de tábuas da Sra Marlene	107
Figura 29 – Casebre de pequenas tábuas da Sra Maria Dorcelina	107
Figura 30 – Moradia de Juarez Borges e a visão do Centro da cidade.....	108
Figura 31 – Maria Aparecida Dutra e o começo de sua moradia	108
Figura 32 – Família da moradora Helena de Jesus.....	109

Figura 33 – Moradia externa do loteamento.....	109
Figura 34 – Moradia compartilhada	110
Figura 35 – Moradora Elizabeth.....	110
Figura 36 – Lote desocupado	111
Figura 37 – Divisória para separação de cômodos.....	111
Figura 38 – Moradores em frente ao lote sem construção	112
Figura 39 – Lote do senhor José Batista dos Santos	112
Figura 40 – Construção da moradia de Pedro dos Santos Severino	113
Figura 41 – Declínio de moradia	113
Figura 42 – Resto da moradia decaída	114
Figura 43 – Portão da Escola Municipal Santa Cândida	115
Figura 44 – Antigo posto de saúde do bairro Santa Cândida	115
Figura 45 – Família de Natalina Balbino	117
Figura 46 – Entrega das casas pelo prefeito Carlos Alberto Bejani	121
Figura 47 – Discurso de inauguração pelo prefeito Bejani	122
Figura 48 – Parte da caixa d’água	122
Figura 49 – Vila Bejani 415	123
Figura 50 – Residência da família Balbino	123
Figura 51 – Culinária Artesanal	123
Figura 52 – Antigo Campo do Grotão nos dias atuais	141
Figura 53 – Reportagem do jornal impresso da época	143
Figura 54 – Imagens da antena telefônica após mobilização	148
Figura 55 – Mobilização da comunidade	149
Figura 56 – Entrevista na televisão Professor Antônio Carlos Lemos.....	149
Figura 57 – Poesia Lição de Participação	150
Figura 58 – Mãe de aluno da escola	151
Figura 59 – Reivindicação dos alunos no Calçadão.....	151
Figura 60 – Elenize diretora da escola Municipal Santa Cândida.....	152
Figura 61 – Cidade de Juiz de Fora observada pelo bairro Santa Cândida	158

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEIS	Áreas de Especial Interesse Social
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPS	Índice de Progresso Social
ONU	Organização das Nações Unidas
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PDP	Plano Diretor Participativo
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RP	Regiões de Planejamento
SAS	Secretaria de Assistência Social
SEMBES	Secretaria Municipal de Bem-Estar Social
SEPPPOP	Secretaria de Planejamento do Território e Participação Popular
SPM	Sociedade Pró-Melhoramentos
UBS	Unidade Básica de Saúde
ZEIS	Zonas de Especial Interesse Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	RACISMO, VIOLÊNCIA E MULHER NEGRA.....	16
2.1	SOBRE A IDEIA DE RAÇA E AS ORIGENS DA DIVISÃO RACIAL NA MODERNIDADE.....	16
2.2	RACISMO EPISTÊMICO.....	18
2.3	SEXISMO, RACISMO E MULHER NEGRA	21
2.4	MULHER ESCRAVIZADA TRABALHO E REPRODUÇÃO.....	26
2.5	A FUNCIONALIDADE DO RACISMO: DE ESCRAVIZADOS A EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA.....	32
3	IRMANDADES RELIGIOSAS, MULHERES NEGRAS E REDES DE SOLIDARIEDADE NO SISTEMA ESCRAVISTA.....	39
3.1	COLONIZAÇÃO, IGREJA E IRMANDADES RELIGIOSAS	47
3.1.1	Santos negros e festas religiosas	51
4	DEPOIS DA ABOLIÇÃO: ASSOCIATIVISMO NEGRO E RESISTÊNCIA EM JUIZ DE FORA	56
4.1	NOTAS SOBRE O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO URBANA DOS NEGROS LIBERTOS E A FORMAÇÃO DE REDES DE SOLIDARIEDADE.....	56
4.2	ASSOCIATIVISMO NEGRO EM JUIZ DE FORA (MG)	58
5	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E O PROTAGONISMO DAS MULHERES NEGRAS NOS ANOS 1980	70
5.1	SEGREGAÇÃO SOCIAL, RACIAL E TERRITORIAL NA CIDADE.....	71
5.1.1	Sobre o conceito de periferia	73
5.1.2	Zonas de Especial Interesse Social – ZEIS	77
5.2	A ZONA LESTE DE JUIZ DE FORA É NEGRA.....	78
5.2.1	Juiz de Fora e população negra	79
5.2.2	CRAS Leste: território socioassistencial e população negra	81
5.3	MOBILIZAÇÕES DE MORADORES DO BAIRRO SANTA CÂNDIDA NOS ANOS 1980: O PROTAGONISMO DAS MULHERES NEGRAS	85
5.3.1	Mulheres negras, sororidade e dororidade	85
5.3.2	Lutas urbanas e mulheres negras.....	86

5.3.3	A construção da Igreja Católica do Bairro Santa Cândida	90
5.3.4	A Escola Santa Cândida	94
5.3.6	A Rádio Mega FM	98
5.3.7	O Movimento Hip Hop	99
5.4	O PROTAGONISMO DAS MULHERES NEGRAS NA LUTA PELA TERRA URBANA: O CASO DA OCUPAÇÃO NO BAIRRO CESÁRIO ALVIM.....	100
5.4.1	Memória familiar da ocupação do loteamento Cesário Alvim e direito à Moradia da Família Balbino.....	117
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
	REFERÊNCIAS	127
	APÊNDICE	133
	EXCURSO – A TRAJETÓRIA DE UMA MENINA PRETA CRIADA E EDUCADA NA PERIFERIA DE ZONA LESTE, BAIRRO SANTA CÂNDIDA.....	133
	Iniciando o despertar para algumas coisas na vida!	137
	Fazendo amizades duradouras	137
	A Nossa Diretora Dona Naile.....	139
	A quinta série!!	139
	Alguns assuntos amordaçados chegam de repente!	141
	Eu pensava que todos os gays eram ricos	142
	Tempos de mudança para a oitava série!	143
	A inteligência e criatividade da minha mãe sempre me encantaram!	144
	Adolescência e parte da minha vida adulta.....	146
	Uma pequena história de luta que nasceu dentro dos portões da escola Municipal e espalhou pelas ruas do bairro e foi para na cidade	147
	Chegando próximo à minha formatura!	152
	Uma pequena homenagem à minha comunidade	156
	ANEXO.....	159
	EMENDA POPULAR REFORMA AGRARIA Nº 52	159

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação, como requisito do Programa de Pós-Graduação- Mestrado em Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), objetiva compreender o processo sócio-histórico de organização e fortalecimento da população negra em diferentes momentos a partir da diáspora africana. Para isso, serão analisadas as irmandades religiosas, além de alguns diferentes moldes de associações negras na cidade de Juiz de Fora (MG).

A escolha do tema provém de experiências pessoais da autora, como moradora da cidade de Juiz de Fora no bairro Santa Cândida, assim como de sua militância no movimento negro frente à construção da luta antirracista. O interesse por essa temática surgiu, a partir de seus questionamentos ao longo de sua formação acadêmica, frente ao racismo epistêmico, instigando-a a uma abordagem política e crítica na investigação das condições de vida e de existência da população negra no Brasil e, mais precisamente, em Juiz de Fora (MG). Deste modo a sua vivência como mulher negra e moradora de periferia proporcionou-lhe uma compreensão aprofundada dos códigos sutis das manifestações violentas do racismo presentes no cotidiano.

Nesta perspectiva, este trabalho entende como extremamente importante se ater ao período em que os escravizados se organizaram para conquistar a liberdade; estar com as famílias (fossem sanguíneas ou não); construir redes de solidariedade em que mulheres negras alimentavam crianças que, necessariamente, não eram as suas. Alguns recorreram à justiça para comprar a sua própria carta de alforria e, assim, conquistarem a sua liberdade.

Importante lembrar que, por mais que a autora tenha sua vivência cercada por grandes historiadoras na esfera da militância, essa pesquisa se encontra respaldada no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas na Linha de Sujeitos Sociais. Assim, no desenvolvimento deste trabalho será problematizado como o sistema escravista se alimentou, retendo fio a fio a natureza humana, desumanizando a população negra, principalmente as mulheres, em que não lhes eram permitidas vivenciar nem um pouco de alívio mesmo durante o período da gestação.

Para tal, o presente trabalho, além desta Introdução, desdobrou-se em quatro capítulos realizados a partir de uma revisão bibliográfica, que desempenhou um papel essencial ao aprofundar a compreensão do processo sócio-histórico relacionado ao objeto de estudo, que se concentra na população negra, suas irmandades e em alguns meios do associativismo negro em Juiz de Fora (MG), especificamente na população moradora do bairro Santa Cândida, localizado na região leste da cidade.

O foco da pesquisa são as mulheres, predominantemente negras, e o protagonismo que elas assumiram no espaço urbano, como, por exemplo, a ocupação no Bairro Cesário Alvim, também localizado na zona leste da cidade.

O segundo capítulo refere-se à ideia de raça atrelada à modernidade como uma “forma de poder da colonialidade”. (QUIJANO, 2005, p. 118). Surge daí a estrutura do poder e do capitalismo, em que as mulheres negras, além de serem escravizadas, foram tomadas como reprodutoras em condição de total precariedade. Também será abordado o racismo epistêmico sob a visão de mundo imposta pelos europeus.

Clóvis Moura (1959, p. 14) afirma que “a população negra foi o grande suporte do sistema escravista com toda a sua estrutura baseada na agricultura de grande porte”. Moura ainda aponta que os negros conseguem desestabilizar a rotina de trabalho mediante as constantes fugas.

O terceiro capítulo refere-se à formação das irmandades religiosas idealizadas por brancos e a importância dos santos negros e as festas religiosas, em que a população negra conseguiu construir uma grande rede de solidariedade que ultrapassou séculos e resguardou a cultura negra afro-brasileira.

O quarto capítulo refere-se à presença do associativismo negro em Juiz de Fora (MG) com os clubes negros e outras formas de resistência dentro do território.

O quinto e último capítulo traz ao debate a segregação social e racial. Através de dados relacionados ao CRAS da região leste da cidade de Juiz de Fora, são apresentadas informações relacionadas à população negra que possui vínculo com a instituição. Traz ainda a mobilização de moradores do bairro Santa Cândida nos anos de 1980 e uma breve discussão sobre sororidade e o protagonismo das mulheres negras na luta pela terra na cidade, demonstrando a grande presença de negros dentro da ocupação e a incansável luta para se conseguir onde morar.

Por fim, é compartilhado o excerto relacionado à história de vida da autora.

2 RACISMO, VIOLÊNCIA E MULHER NEGRA

2.1 SOBRE A IDEIA DE RAÇA E AS ORIGENS DA DIVISÃO RACIAL NA MODERNIDADE

Quando realiza a análise das estruturas biológicas, dos traços corporais dos povos não brancos que são colocadas como referência básica para exclusão dos negros e das negras, Quijano (2005, p. 117) traz “a ideia de raça, em seu sentido moderno”. O autor aborda o tempo histórico de colonização da América junto ao processo de formação das identidades e das relações sociais dos povos, que produziu a diversidade étnico-racial e social. Além disso, ressalta que isso acentuou a diferença entre os dominados e dominantes, objetivando o controle dos corpos e do trabalho com foco na conquista e no poder.

A raça é colocada por Quijano (2005) como uma categoria mental da modernidade. O autor também explica que essa ideia era inexistente antes da modernidade e foi fundada nas supostas estruturas biológicas dos dois diferentes grupos. Destaca ainda que essa realização da leitura dos deciframentos dos códigos relacionados à construção da categoria racial foi possivelmente realizada em um espaço geográfico, ou seja, nos territórios, pois os negros eram peças fundantes para a movimentação da economia. Dessa forma, eles eram subjugados ao trabalho não remunerado se tornando de fato a raça colonizada. A partir dessa classificação e separação dos traços baseados nos fenotípicos na cor da pele, transformaram os brancos em instrumentos e símbolos de denominação e idealização da beleza e do poder, além da busca perfeita pelo controle e técnicas de exploração.

Essa classificação social da população marcou os conquistados e conquistadores, ou seja, os que trazem à tona a lógica dos superiores *versus* inferiores. Desse modo, os conquistados, geográfica e subjetivamente ocupam os lugares preenchidos por preconceito e violência por sua caracterização cultural e fenotípica e os conquistadores são aqueles que gozam de privilégios por conta de serem brancos. Tal classificação, ao longo de todo processo histórico, vem se transformando e se mantendo como “forma de poder da colonialidade”. (QUIJANO, 2005, p. 118)

A América utiliza a ideia de raça para impor a dominação através das conquistas, da explanação do colonialismo com a condução das ideias eurocêntricas e da divisão do mundo em europeus e não europeus. Sendo assim, a raça se materializou como um dos critérios

estruturantes para a distribuição da população mundial, transformando-se em um instrumento de dominação universal.

Quijano (2005) discorre sobre a nova estrutura e principais formas de controle do trabalho no capitalismo e demonstra que a formação da história da América está diretamente solidificada nas formas de controle do trabalho e sua exploração. Também mostra como a distribuição desses produtos resultou no capital-salário e como esse controle ocorreu por meio da produção, apropriação e distribuição dos produtos. Isso porque as mercadorias produzidas eram direcionadas para o consumo do mercado mundial, além de que o tempo/espaço eram articulados com capital e com o mercado, surgindo um novo padrão global de controle do trabalho. Assim, desse novo cenário, manifestam-se novas características estruturais históricas.

A nova estrutura global utiliza do conceito de raça e divisão racial de forma conectada. Mesmo que uma não dependa da outra para existir, fez com que os espanhóis e os portugueses fossem classificados como raças dominantes que podiam ser remunerados pelos seus trabalhos. Enquanto à população negra e indígena era apenas permitida a produção de mercadorias. Assim, surge a estrutura da colonialidade, do poder e do capitalismo mundial.

Quijano (2005) também explica que a América institui o seu poder no controle do comércio por conta de sua localização geográfica e de teorias raciais que foram usadas como justificativa para a dominação dos corpos e do trabalho, facilitando o acúmulo do ouro, da prata e das demais mercadorias. A dominação e a exploração de classe, de raça, de gênero se desdobram e se qualificam no processo de trabalho e, para Quijano (2005, p. 119), “essa exploração se sobrepôs no controle de trabalho de um grupo específico, mais especificamente os negros, que tiveram sua força de trabalho associada ao trabalho não pago.”

Criou-se a idealização do trabalho em conjunto com a divisão racial, em que se determinou que o homem branco era merecedor de ser pago por seu trabalho fazendo com que, ao mesmo tempo, os não brancos não devessem ser remunerados, pois eram considerados inferiores. Isso desencadeou uma classificação social e racial da colonialidade do poder no sistema capitalista.

Quijano (2005) explica que a modernidade é comum em todas as culturas e temporalidades. Segundo o autor, traz consigo um conflito de interesses sociais. Independente do marco temporal, o capital está presente para fortalecer o caráter colonial e toda a sua lógica de dominação social e política sob Estados formalmente independentes: “O eurocentrismo do capitalismo colonial/moderno foi, nesse sentido, decisivo para o destino do processo da modernidade entre a Europa e o resto do mundo.” (QUIJANO, 2005, p. 25)

Diante de sua análise, podemos dizer que essa configuração de mundo baseada no eurocentrismo não está relacionada somente ao meio do trabalho, mas às relações sociais, já que esse processo histórico de divisão de raças contribuiu para que hoje a população negra e indígena se encontre em um cenário marcado pela discriminação. Além disso, que ocupe lugares marcados por conflitos, violência, baixa qualidade de vida, analfabetismo, fome, saúde precária, miséria, pobreza, falta de moradia e de subsídios para uma vida digna.

2.2 RACISMO EPISTÊMICO

Por meio do processo de colonização, com práticas de extermínio e rapto dos corpos e do imaginário da população negra, o território do continente africano foi invadido e saqueado, leiloado e repartido. Riquezas e múltiplas possibilidades de formas de trabalho e a não liberdade foram exploradas, impulsionadas por total violência.

Oliveira (2023) destaca que os colonizadores caucasianos produziram e impuseram uma “consciência planetária”. “na construção da “consciência planetária” do europeu, que usa a história natural para compor não apenas uma cartografia do diferente, mas construir sua própria identidade.” (OLIVEIRA, 2023, p.23). Esta é considerada superior ao europeu, que não permite nenhuma possibilidade de equiparação existencial. Para o europeu é preciso aniquilar, ou seja, reduzir a nada todo aquele que é diferente. O europeu, por meio da constante necessidade de dominação, apaga qualquer forma de conhecimento que possibilite a validação da população negra, ou em outras palavras, podemos dizer que realizada uma *performance* de apagamento, mesmo que existam resquícios, o colonizador sufoca, cala e, por fim, silencia até que se perca a vida do colonizado. No entanto, a maquiagem é tão perfeita que provoca dúvidas da sua própria existência. E, para essa “consciência planetária” ser sustentada, são construídas teorias e ideologias, desenhando e determinando imaginários e estereótipos.

Assim, a “consciência planetária” traça o saber científico e impera no formato de pensamento do mundo. Essa conquista territorial e científica é pautada pela anulação e pelo aniquilamento do que não é igual a ele, que será classificado e descrito a seguir:

Com efeito, na sua classificação da diversidade humana, Lineu divide o Homo sapiens em quatro raças: americano, que o próprio classificador descreve como moreno, colérico, cabeçudo, amante da liberdade, governado pelo hábito, tem corpo pintado. Asiático: amarelo, melancólico, governado pela opinião e pelos preconceitos, usa roupas largas. Africano: **negro, flegmático, astucioso, preguiçoso, negligente, governado pela vontade de seus chefes (despotismo),**

unta o corpo com óleo ou gordura, sua mulher tem vulva pendente e quando amamenta seus seios se tornam moles e alongados. Europeu: branco, sanguíneo, musculoso, engenhoso, inventivo, governado pelas leis, usa roupas apertadas. Como Lineu conseguiu relacionar a cor da pele com a inteligência, a cultura e as características psicológicas num esquema, sem dúvida, hierarquizante, construindo uma escala de valores nitidamente tendenciosa? (MUNANGA, s/d, apud OLIVEIRA, 2023, p.23).

É possível observar que a única raça/cor em relação à qual as mulheres são citadas e descritas é a negra, com detalhes específicos em relação à descrição do órgão genital. Isso deprecia o ato de cuidar, objetificando esses corpos e tendendo a demonstrar como se fosse algo de sua própria natureza, pois pertence ao grupo de negros.

Outro aspecto que merece destaque é que todas as formas de manifestação do racismo, seja ele epistêmico, institucional ou na esfera cotidiana, retiram fio a fio a nossa humanidade. Uma das consequências do racismo epistêmico não é apenas a desvalorização total do conhecimento de outras sociedades não europeias, mas a construção de sociedades que têm como marcador central a questão cor/raça. Um dos exemplos é a sociedade brasileira, com suas especificidades, em que o modelo escravocrata conduzirá as relações sociais em todas as suas esferas.

Em uma sociedade “racializada” e fortemente marcada pela tradição colonial, o racismo opera, dentre outras formas, para destituir sua vítima da condição humana. Esse exercício diário transforma as pessoas em seres incapazes de reconhecer a dor do outro. O negro é inferior pela sua condição de ex-escravo, cabendo-lhe as migalhas do produto do trabalho, embora tenha, por mais de 300 anos, trabalhado forçadamente sem receber nada por isso. Assim operou a ideologia dominante na colonização, que ainda está presente no imaginário social. (ALMEIDA, 2014, p. 150).

Para Aparecida Sueli Carneiro (2018), a sociedade brasileira é regida a partir de um contrato racial denominado como “dispositivo de racialidade/biopoder” que vai orquestrar todas as esferas das relações sociais. Podemos pensar que as diretrizes da sociedade serão definidas pela população não negra que ocupa o centro do poder e determina o uso da violência tendo em vista a dominação.

Carneiro (2018) destaca também que o termo “epistemicídio” se relaciona à marginalização do conhecimento e da epistemologia de certos grupos sociais. Se pensarmos que a biologia e a genética constituíram e elaboraram os arquetípicos de raça, a mesma lógica será utilizada para delimitar essa dimensão do poder na sociedade brasileira, herdeira de um país colonial escravocrata:

A formulação de Boaventura Sousa Santos acerca do epistemicídio torna possível apreender esse processo de destituição da racionalidade, da cultura e civilização do

Outro. É o conceito de epistemicídio que decorre, na abordagem deste autor sobre o *modus operandi* do empreendimento colonial, da visão civilizatória que informou, e que alcançou a sua formulação plena no racismo do século XIX. (CARNEIRO, 2018, p. 96).

A partilha do território do continente africano ocorre a partir da centralidade da usurpação, imposição de poder visando o processo de dominação da hegemonia europeia. O “Outro-europeu” é caracterizado pela sua força, exército e suposta superioridade científica.

Castiano (2010), professor moçambicano e integrante do corpo docente de Filosofia na Universidade Pedagógica de Moçambique, vai explicar o encontro entre diferentes culturas principalmente como nasce o eu-europeu no encontro com o eu-africano demonstrando a capacidade marcante dos europeus de destroçar corpos, mentes e territórios:

O Eu-africano reconhece o Outro-asiático num primeiro momento pelo interesse deste nas trocas comerciais. Quando este Outro-asiático chega à costa do Oceano Índico, traz na sua bagagem especiarias da Ásia e outras mercadorias (às quais os portugueses chamaram por «quinquilharias» para mostrar a superioridade do seu «negócio»). O interesse para o encontro entre ambos estava claro: negociar. O valor máximo que este Outro-asiático traz é a troca de «quinquilharias». [...] O Eu-africano soube, sem muito esforço, integrar o Outro-asiático no seio da sua própria cultura. O Eu-africano mostra assim que a sua civilização é uma das mais elevadas em termos de «abertura» para com as outras culturas. O Eu-africano, neste primeiro encontro com o Outro-asiático, não só comprou as mercadorias, mas também absorveu e adoptou a cultura e as instituições que estavam por trás destas mercadorias. É assim que encontramos hábitos, costumes e até línguas e religiões de origem asiáticas entre os povos habitantes na costa do Oceano Índico. [...] Trata-se do encontro com o Outro-europeu. Este novo encontro foi de natureza política e não comercial. O novo outro-europeu introduz no encontro duas noções que poluíram o diálogo de parceiros intersubjectivos: são as noções de propriedade privada e de nacionalidade. São estas duas noções que mudaram por completo o ambiente natural de diálogo entre as culturas passando agora para uma espécie de diálogo que era, de facto, um monólogo. Rousseau tinha razão quando, no seu Discurso sobre as Desigualdades, sustenta que o primeiro passo, a acção mais primitiva que provocou as desigualdades entre os homens, foi dado quando pela primeira vez um homem cercou um pedaço de terra e gritou: isto é, meu! De facto, o Outro-europeu, quando chegou, viu imensa terra africana aparentemente desocupada e, na sua mentalidade de apropriação, pensou que não pertencia a ninguém. Primeiro foi ao longo da costa onde foi demarcando pedaços de terra deixando sinais de que ele teria por lá passado. Depois começou a exploração do interior seguindo ora os rios, ora os traços do ouro, ora o traço dos escravos. Por onde passou, foi demarcando, dividindo, apropriando-se das terras e das suas gentes. Foi dizendo: Isto é nosso! Referindo-se com o termo «nosso» à sua nação portuguesa, francesa ou inglesa [...] O Eu-africano transformara-se de um parceiro comercial, primeiro em escravo, depois em trabalhador forçado colonizado e por fim em subdesenvolvido. (CASTIANO, 2010, p. 196-197).

O racismo epistémico, desse modo, vai procurar eliminar o valor da produção do conhecimento dos grupos considerados não eurocêntricos e impor a superioridade do padrão europeu de ciência.

2.3 SEXISMO, RACISMO E MULHER NEGRA

De acordo com Silvia Federici (2017), o termo “mulher” é uma categoria de pesquisa que, sem trazer o recorte de raça/cor, justifica o que é ser mulher na sociedade capitalista, em que a dominação dos corpos femininos favorece aos homens, seja em relação aos seus bens quanto aos seus desejos sexuais.

Em “A Bruxa e a Calibã”, a autora traz a questão de como as mulheres que foram queimadas possuíam conhecimento dos seus corpos, das práticas abortivas e dos benefícios da natureza. Era comum naturalizar práticas de muita violência, humilhações, difamações, punições em espaços públicos, pois esses mesmos corpos visavam exclusivamente à satisfação sexual.

Havia ainda a exploração da mão de obra executada por mulheres brancas e de seus corpos. Muitas caucasianas realizavam o trabalho de amamentar os bebês de outras famílias. Cabe-se destacar que eram os esposos que recebiam o pagamento por essa função. Em suma, desde o início, foi necessário tornar dócil o corpo da mulher para que fosse produzido valor por meio da dominação. E, por isso, era necessário ter a presença de um corpo masculino para representá-las simbolizando o poder e controle.

Federici (2017) recupera para o leitor momentos na história e destaca que, na Idade Média, as mulheres europeias avançaram na sociedade. Chegaram a conviver com outras mulheres em ocupações com sua prole, além de desempenhar todos os tipos de papéis para fazer com que aqueles lugares funcionassem e se desenvolvessem. Em diferentes áreas do conhecimento algumas mulheres conseguiram ter acesso e, por isso, passaram a se destacar. Por exemplo, ocuparam espaços como docentes escolares ou como cirurgiãs, competindo efetivamente com homens diplomados em faculdades e, em alguns casos, se sobressaindo.

No século XIV, as mulheres também estavam tornando-se professoras escolares, bem como médicas e cirurgiãs, e começavam a competir com homens formados em universidades, obtendo em certas ocasiões uma alta reputação. Dezesseis médicas – dentre elas várias mulheres judias especializadas em cirurgia ou terapia ocular – foram contratadas no século XVI pela prefeitura de Frankfurt, que, como outras administrações urbanas, oferecia à sua população um sistema público de saúde. (FEDERICI, 2017, p.64).

No campo da obstetrícia, sobressaíram mulheres médicas e parteiras, disponibilizavam os seus serviços a partir da admissão por serviço público ou se sustentando por meio de recebimento de pagamento por pacientes, ou seja, de uma maneira mais autônoma: “Após a introdução da cesariana no século XIII, as obstetras eram as únicas profissionais que

praticavam.” (OPTIZ, 1996, pp. 370-1). Esses exemplos ilustram a significativa presença e a influência das mulheres europeias em diferentes esferas desde a Idade Média. Porém, esses corpos femininos conseguem demonstrar serem capazes de sobreviverem, aprenderem, ensinarem. Sem uma presença masculina, passam a representar uma ameaça principalmente em relação à igreja e à virilidade masculina. Dessa forma, os templos das igrejas passaram a reprimir e a perseguir as mulheres não submissas. Pregavam discursos opostos aos movimentos pagãos que valorizavam a sabedoria e o conhecimento dessas mulheres.

Isso porque era de total interesse da igreja que os homens permanecessem na centralidade do poder. As mulheres que tivessem a ousadia de participar dos ofícios eram silenciadas com acordos. Mediante a esse cenário, são implementadas as práticas de estupros, pois era extremamente necessário aniquilar aquelas mulheres que subvertiam os padrões.

Federici (2017) nos explica ainda que as mulheres brancas eram excluídas, caluniadas dentro dos círculos sociais com predominância inglesa e que, antes da legalização da escravidão, não podiam trabalhar nem realizar afazeres domésticos dentro das moradias, pois não eram consideradas dignas. Ao mesmo tempo, os homens caucasianos, mantenedores de propriedade, as repeliam e fugiam da possibilidade de matrimônio.

Essas mulheres brancas, despossuídas de bens materiais e morais, trabalhavam lado a lado com as mulheres negras nas plantações, compartilhando as dificuldades da jornada de trabalho. Com o processo de escravização estabelecido, essas mulheres caucasianas, antes rejeitadas, passaram a ser valorizadas e reconhecidas socialmente. Desse modo, tornam-se esposas e até donas de propriedades.

Federici (2017) chega a trazer o seguinte apontamento direcionado à questão das relações da separação sexual do trabalho: “no interior das colônias e dos laços que podiam ser estabelecidos ali entre mulheres europeias, as indígenas e as africanas em virtude de uma experiência comum de discriminação sexual.” (FEDERICI, 2017, p. 215)

Isso aproxima as mulheres brancas dos homens caucasianos trazendo para muitas renegadas a possibilidade real de gerenciar e ter acesso a algum tipo de *status* social. Algumas dessas mulheres passam a ter a posse de escravos e escravas, com a possibilidade latente de não apenas mandar e desmandar nesses corpos, como também castigar:

Entretanto, com a institucionalização da escravatura, que veio acompanhada por uma diminuição da carga laboral para os trabalhadores brancos e por uma queda no número de mulheres vindas da Europa como esposas para os fazendeiros, a situação mudou drasticamente. Fosse qual fosse sua origem social, as mulheres brancas ascenderam de categoria, esposadas dentro das classes mais altas do poder branco. E, quando se tornou possível, também se tornaram, donas de escravos, geralmente

de mulheres, empregadas para realizar o trabalho doméstico. (ibidem). (FEDERICI, 2017, p. 216)

Federici (2017) traz uma informação de suma importância relacionada à questão da manutenção da força vital dessas mulheres negras: elas recebiam uma porção inferior de alimento se comparado aos homens negros escravizados. Como essas mulheres que, de sol a sol, se submetiam a um trabalho extremamente desgastante e exaustivo, com uma grande perda de energia física e mental, resistiam e arranjavam forças para realizarem as suas habituais rotinas laboratoriais?

Até a abolição do tráfico de escravos, como foi documentado por Barbara Bush e Marietta Morrissey, tanto as mulheres como os homens eram submetidos ao mesmo grau de exploração; os agricultores achavam mais lucrativos fazer os escravos trabalharem e “consumi-los” até a morte do que estimular sua reprodução. Nem a divisão sexual do trabalho, nem as hierarquias sexuais eram, então, pronunciadas. Os homens africanos não podiam decidir nada sobre o destino de suas companheiras e familiares, enquanto para as mulheres, longe de terem uma consideração especial, esperava-se que trabalhassem nos campos assim como os homens, especialmente quando a demanda de açúcar e de tabaco era alta. Elas também estavam sujeitas a castigos cruéis, até quando estavam grávidas (BUSH, 1990, pp.42-4) [...] Dava-se menos comida às mulheres; diferentemente dos homens, elas eram vulneráveis aos ataques sexuais de seus senhores; e eram-lhes infligidos castigos mais cruéis, já que, além da agonia física, tinham que suportar a humilhação sexual. (FEDERICI, 2017, p. 223).

Desse modo, qualquer possibilidade de aproximação por meio de solidariedade no ambiente de trabalho entre as mulheres brancas de baixo poder aquisitivo e as mulheres negras é rompido a partir do demarcador racial da legalização da escravidão e as suas medidas legais jurídicas e punitivas. E todos meios de violência passam a ser projetados e executados nos corpos dos escravizados, principalmente, das mulheres negras que, para além de se sujeitarem aos serviços forçados, podiam ser acusadas de feitiçaria e bruxarias. Assim, os processos de expropriação de terras, a divisão social do trabalho, a divisão sexual em gênero feminino e masculino e a divisão racial em brancos e negros encontram-se na gênese e na estruturação do sistema de exploração capitalista.

Em outras palavras, um sistema fundado na hierarquia masculina ocorre por meio do “falo” que elabora a exclusão das mulheres de certos postos e desqualifica a sua capacidade física e intelectual de realizar ofícios; leva-as para os cárceres e as transforma em prostitutas deixando-as em estado vulnerável à loucura e instituído a família na centralidade do home

Isso é o que ocorreu no século XIX, quando as respostas ao surgimento do socialismo, à Comuna de Paris e à crise de acumulação de 1873 foram a “Partilha da África” e a invenção da família nuclear na Europa, centrada na dependência

econômica das mulheres aos homens – seguida da expulsão das mulheres dos postos de trabalho remunerados. (FEDERICI, 2017, p. 36).

Dentro da ilha, a presença de mulheres negras se transformará em um grande demarcador no comércio interno. Isso porque a permissão de famílias negras ter acesso ou obter regime comodata de algum pedaço de terra para fazer a sua roça e poder plantar se faz presente não apenas no Caribe como, também, no Brasil. Muitas cativas recebiam autorização de vender e negociar produtos produzidos dessa forma.

Federici (2017) explica que mulheres negras sempre possuíram essa relação forte com a negociação, seja trocando ou vendendo alimentos, objetos ou produtos. Isso se dá desde o continente africano pelos ancestrais e foi uma prática disseminada pela prática e oralidade, adaptadas em diferentes países da diáspora africana.

No caso específico do Caribe, proporcionou que as escravizadas no século XVIII criassem uma rede de comércio de mantimentos. Isso teve o seu início na ilha perante as necessidades básicas de sobrevivência das mulheres negras escravizadas que se viam obrigadas a garantir o sustento de sua prole.

[...] As mulheres africanas e *creoles* influenciaram os costumes das mulheres brancas, pobres, que, de acordo com a descrição de um contemporâneo, se comportavam como africanas, caminhando com os filhos amarrados aos quadris enquanto equilibravam bandejas de produtos em suas cabeças (Beckles, 1989, p.81). No entanto, sua principal conquista foi o desenvolvimento de uma política de autossuficiência, que tinha como base as estratégias de sobrevivência e as redes de mulheres. Estas práticas e os valores a elas ligados, que Rosalyn Terborg Penn (1995, pp.3-7) identificou como os princípios fundamentais do feminismo africano contemporâneo, redefiniram a comunidade africana da diáspora. Elas criaram não apenas as bases de uma nova identidade feminina africana, mas também as bases para uma nova sociedade comprometida- contra a tentativa capitalista de impor a escassez e a dependência como condições estruturais de vida- com a reapropriação e a concentração nas mãos das mulheres dos meios fundamentais de subsistência, começando pela terra, pela produção de alimentos e pela transmissão intergeracional de conhecimento e cooperação. (FEDERICI, 2017, 230-231).

Em diferentes espacialidades territoriais, que mantiveram economicamente por meio da escravidão diaspórica em que sujeitos negros foram coisificados e objetificados, as mulheres negras escravizadas foram subjugadas particularmente mediante todos os procedimentos de tortura física e psicológica. Era preciso questionar: “Não sou eu uma mulher?” como o fez Sojourner Truth, no ano de 1851, e lembrada em um encontro de mulheres em Ohio, nos Estados Unidos, em 2013. Ângela Davis, em “Mulheres e Raça”, afirma:

Arei a terra, plantei, enchi os celeiros, e nenhum homem podia se igualar a mim! Não sou eu uma mulher? Eu podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem

– quando eu conseguia comida – e aguentava o chicote da mesma forma! Não sou eu uma mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maioria ser vendida como escrava e, quando chorei em meu sofrimento de mãe, ninguém, exceto Jesus, me ouviu! Não sou eu uma mulher? (DAVIS, 2013, p. 49).

A maternidade das escravizadas era sempre em péssimas condições de higienização, com ausência de descanso, com a presença de castigo e com a rotina de trabalhos exaustivos. Isso quando esses embriões conseguiam nascer e sobreviver nas terras da Colônia brasileira. Assim, a crueldade ao qual foram submetidas as mulheres negras atravessou gerações e chegou aos quatinhos de empregada.

O ano de 1869 é de grande representatividade, pois passa a ser proibida a venda dos filhos menores de 15 anos. É importante lembrar que tanto na Colônia quanto no Império, aos 12 anos, as meninas e os meninos já participavam da dinâmica dos trabalhos pesados acompanhando os seus pais ou escravizados adultos. Ariza (2019) nos explica que referentes ao espaço doméstico, as crianças escravizadas, desempenhavam uma gama de responsabilidades, incluindo afazeres obrigatórios como alguns exemplos servir a mesa, varredura, coser e prestar assistência nos cuidados pessoais dos membros mais velhos da família. Essas responsabilidades, muitas vezes desgastantes, eram realizadas nos lares das famílias possuidoras de muitos bens, mas também nos armazéns urbanos, em que as crianças podiam prestar serviços para ajudar nas atividades comerciais, como recepção aos clientes e organização de mercadorias. A limpeza era apenas uma das muitas tarefas que essas crianças assumiam.

Conforme Ariza (2019) nos espaços rurais, era possível encontrar esses pequeninos escravizados nas lavouras apesar da sua estatura óssea corporal estarem em fase de desenvolvimento e não suportarem os instrumentos de trabalhos como a enxada da labuta da monocultura. Eles eram capazes de realizar colheitas e roçar com as mãos, cuidar das hortaliças e de alguns animais. Resumidamente, não existia uma possibilidade ampliada de vivenciar a infância para os filhos e filhas de mercadorias da diáspora Africana.

Os pequenos escravizados ficavam à mercê de castigos e punições. Há registros de que até as crianças brancas apanhavam, o que explicita a violência como o principal vetor condutor daquela sociedade. Importante enfatizar que outra forma de ganho monetário, com a existência dos corpos das crianças negras, eram os sequestros do próprio continente Africano, em que eram transportadas como carga. Dessa forma, diferentes espaços dos navios eram aproveitados: “Comerciantes de escravos, assim, podiam atulhar de crianças africanas suas embarcações, completando com elas o espaço não ocupado por adultos e ampliando os seus ganhos mesmo que com “carga” de menor valor.” (ARIZA, 2019, p. 173)

Ariza (2019) nos relata a ausência de registro referente às crianças geradas por mulheres negras e ressalta que, apenas, com a Lei do Ventre Livre, em 1871, esses gurus e essas gurias passam a ser contabilizados de forma considerada legal e tornaram-se pauta de debate no Império.

Por mais que tragamos equiparações das condições de mulheres brancas e mulheres negras (e até com homens negros), não conseguimos apreender como as mulheres negras escravizadas, livres e cativas lutaram por sobrevivência. Como permanecerem vivas e mantiveram os seus filhos gerados de seus ventres respirando...

Podemos ousar responder a partir da existência de um esforço individual, grupal e coletivo na medida do possível e, posteriormente, a busca por liberdade seja ela por fuga, negociação ou mediante pagamento.

2.4 MULHER ESCRAVIZADA TRABALHO E REPRODUÇÃO

Em “Localizando a Mulher Escravizada no Mundo do Trabalho”, Sousa, Tardivo e Haack (2021) trazem apontamentos de grande relevância para o debate sobre a dificuldade do reconhecimento das populações escravizadas como trabalhadoras nas pesquisas e nas narrativas desenvolvidas no campo da história social do trabalho no Brasil.

Contudo, o texto estabelece mais especificamente a importância da questão de gênero para a descrição das vivências das mulheres negras escravizadas. Podemos observar que essas mulheres negras, para além das violências submetidas em relação aos seus corpos e à sua prole, apontam para uma ausência de reconhecimento de sua humanidade resultante do racismo:

houve, entre muitos especialistas da escravidão, uma percepção de um “modo de vida escravo” como se estes agentes fossem destituídos de gênero, em análises que partiam unicamente de suas vivências da condição jurídica. Machado tem se destacado como uma das pesquisadoras a evidenciar esta diferença das experiências de trabalho, vida familiar, cidadania, cotidiano e, sobretudo, maternidade, para mulheres escravizadas nos estudos voltados ao Brasil. (SOUSA; TARDIVO; HAACK, 2021, p. 55).

Diante de tais ponderações, não é difícil compreender como esses corpos foram objetificados e utilizados, reutilizados pelos senhores e senhoras escravocratas brasileiros, exercendo variadas funções. Machado (2018) explica que surge uma nova história que recompõe o papel dessa família pós-atlântico, a partir da realidade de uma mulher trabalhadora escravizada que vai passar por diferentes formas de violência. “Para o papel da

maternidade na escravidão, devemos, assim, considerar o fato de que homens e mulheres escravizados experienciavam o sistema a partir de lugares distintos, sendo submetidos a diferentes níveis de opressão.” (MACHADO, 2018, p. 334)

O corpo da mulher preta foi (re)utilizado de diferentes formas com o objetivo de fornecer recursos monetários. Os escravocratas, no Brasil Colônia, tinham como opção alugar as suas escravas para realizar diferentes formas de atividades nas ruas como quitandeiras, cozinheiras, mucamas e comerciantes. Isso concedia a essas mulheres uma maior possibilidade de transitar nos espaços públicos. Também as alugavam para prestar serviços em pequenas manufaturas ou para realizar trabalhos domésticos nas casas de outros senhores. Ainda encontramos a presença de mulheres escravizadas nas plantações, para além da casa-grande e a senzala. “Diferentemente dos homens cativos, era característico do cotidiano escravo feminino a jornada de trabalho para o seu senhor, e a jornada de trabalho para os seus companheiros de cativeiro”. (SOUSA, TARDIVO HAACK 2021 p.58)

De acordo com o “Dicionário da Escravidão e Liberdade”, o sistema escravista da América Inglesa beneficiava-se não apenas da fonte de trabalho realizado pela mulher escravizada, mas também do domínio absoluto sobre o seu corpo, uma vez que ela era uma trabalhadora e reprodutora de mão de obra escravizada.

Conforme Machado (2018), Jennifer Morgan, precursora dos estudos referentes a gênero e à maternidade na escravidão, aponta que tal modelo foi construído para as colônias inglesas. E, dentro do cenário inglês, essa dualidade de produção de riqueza sobre a mulher se transforma no “próprio *locus* da escravidão”:

[...] Seja estimulando a reprodução, seja negligenciando-a, os senhores de escravos tinham sempre que considerar essa questão em suas estratégias de produção de riqueza. Em momentos em que o tráfico atlântico supria adequadamente as demandas, os senhores tendiam a explorar mais o trabalho produtivo, se negando a oferecer as condições mínimas para reprodução. Para o Brasil, em diferentes épocas e lugares, não são raros os documentos que mencionam a existência de mulheres realizando trabalhos pesados às vésperas do parto, ou relatos que explicam como mulheres deram à luz na roça enquanto carregavam pesos desproporcionais. Viajantes descreveram escravizadas com filhos muito pequenos, que iam para roça amarrados às costas da mãe, e esta passava o seio por cima do ombro ou por baixo do braço, de forma a não parar de trabalhar nem mesmo para amamentar. Há relatos de mães atarefadas na faina agrícola que, para garantir que a criança não sofresse acidentes, a enterravam de pé, deixando apenas a cabeça de fora. Outras tinham que deixar os seus filhos sob a guarda de mulheres velhas ou acidentadas, que os alimentavam com papas indigestas. Era comum que jovens mulheres recém-paridas, desnutridas e exaustas, procurassem amamentar seus filhos/as durante a noite, oferecendo-lhes, assim alguma chance de sobrevivência num cenário de alta mortalidade neonatal e infantil. (Dicionário da Escravidão e Liberdade, 2018, p. 337).

O sistema escravocrata brasileiro produziu e reproduziu atrocidades. As crueldades praticadas com as mulheres escravizadas demonstram que a função do trabalho sobrepunha qualquer possibilidade de humanidade sob a ótica e a lógica do sistema escravocrata.

Além disso, os desmandos dos senhores, a violência dos capatazes, a própria figura dos homens negros como companheiros, a vingança das senhoras, a falta de insalubridade das senzalas e a grande exposição aos trabalhos forçados e seus castigos não poderiam ser ignorados.

Para uma mulher negra grávida, por exemplo, não era algo simples sobreviver à gestação e ao parto. E, para essa mulher escravizada, não era permitido parar de produzir. Era, assim, uma “mão de obra” que carregava em sua barriga uma outra “mão de obra” cujo valor monetário ainda não teria sido calculado.

Não lhe restava alternativa, a não ser uma busca entre os seus pares por sobrevivida, sobrevivência e resistência, o que explicita o surgimento de protoformas de construções de bases de redes de apoio. Uma luta evidente para tentar manter aquela criança negra viva. Observamos que é dentro do período escravocrata que é iniciada a batalha desumana de mulheres negras para amamentar sobreviver as conjunturas daquela realidade e cuidar de estar de alguma forma seus filhos sejam eles sanguíneos ou não.

Além do trabalho árduo em condições extremamente vulneráveis, Maria Odila afirma que “tanto nos engenhos de açúcar como nas fazendas de café, as escravas grávidas não se livraram dos castigos violentos – como os pontapés na barriga aplicados pelos capatazes – que, muitas vezes, eram responsáveis pela morte do bebê dentro da mãe” (DIAS, 2012, p. 33 apud SOUSA, TARDIVO HAACK 2021)

De acordo com a historiografia, observamos que, mesmo em diferentes regiões do continente, havia a mesma regra jurídica sobre o corpo da mulher negra que permitia desdobramentos da violência, pois era direcionado por um modelo de produção escravocrata.

Na Inglaterra, o termo jurídico *partus sequitur ventrem* (o princípio de que o filho e a filha seguem o ventre da mãe) pode ser traduzido como mãe escravizada; filho escravo. Tal justificativa era utilizada sobre o corpo das escravizadas de forma exaustiva, pois passam a ser as principais mantenedoras de mercadoria escrava para os brancos. O fato de engravidarem se transformou em um mecanismo de sucesso para a presença de mais escravos que, por sua vez, garantiam rentabilidade e negociações monetárias.

Nas colônias inglesas, essa justificativa era utilizada sobre o corpo das escravizadas para além da sua mão de obra de forma exaustiva. Elas passaram a ser as principais fornecedoras de mercadoria escrava para os brancos.

Também, no Brasil Colônia e no Império, o mesmo princípio era utilizado em condições de total desumanidade. Aqui, as condições jurídicas dos filhos das escravizadas tenderam a mudar somente com a Lei do Ventre Livre, que, na verdade, instaurou outro cenário para os senhores permanecerem com os que nasceram libertos.

Assim, ao mesmo tempo, surgiu uma nova fase de esperança e de ameaças para essas mulheres escravizadas e os seus familiares. Os autores destacam que as amas de leite negras escravizadas exerciam trabalho importante na esfera da reprodução na sociedade. Mulheres trabalhadoras eram obrigadas, inúmeras vezes, a renunciar à amamentação dos seus próprios filhos.

Um aspecto imprescindível ao exercício da maternidade, constitutiva parte do trabalho reprodutivo das mulheres escravizadas, foi o trabalho como amas de leite, largamente difundido por todo Brasil. Acreditamos que o trabalho como amas, presente nos cenários urbano e rural, e as tensões advindas dessa função tão requisitada pelas classes senhoriais, constituem um campo fértil para entender de que maneira a reprodução pôde, também no Brasil, ser considerada um trabalho exigido dessas mulheres. (SOUSA; TARDIVO; HAACK, 2021, p. 68).

Assim, não é difícil confirmar que o cuidado com as mulheres negras escravizadas era inexistente e viviam na mais pura violência e humilhação. Como, por exemplo, vulneráveis ao estupro, típico das sociedades que possuíam mão de obra escrava. Prática amparada no imaginário construído a partir de uma ótica direcionada aos princípios eurocêntricos que autorizava a violação dos corpos dessas mulheres, além de culpabilizá-las pela violência sofrida:

[...] interpretação adotada pelo abolicionismo inglês e assumida como realidade por autores como Gilberto Freyre –, quase sempre a culpa do abuso era atribuída às vítimas. O diário de um administrador e proprietário de escravos na Jamaica dos finais do século XVIII revela como a violência sexual era endêmica. Um castigo muito comum, aplicado às escravas faltosas, era o estupro individual ou coletivo. Mesmo na sociedade mais estável e segregada do Sul dos EUA, o estupro constituía prática usual. Analisando os depoimentos de escravizados/as e libertos/as, Andrea Livesey mostrou o quanto o abuso sexual era corriqueiro e o que acarretava na vida dessas mulheres e de sua prole. (Dicionário da Escravidão, Mulher, corpo e Maternidade 2018, p. 338).

Por outro lado, as mulheres brancas eram idealizadas como carinhosas e frágeis, exemplos de feminilidade e, na grande maioria das vezes, a sociedade as transformava em emblema de pureza. Porém, quem nutre, cuida e zela é a mulher negra. E, quando exerciam atividades remuneradas fora do âmbito doméstico, as “escravas de ganho” garantiam renda aos senhores e senhoras. Sabendo que lidávamos com um alto índice de mortalidade de

mulheres e crianças negras pelas condições de violência extremas e pelas insalubridades típicas do sistema escravista, é importante destacar que:

[...] confrontadas com situações de opressões particularmente cruéis, as mulheres escravizadas resistiram. Foi sua resiliência que permitiu a sobrevivência de seus filhos /as, companheiros e delas próprias. Ser capaz de vencer enormes dificuldades, estabelecer vínculos de afeto, nutrir seu filho – ou filho de outra mulher morta no parto, vendida em separado ou incapacitada –, foram tarefas realizadas com grande generosidade e persistência. Ao focar a vida das mães escravas, a historiadora Sasha Turner chamou a atenção para o silêncio das fontes a respeito das durezas enfrentadas pela mulher e pela mãe escravizada. Num relato comovente, uma mãe escravizada, enquanto mantida às suas mãos ocupadas no trabalho, vê, apenas pelo canto dos olhos, passar o corpo de seu filho morto nos primeiros meses de vida. A criança, que fora colocada sob a guarda de outra mulher, falecera, provavelmente devido à substituição do leite materno por uma alimentação inadequada. Nem nesse trágico dia a mãe havia sido liberada do trabalho! (Dicionário da Escravidão e Liberdade, 2018, p. 340).

Atualmente, as redes de cuidados são encontradas nas periferias, onde, muitas vezes, uma ou duas mulheres negras cuidam de certa quantidade de crianças por valores acessíveis para as mães trabalharem. Esse formato mostra que a mulher negra não pode parar de trabalhar para olhar o seu próprio filho e isso, como vimos, foi herdado do período escravocrata.

Totalmente afastadas de qualquer possibilidade de doçura e delicadeza, resta, para o imaginário, apenas o animalismo e as teorias científicas para justificar a extrema violência contra os corpos de mulheres negras e dos que nasciam dos seus ventres. Sua capacidade de gerar vida é historicamente punida, os seus corpos tornam-se uma garantia de produção de lucro por meio da exploração da sua força de trabalho.

O desejo de dominação desse corpo negro é acompanhado com o seu silenciamento. E provocar esse sofrimento ultrapassa os altos custos do processo da escravização quando se trata dos corpos de mulheres negras. Essa personalidade que morre, porém não se rende e se transforma em uma mártir negra, como, por exemplo, na figura da Escravizada Anastácia, uma heroína daquela ordem vigente.

Como as técnicas tradicionais de violência não obtêm o resultado desejado com Anastácia, era preciso expor esse poder e dominação para todos. Escravos libertos ou não precisavam admirar o seu senhor pela sua força e virilidade. Quantas mães negras, hoje, continuam vendo os seus filhos passarem mortos pelo canto dos olhos por meio da violência obstétrica ainda praticada dentro dos hospitais mesmo mediante a tantas lutas e reivindicações do movimento negro? Quantas mães negras assistem os seus filhos mortos serem mortos por

uma bala perdida devido à violência policial? Ou a patroa coloca a criança da empregada sozinha no elevador e ela termina morta...

Podemos pensar apenas por um minuto quantas mães pretas que estavam trabalhavam naqueles arredores ou no próprio prédio em que a mãe do Miguel trabalhava e viram aquele pequeno corpo pela fresta dos cantos dos seus olhos. A dor sentida pela não mais existência física de Miguel... Permanecemos como a letra da canção de nossa lendária Elza Soares, “a carne mais barata do mercado é carne negra”!!!!

Há uma grande diferença nos dias atuais: os nossos antepassados conquistaram para nós a tão sonhada liberdade! E inúmeros avanços e conquistas advêm do movimento negro. Porém, os nossos corpos negros, historicamente objetificados, permanecem desvalorizados e são facilmente desumanizados. Corpos que são arrastados por camburões, sufocados até perder o ar. Não adianta gritar, não adianta avisar nem pedir para parar.

Para refletirmos um pouco mais sobre algo que foi estruturado a partir da ótica escravista e da pós-abolição, permanecemos lutando na atualidade pela valorização de nossas vidas negras. O trecho a seguir foi retirado do e-book da Roza Cabinda - Dos sentidos da liberdade à liberdade:

A velha rua de S. Rita [...] era, a princípio, ocupada quase que por gente de vida airada. Ainda menino, vi por aquelas janelinhas rostos que me impressionaram, convém dizer, bem mal. – Logo no começo da rua uma papuda á direita. À esquerda uma tal Lima (lima passada), velha mulata, sarda ou manchada de escuro. Mais adiante outras mulheres da mesma ordem e classe conhecidas por alcunhas desagradáveis: Anninha Tamanduá, Florência Gambá, Ninha Touca, Merencia, Messias e principalmente uma tal senhora Fructosa, cor de cinza velha. Esta, além do mais, era tida por mestra em feitiços. [...]. Só a Fructuosa possuía tal varinha de condão, e, por isso, embora de físico repugnante, era procurada. Em tal rua, como é de presumir, reinava a desordem. Ali, pela primeira vez, vi cair um homem esfaqueado para não mais levantar-se. [...] Contam que um dia o ‘engenheiro’, nos seus planos de melhoramentos de Juiz de Fora, dissera a seu bom auxiliar e filho, 19 Francisco, o benemérito coronel Halfeld: - ‘Qual Frrrancisco. Esta xente não serfe bara nata’ (ESTEVEES, LAGE, 1915, p. 165 apud CASTRO 2024 p.84).

Esse corpo é desqualificado, petrificado, considerado sem valor. Além disso, essas mulheres negras são obrigadas a conviver com mordanças para não falar nem gritar, pois, apenas o uso da força e da total violência não foram suficientes para satisfazer sexualmente os senhores brancos. Era preciso ter ausência total de algum som, de insatisfação, de lamentos, rezas ou medições. O homem branco precisava ouvir eco de sua própria voz e do seu próprio corpo no processo de desumanização daquelas mulheres negras.

O silêncio, desse modo, torna-se parte essencial do racismo e sexismo produzido no Brasil. Podemos pensar no símbolo da escravizada Anastácia que, segundo a lenda, era uma

princesa africana. Grada Kilomba, em “Memórias da Plantação” traz a explicação da utilização do uso da máscara no povo cativo conforme destacado a seguir:

A máscara, portanto, levanta muitas questões: por que deve a boca do *sujeito negro* ser amarrada? Por que ela ou ele tem de ficar calada/o? O que poderia o *sujeito negro* dizer se ela ou ele não tivesse a sua boca tapada? E o sujeito branco teria de ouvir? Existe um medo apreensivo de que, se o *sujeito* colonial falar, a/o colonizadora/or terá de ouvir. Seria forçada/o a entrar em uma confrontação desconfortável com as verdades da/o “Outra/o”. Verdades que têm sido negadas, reprimidas, mantidas e guardadas como segredos. Eu gosto muito deste dito “mantido em silêncio como segredo”. Essa é uma expressão oriunda da diáspora africana e anuncia o momento em que alguém está prestes a revelar o que se presume ser um segredo. Segredos como a escravização. Segredos como o colonialismo. Segredos como o racismo.

O medo *branco* de ouvir o que poderia ser revelado pelo *sujeito negro* pode ser articulado com a noção de *repressão* de Sigmund Freud, uma vez que a “essência da repressão”, segundo o mesmo: “Encontra-se simplesmente em afastar-se de algo e mantê-lo à distância do consciente” (Freud, 1923, p.17). Esse é o processo pelo qual ideias – e verdades – desagradáveis se tornam inconscientes, vão para fora da consciência devido, à extrema ansiedade, culpa ou vergonha que causam. [...] A máscara vedando a boca do *sujeito negro* impede-a/o de revelar tais verdades, das quais o senhor branco quer “se desviar”, manter à distância nas margens invisíveis e “quietas”. Por assim dizer esse método protege o sujeito branco de reconhecer o conhecimento da/o “Outra/o”. Uma vez confrontado com verdades desconfortáveis dessa história muito suja, o sujeito branco comumente argumenta “não saber...”, “não entender ...”, “não se lembrar ...”, “não acreditar” ou “não estar convencido...”. (KILOMBA, 2019, p. 41-42).

Podemos refletir aqui acerca desse sujeito branco que exerce a função cotidianamente de não apenas objetivar essas mulheres negras, mas também de retirar a sua humanidade recorrendo à violência sexual e física. Será possível permanecer totalmente humano observando, vivenciando e praticando essas atrocidades em que a cor da pele é o principal critério?

Fica evidente que a principal luta dessas mulheres negras era para manter os seus filhos vivos.

2.5 A FUNCIONALIDADE DO RACISMO: DE ESCRAVIZADOS A EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA

Importante ressaltar que quando trazemos o debate de raça, estamos colocando em pauta a representação constituída na sociedade brasileira e não como uma questão exclusivamente biológica. Consideramos, sobremaneira, o impacto e os entraves dessas relações de branco e não brancos ao trazer o termo raça para esfera de reivindicações coletivas:

Raças superiores e inferiores, como originalmente era usado no século XIX. Pelo contrário, usam-no com uma nova interpretação, que se baseia na dimensão social e política do referido termo. E, ainda, usam-no porque a discriminação racial e o racismo existentes na sociedade brasileira se dão não apenas devido aos aspectos culturais dos representantes de diversos grupos étnico-raciais, mas também devido à relação que se faz na nossa sociedade entre esses e os aspectos físicos observáveis na estética corporal dos pertencentes às mesmas. (GOMES, 2012, p. 45).

É importante recuperarmos que o capitalismo mercantil inventou a indústria da escravidão para, por interferência na exploração constante da força de trabalho, estabelecer “um modelo de produção baseado no trabalho escravo”. (SANTOS, 2005, p. 39)

Como é discutido por Fanon (2008), a criação do branco e do negro idealizado pelos caucasianos demonstra que a formação da história da América está diretamente atrelada às formas de controle do trabalho e sua exploração, como, por exemplo, a distribuição desses produtos resultavam no capital-salário. É imersa nessas condições que a população negra brasileira passa a vender e a oferecer sua força de trabalho no mercado de trabalho formal e informal:

De maneira límpida, a memória da escravidão está viva nas mazelas experimentadas pela população negra até os dias de hoje. As refrações da questão social que incidem sobre esta população têm suas raízes na escravidão e foram reconfiguradas no trabalho livre. (ALMEIDA, 2004, p. 141-142).

A luta dos negros é mais ampla, portanto, do que a luta por direitos:

[...] A luta por direitos é uma questão política, ainda necessária, que pode ser um dos momentos da luta. Porém, não pode ser confundida com objetivo final (e inicial) – o de emancipação humana em geral. Por esta razão, faz-se necessário “reeducar o olhar”, atentando para o fato de que as segregações social e racial se entrecruzam na dinâmica cotidiana da sociedade brasileira. O processo de formação em Serviço Social não pode omitir-se em discutir essas “questões”, considerando-as “menores”, uma vez que elas são constitutivas dos sujeitos. Afinal, na prática profissional cotidiana, nos relacionamos com sujeitos concretos, que apresentam demandas específicas – dentro de um conjunto multifacetado de determinantes que expressam a “questão social”. (MENEZES; JANOÁRIO, 2010 apud MENEZES, 2013, p. 15).

Luiz Alberto Silva Santos (2005), em “O negro e o socialismo”, nos explica que o fim da escravidão não significou o fim da divisão racial do trabalho. Por conseguinte, um novo processo de construção de idealização do trabalho por meio da política de branqueamento colocou o homem branco como idealizador do progresso e do trabalho formal.

A divisão social do trabalho, consolidada pela primeira reestruturação produtiva, coloca negros e negras não só como operários oprimidos pelo sistema capitalista, mas, sobretudo, como deserdados da terra, à margem do processo produtivo, da participação política na esfera do Estado e da sociedade civil, encurralando-os numa vida que, em boa parte, manteve os valores desumanos do antigo regime de escravidão. Essa política separatista resultou na quase extermínio do povo

indígena e mantém reflexos diretos em homens, mulheres, crianças e idosos negros, pois construiu os sistemas de educação, saúde e habitação nos quais a população negra vem sendo relegada a um nível de miséria quase absoluta: marginalidade, violência policial, analfabetismo, imposição de estética branca, exclusão nas instâncias de decisão. (SANTOS, 2005, p. 40).

A lógica de superioridade e de inferioridade a partir da cor da pele, a noção de estigma, bem como as práticas de estigmatização, foram criadas no mundo antigo. Segundo Goffman (2004, p. 5),

os gregos, que tinham bastante conhecimento de recursos visuais, criaram o termo estigma para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava. Os sinais eram feitos com cortes ou, fogo no corpo e avisavam que o portador era um escravo, um criminoso ou traidor, uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que devia ser evitada; especialmente em lugares públicos [...] atualmente, o termo é amplamente usado de maneira um tanto semelhante ao sentido literal original, porém é mais aplicado à própria desgraça do que à sua evidência corporal.

O estigma condicionou os ex-cativos a submeterem-se a participar da formação do exército industrial de reserva brasileiro a partir da ressignificação do trabalho. Nesse sentido, o homem branco transformou-se em símbolo de modernidade, beleza, superioridade e solução para realinhar a nação brasileira nos trilhos da modernidade. Fundamentada nesses códigos e nesse pacto decifrável pelas classes dominantes, é justificado o uso da violência institucional, simbólica, social e ideológica.

As desigualdades raciais e sociais são gerenciadas e realinhadas pelo sistema capitalista para acumular riquezas, produzir e reproduzir as condições de subalternidade. As múltiplas definições estereotipadas da população negra dentro da especificidade do racismo da nação brasileira são utilizadas como sistema classificatório no âmbito das esferas das relações raciais e sociais.

No que tange às relações sociais brasileiras, foram instituídos códigos de seletividade que se baseiam nos traços corporais agregados à cor da pele para segregar e dificultar o acesso aos meios básicos de subsistência da classe trabalhadora negra. Porém, esses estereótipos são manipulados como meios de ridicularização, desqualificação da capacitação técnica e intelectual desses sujeitos. Os evolucionistas foram um dos grandes difusores das teorias racistas no Brasil que se baseavam em características estéticas e sanguíneas da população negra, constituindo e fortalecendo as ideologias raciais que compõem a infraestrutura e a superestrutura da sociedade.

As classes mantenedoras dos meios de produção passam a ser as grandes propagadoras e difusoras das teorias racistas que vão se engendrando nas estruturas das relações sociais.

Simultaneamente, a população passa a naturalizar os estigmas dos estereótipos dos ex-cativos e transforma negros em símbolo do atraso e da selvageria (MUNANGA, 1988), o que os condiciona às imposições da participação da formação do amplo contingente de despossuídos, ou, como classificado por Marx (2013), sujeitos livres como pássaros para ofertar a sua mão de obra.

As classes opressoras, detentoras dos meios de produção, utilizam-se do controle por meio da violência institucional, legislativa, simbólica social e ideológica, para restringir a população negra a usufruir de sua plena liberdade cidadã. Para tanto, fundamentam-se nas teorias raciais que passaram a construir as bases do muro da desigualdade racial e social do Brasil. Esta estrutura se baseia em uma parcela minoritária de cidadãos que são, por sua vez, providos por privilégios. Ao mesmo tempo, há um contingente majoritário que é desprovido historicamente de privilégios e de direitos, o que culmina em imaginários raciais e sociais que foram se alternando, dinamizando-se, ajustando-se e reajustando-se conforme a conjuntura social.

No período pós-abolição, a população negra passa a ofertar sua mão de obra sob uma nova ótica da configuração do mercado de trabalho, que passa a dignificar não apenas o trabalho, mas, também, o labutador que encontra emprego formal. Os negros libertos tendem a não encontrar lugar no mercado formal de trabalho e passam a sofrer dos estigmas raciais. Nesse sentido, a libertação não foi mais do que um alargamento do cativo. Com a abolição, o negro deixa de ser mão de obra cativa e passa a ser classificado como um trabalhador não apto para o mercado de trabalho formal, objetivando o embranquecimento da nação brasileira com a importação de mão de obra europeia. O sistema capitalista apropria-se do recorte racial para negar à população negra o acesso ao mercado de trabalho formal. Dessa forma, a desigualdade étnica, aliada ao mito da democracia racial, fortalece a lógica do sistema capitalista.

Clóvis Moura (1959, p. 14) afirma que a população negra foi o grande sustentáculo do sistema escravista com toda a sua estrutura baseada no latifúndio: “O escravo era o esqueleto que sustentava os músculos e a carne da sociedade escravista, porque era o produtor da riqueza geral, através do seu trabalho”.

Em “Rebeliões da Senzala - A Questão Social no Brasil”, Moura (1959) apresenta elementos históricos demonstrando que, além de dominar técnicas relacionadas ao trabalho, os negros possuíam conhecimento e planejamento militar. O autor analisa as principais rebeliões negras e aponta que não houve passividade dos escravizados mediante ao sistema de produção existente já que eles possuíam técnicas e conhecimento para além do trabalho.

Moura (1959) realiza também uma crítica direta à historicidade eurocêntrica baseada no mito da democracia racial no Brasil. E traz a população negra como sujeitos individuais ou coletivos pensantes que protestaram contra o sistema colonial brasileiro por meio da criação de quilombos para além de Palmares. Ainda traz uma reflexão sobre “interdependência dialética,” definindo o termo como o movimento realizado pelo negro escravizado quando ele consegue abandonar o trabalho forçado e tem a sua inserção como quilombola acarretando uma nova dinâmica dentro do sistema colonial brasileiro. Assim, afirma que o

[...] quilombola, por seu turno, ao onerar o trabalho escravo no seu conjunto e ao desinstitucionalizá-lo, mostrava, de um lado, as falhas intrínsecas do escravismo e, ao mesmo tempo, mostrava aos outros escravos a possibilidade de um tipo de organização no qual tal forma de trabalho não existia. (MOURA, 1959, p. 248).

Por fim, relata que, fora dos espaços dos quilombos, os negros brasileiros foram compelidos a participar, voluntária, enganosamente ou obrigatoriamente, de inúmeras revoltas contra o império.

Já o historiador José Chiavenato (2008) traz a atuação dos negros na Guerra do Paraguai. Outra revolta e participação importante dos escravizados que foi apagada durante muito tempo, no Rio Grande do Sul, foi a Revolução Farroupilha, em que ocorreu o massacre dos Porongos. Na ocasião, os lanceiros negros participaram da guerra em troca com objetivo de obter a prometida carta de alforria. Porém, apenas o acampamento dos negros foi atacado, sendo que, no dia anterior, o acampamento foi desarmado. Isso acarretou a morte da maioria dos negros que ficou sem a tão sonhada liberdade.

Moura (1959) nos explica que a experiência militar apreendida por determinados grupos de africanos submetidos à escravidão fazia com que fossem reconhecidos por seu histórico como guerreiros competentes em suas nações de origem africana. A importância dessa habilidade acarretou a aplicação direta na liderança de movimentos de resistência voltados à emancipação dos escravizados e na elaboração e execução de estratégias de defesa.

Isso se manifestou de maneira proeminente nos casos dos nagôs e haussás na Bahia, assim como em Palmares, em que o elemento banto era predominante. Neste último caso, um líder de origem mouro se destacou pela sua capacidade militar superior, desempenhando um papel fundamental na criação de um sistema defensivo eficaz no Quilombo de Palmares e na instrução dos ex-escravizados em táticas de guerra de acordo com Moura:

[...] os escravos da República negra alagoana já manejavam com perícia as armas de fogo. Nas diversas investidas contra o reduto dos ex-escravos, as armas de fogo dos negros impuseram derrotas aos colonizadores que desejavam esmagá-los. Isso

confirma que a população negra construiu alternativas de rebeliões contra a sociedade escravocrata brasileira. (MOURA, 1981, p. 241)

Refletindo acerca das especificidades históricas e culturais que configuram o sistema capitalista brasileiro, em 1977, Moura escreveu “De Bom Escravo a Mau Cidadão?” Conforme o autor destaca, a população negra torna-se componente do exército industrial de reserva durante o processo de transição do trabalho escravizado para o trabalho livre e assalariado no Brasil. E leva o leitor a pensar no impacto que essa superpopulação majoritariamente negra causou para a formação da classe trabalhadora brasileira.

Moura (1977) também chama atenção em relação a como o quesito cor é um empecilho para o acesso ao mercado de trabalho. Isso culmina na superexploração da força de trabalho e como essa população contribuiu para o alargamento das bases e aumento da mais valia absoluta e relativa a favor do capital e das classes donas dos meios de produção. Será possível calcular o “fundo adicional” produzido pela população negra no Brasil? Ou imaginar quantas horas de trabalho realizadas pela população negra que não foram pagas e, portanto, transformadas em capital?

Moura (1977) nos aponta a presença do negro excluído na sociedade brasileira pôr à combinação de conteúdos de fatores social e econômicos, originadas do processo sócio-histórico do sistema escravista. Há o negro que tem ciência dos seus problemas na sociedade atual resultantes do racismo. O autor também alude às classes dominantes reforçarem a ideia do “mau cidadão negro” como uma justificativa para continuar usando essa população como um exército industrial de reserva e uma fonte de mão de obra não qualificada, contratada a baixo custo. Conforme Marx destaca,

[...] a população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional. (MARX, 2013, p. 707).

É da própria natureza do capital a produção de massa de excedentes, pessoas que não encontram lugar na cadeia produtiva e que, por isso, ficam disponíveis para serem absorvidas e contratadas como força de trabalho. Um reservatório humano de mão de obra que garante o pleno funcionamento do mecanismo de exploração, já que a população desempregada (ou subdesempregada) busca ofertas de trabalho para garantir a sua sobrevivência.

De acordo com Marx (2013, p. 870), “a superpopulação relativa possui continuamente três formas: flutuante, latente e estagnada”. Uma população flutuante é aquela que busca trabalho que não tem parada nem destino e segue a vida conforme a demanda de empregos temporários. No período da pós-abolição, a população negra passou a vagar pelo território brasileiro em busca de trabalho e condições melhores de tratamento das classes detentoras do poder.

A terceira categoria da superpopulação relativa, a estagnada, forma uma parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação totalmente irregular. Desse modo, ela proporciona ao capital um depósito inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida cai abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora, e é precisamente isso que a torna uma base ampla para certos ramos de exploração do capital. Suas características são o máximo de tempo de trabalho e o mínimo de salário. (MARX, 2013, p. 873).

Desse modo, foram pensadas formas legais de exclusão da população negra do mercado de trabalho cujo investimento do Estado consistiu na política de branqueamento. Muitos negros continuaram nas fazendas em busca de alimentação enquanto outros passam a vagar pelos territórios em busca de melhores condições.

Gilberto Freyre (2003) criou o mito da “democracia racial”, segundo o qual as raças negra, índia e branca viveriam em harmonia. Esse mito veio contribuir para o fortalecimento das desigualdades de oportunidades, dentro e fora do mercado de trabalho, bem como para naturalização dos estigmas do negro na sociedade brasileira. Assim, nega-se a existência do racismo no Brasil.

Almeida (2019) afirma a importância em relação ao debate das relações raciais acerca da compreensão do funcionamento do racismo institucional que significou um grande adiantamento e nos explica:

As sociedades não são homogêneas, visto que são marcadas por conflitos, antagonismos e contradições que não são eliminados, mas absorvidos, e mantidos sob controle por meios institucionais, como é exemplo o funcionamento do sistema de justiça. Se é correta a afirmação de que as instituições são a materialização das determinações formais da vida social, [...]. Assim, a principal tese de quem afirma a existência de racismo institucional é que os conflitos raciais também são parte das instituições. Assim, a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas para determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos. (ALMEIDA, 2019, p. 27)

3 IRMANDADES RELIGIOSAS, MULHERES NEGRAS E REDES DE SOLIDARIEDADE NO SISTEMA ESCRAVISTA

Sempre foi conveniente ao olhar eurocêntrico afirmar que a população negra era desordeira e que os negros lutavam o tempo todo entre si. No final do século XIX, foi bastante difundida, na opinião pública, a ideia de que esse grupo racial não era organizado e que vivia em um estado de guerra, sem nenhum diálogo entre os pares.

No entanto, Evaristo (2023) afirma que a população negra sempre encontrou formas, em diferentes conjunturas, de se organizar, de cuidar uns dos outros tecendo, assim, bases para elaboração de uma rede de diferentes ações de cuidado.

Nesse sentido, Delfino (2012) destaca que os negros e as negras criaram brechas e fissuras dentro do sistema escravocrata para organizar redes de cuidados e de solidariedade.

Se, por um lado, o sistema lucrava por meio da mistura do sangue e do suor da população trabalhadora negra escravizada, por outro, o negro criou estratégias de comunicação através de diferentes figuras e códigos de linguagens, como, por exemplo, por meio dos atabaques, do toque do tambor, dos cantos nas plantações com seus diferentes timbres e ritmos vocais, das Adinkras, dos Griots, da religiosidade ou do correio nagô.

Diante da extrema violência, da desumanização e da objetificação, ao longo da história, os negros encontraram um pouco de alento na organização de irmandades, confrarias religiosas e dos quilombos, o que demonstra a busca constante de liberdade e sua oposição ao sistema de dominação.

As irmandades, desse modo, não deixaram de ser um meio de deixar um pouco menos intenso a escravidão, se é que houve possibilidade de diminuir seus malefícios, conforme pondera Scarano (1978). O autor explica que a origem das irmandades está intimamente relacionada às doutrinas da era medieval.

Tavares e reiteram essa constatação ao afirmar que:

Remonta à Idade Média o surgimento das irmandades como associações fraternais que atuaram como importante mecanismo de solidariedade de carácter inovador no período; tais associações, geridas por leigos seguiam o modelo das guildas de artesãos e mercadores, cuja finalidade era de ajuda mútua e o auxílio nos funerais dos membros da associação. (TAVARES, 2007 apud EVARISTO, 2018, p. 15).

A transição da vida para a morte tinha um carácter de suma importância dentro das irmandades: o irmão pertencente ao grupo seria atendido não apenas durante as adversidades

da vida, mas, também, acompanhado durante os rituais fúnebres, conforme destaca Delfino (2012).

Assim, com as Irmandades, é perceptível um modo de aproximação com alguma possibilidade de liberdade seja pela defesa jurídica, caso conseguissem a sua alforria, ou pela busca de garantia de serem cuidados e de cuidarem dos seus irmãos pretos. As Irmandades ofereciam oportunidades para que os negros se reunissem sem serem subjugados pelo chicote ou por outras formas de vigilância e punição.

Scarano (1978) relata que a crise na mineração foi um fator favorável para a população escravizada comprar as suas cartas de alforria. Como historicamente já havia uma grande presença da população negra em Minas Gerais, com grande variedade de Irmandades presentes, com a crise, os negros escravizados ou livres que desejavam alforrias dos seus familiares passaram a buscá-las com mais intensidade. Com o aumento da demanda, ficou mais difícil atender a todos.

A partir da pesquisa de alguns dos pedidos realizados pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (Portugal) e da Irmandade de Diamantina, o autor traz reflexões e observações importantes sobre as petições realizadas e encaminhadas à Coroa de Portugal, além de buscar projetar algumas diferenças dos impactos dessa demanda. Havia uma questão numérica quanto aos negros pertencentes à Irmandade do Rosário dos Homens Pretos que estavam em Portugal e, aqui, no Brasil Colônia, além de existir uma proximidade muito maior e uma estrutura política historicamente para os negros terem acesso à corte real do que no Brasil Colônia. Essas petições visavam influenciar artifícios para obter concessões que pudessem, de alguma forma, mitigar os impactos adversos da escravidão.

Lá conseguiram os irmãos que lhes fosse doada uma quantia fixa por embarcação que demandasse a Mina e costa da Guiné e também impediram que funcionários governamentais violassem o domicílio das pretas. Além disso, obtiveram que os escravos pertencentes a uma ou outra das Confrarias do Rosário que haviam pedido tal privilégio, não pudessem ser vendidos para fora do Reino. Conforme vemos, a atitude das irmandades em Portugal era muito ativa na luta pela melhoria do próprio grupo. As do Distrito não iam tão longe. (SCARANO, 1978, p. 110).

Esse formato de organização da população negra de escravizados, escravos de ganho e libertos em prol de amenizar os impactos de múltiplos formatos de violência, também operou no sentido de buscar pequenas frestas de liberdade e reconhecimento em uma sociedade escravocrata. Havia diferentes formas de organização e de valorização das mulheres no interior das Irmandades. A Irmandade da Boa Morte, em Salvador, na igreja de Barroquinha, que atravessou dois séculos, era formada exclusivamente por mulheres negras.

Luana Verena Nascimento Machado (2013) nos apresenta um comparativo histórico muito interessante, confirmando a participação e a atuação das mulheres negras escravizadas, escravas de ganho e libertas.

[...] um diferencial evidente entre as irmandades de brancos e irmandades negras era a presença feminina marcante nas irmandades negras e pardas, o que de certo modo fazia parte de sua caracterização, em contraposição as irmandades de brancos, cuja predominância era masculina. Colaborar com a organização das festas e na arrecadação de esmolas era as funções delegadas as mulheres nas irmandades, muitas participavam de mais de uma irmandade. (BRAZIL; SCHUMAHER, 2006, p. 164-165, apud MACHADO, 2013, p. 36).

De acordo com Silva (2011), em Pelotas, as Irmandades permaneceram atuantes durante o século XIX e são de grande estima para organização e história da comunidade, fazendo parte desse associativismo negro da região em que elas passam a demandar por questões abolicionistas.

Cabe ressaltar que foram elaboradas diferentes configurações e tipos de associações: algumas eram abertas a pessoas negras em geral, como a “Feliz Esperança”, fundada em 1878, que buscava arrecadar dinheiro para libertar os negros cativos através de apostas em loterias. Em 1880, ela mudou seu nome para “Sociedade Beneficente Feliz Esperança”.

Além disso, existiam associações que focavam em grupos específicos da comunidade negra com base em suas ocupações, como a “Fraternidade Artística”, criada por artesãos negros em 1880, e a “Harmonia dos Artistas”, em 1881. Essas associações tinham o objetivo de oferecer apoio e recursos aos membros negros, com base em suas habilidades e profissões. Essa evolução das irmandades negras reflete como elas desempenharam um papel importante na luta pela liberdade dos escravos e na promoção dos interesses da comunidade afrodescendente em Pelotas, especialmente nos últimos anos do regime escravista.

Petrônio Domingues (2018) afirma que, no Dicionário da Escravidão e Liberdade, há o registro de que, no Rio Grande do Sul, foi fundado o Clube Beneficente 13 de Maio. Nas cidades de Curitiba, Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas, a Sociedade Beneficente Luiz Gama. Estas associações foram constituídas pela população negra após a libertação da população escravizada: “As associações negras não se limitaram a denunciar problemas, mas tentaram apontar caminhos para superá-lo.” (DOMINGUES, 2018, p. 119)

Nesse processo de luta por liberdade, a partir de diferentes estratégias de resistência, mesmo no período da abolição e pós-abolição, é importante observar o protagonismo das mulheres na preservação da religiosidade e tradições da cultura ancestral negra.

Autores como Reis (1991) e Baêta (2005) explicam que Salvador era um espaço de grandes mobilizações, insurreições de grupos tais como a Revolta dos Malês. Nas ruas de Salvador, no ano de 1857, aconteceu uma greve¹ que durou dez dias² envolvendo escravos e escravas denominados ganhadores³ e ganhadeiras⁴, trabalhadores de canto⁵ e carregadores.

Em “A rua era das negras e dos negros – os ganhadores que pararam Salvador”, escrito por Renata Figueiredo Moraes, podemos ter uma melhor compreensão de como os corpos de mulheres negras e homens negros vivenciaram sua história de luta, trabalhando em busca da sobrevivência, se organizando, reivindicando, podendo contemplar um formato diferenciado do associativismo negro nas ruas de Salvador, em um encontro e reencontro com as antigas e novas tradições.

É refletir a responsabilidade de resguardar as lembranças do continente africano dessas mulheres que articulavam as liberdades de outros escravizados:

Até hoje a confraria mantém vivos elementos da cultura afro-brasileira, tais como: rituais da religiosidade, oralidade, indumentária, culinária, música, dança, dentre outros; sua origem não se pode precisar exatamente, no entanto, Tavares (1964, p. 335) remonta aos anos de 1820, na Igreja da Barroquinha em Salvador, resistindo, portanto, há quase dois séculos. A Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, desde sua criação teve, e continua tendo, como objetivo principal, a devoção e o culto a Nossa Senhora, e ainda outros objetivos em segundo plano, tais como: a prática de empréstimos e auxílios financeiros, doações e, principalmente, a compra de alforrias para os escravizados; em casos de falecimento das associadas, a Irmandade se responsabilizava pelos sepultamentos e missas. Das atividades arroladas, a única que não se aplica à contemporaneidade é a compra de alforrias, no mais, elas continuam preservando, através dos seus rituais, a memória de seus antepassados africanos. (BAÊTA, 2005, p. 2).

A Irmandade da Nossa Senhora da Boa Morte, localizada em Salvador, é um lugar em que o passado se conecta com memória cultural ancestral em que é transmitida e resguardada

¹ “Jornal da Bahia [...] sobre o início da greve, notícia a 2 junho: “Hontem esteve a cidade deserta de ganhadores e carregadores de cadeiras. Não se achava quem se prestasse para conduzir objecto algum. Da alfandega nenhum objeto sahio, a não ser objecto mui portátil, ou que fosse tirado por escravos da pessoa interessada.” (REIS, 1993, p. 21)

² “Segundo o jornal, o motivo principal da parada era execução da postura que obrigava ganhadores a trazerem chapas nos pescoços! [...] Já no primeiro dia os africanos receberam um apoio muito importante. Associação Comercial, que representava os grandes negociantes, protestou contra a lei Municipal junto ao presidente da província, o futuro chefe do gabinete de Pedro II, João Lins Cansação de Sinimbu”. (REIS, 1993, p. 21-22)

³ “A denominação ‘ganhadores’ é um grande guarda-chuva para designar a ocupação desses homens, em sua maioria africanos e escravizados, e que atuavam em diversas atividades que garantiam o funcionamento da cidade.” (MORAES, 2021, p. 583)

⁴ “Os ganhadores da Bahia estavam organizados em cantos, regiões regulamentadas pela Câmara municipal e conhecidas pelos moradores, e compostos por um número específico de homens e com algumas mulheres [...]”

⁵ “[...] essas áreas, além de serem uma estação de trabalho, tornaram-se um nicho cultural e a identidade étnica favoreceu a resistência e a negociação entre senhores, libertos e africanos escravizados, de maioria nagô.” (MORAES, 2021, p. 584)

em rituais de religiosidade, pela oralidade. Essa Irmandade é exclusivamente constituída de mulheres negras.

Por isso, é de extrema importância pensar que mesmo as irmandades sendo um modelo de associação branco, idealizado por caucasianos, a Irmandade da Boa Morte consegue criar e manter tradições exclusivamente de mulheres negras, enquanto em outras irmandades essa possibilidade não é uma opção. Isso porque homens negros ou denominados naquela conjuntura como homens de cor se viam obrigados a aceitar a presença de homens branco se assim desejassem participar da sua irmandade. No entanto, existiam estratégias para que esses homens não tivessem acesso e interferência direta na irmandade.

As mulheres, quando da organização da Irmandade da Boa Morte burlaram e construíram estratégias de resistência e sobrevivência que ultrapassaram séculos. Por isso, criaram um espaço físico e espiritual denominado Nossa Senhora da Morte em que todas as decisões e princípios foram idealizados e executados por essas mulheres negras, que não ficaram subordinadas a nenhum homem dentro daquele espaço sagrado. Em 2024, a festividade de Nossa Senhora da Boa Morte, instituída como patrimônio imaterial do estado, foi uns dos destaques na matéria do Jornal G1 15/08/2024 na cidade de Cachoeira com a presença do casal de atores e ativistas Tais Araújo e Lázaro Ramos.

Segundo Ferreira (2005), o primeiro terreiro em Salvador, de religiosidade Candomblé de Keto, era localizado atrás da Igreja Barroquinha. Ali nasceu a Irmandade que tinha uma constante busca de liberdade para os seus pares.

Os objetivos das integrantes da Irmandade da Boa Morte era a compra da liberdade de seus filhos, maridos e netos, e a organização de funerais dignos, além de auxiliar nas fugas para o Quilombo do Malaquias, em Terra Vermelha, área rural de Cachoeira. (BRAZIL; SCHUMAHER, 2006, p. 169, apud MACHADO, 2013, p. 38).

No contexto da religiosidade católica, com a devoção à Nossa Senhora da Boa Morte, foi possível para essas mulheres resgatarem os seus rituais e constituírem ali um espaço de luta contra as perseguições históricas baseadas no preconceito religioso. O formato de organização favoreceu que elas dessem continuidade, mesmo na sociedade escravocrata, de vivenciar uma linhagem ancestral em que a primeira palavra e a última eram pensadas e pronunciadas por uma voz feminina.

É imensamente importante indicar que, a partir daí, “as mulheres assumem os terreiros, como os de Nagô, de Angola, de Caboclo, do Jêje, de JêjeMahi.” (LODY, 1995, p. 169). As escolhidas para participarem da Irmandade da Boa Morte possuíam uma tradição no

debate político e, por isso, eram conhecidas “como negras de partido-alto, por se destacarem na chamada [...] elite social africana na Bahia.” (NASCIMENTO; ISIDORO, 1988, p. 16)

O próprio processo histórico da formação de Salvador, com a Revolta dos Malês, traz um grupo étnico de populações alfabetizadas em que as mulheres negras utilizavam a possibilidade da sua circulação nos espaços para contribuir com a organização das maiores revoltas históricas cuja voz e corpos se transformaram em fonte de abaulamento do sistema escravocrata.

A sociedade Geledé é composta por mulheres acima da idade da menopausa. Elas são consideradas Iya-mi, nossas mães. Como tal são temidas como ajé (feiticeiras). As pragas duma mãe são as mais temidas nas sociedades Yorubá. O poder das mulheres mais velhas na Sociedade Yorubá é essencialmente ligado a menopausa. A menstruação é concebida como poder gerativo da mulher. Quando a menstruação, pára, esse sangue é guardado dentro da mulher formando um reservatório de poder antigerativo, ou seja, o poder de destruir, jogar pragas e fazer feitiços. A sociedade Geledé é mais forte na região Ketu que se estende para os dois lados da fronteira entre o Benin e a Nigéria. (BRAZEAL, 2002, apud FERREIRA 2005, p. 7).

A integração na Irmandade da Boa Morte tinha o pré-requisito da idade: as mulheres deveriam ter acima de 45 anos de idade. Não há como desconsiderar o que significava naquele período estar viva nessa idade.

Em Benin e Nigéria, essa forma de organização das mulheres negras é conhecida como mandjuandades. Podemos observar a semelhança entre estes países africanos e o Brasil de apenas as mulheres mais velhas serem escolhidas para participar das Irmandades da Nossa Senhora da Boa Morte a fim de conduzir os cerimoniais funerários. As festas criavam não apenas laços de solidariedade exclusivamente femininos, mas um reforço da relação das tradições do continente africano e da nação brasileira.

Para essas africanas que foram obrigadas a atravessar o Atlântico, a Irmandade oferecia possibilidade de alargamento de vivências, de estratégias de sobrevivência, de novos formatos de organização, de protesto, de participação, de enfrentamento ao racismo e da dominação dos homens sobre as mulheres negras. Podemos vislumbrar como as encruzilhadas se transformaram em caminhos para a população negra, especialmente para as mulheres negras, que foram compelidas a abri-los onde, aparentemente, não havia nenhum.

Basta lembrarmos que, mesmo dentro do navio negreiro, as mulheres confeccionavam as “bonecas abayomi”. Eram bonecas feitas com pedaços de pano pelas mães escravizadas para as crianças brincarem dentro dos navios negreiros. Um símbolo de resistência e afeto em meio a tanta dureza e violência do processo de escravização. Outro exemplo foram os correios Nagô, usados pelos candomblezeiros como forma de comunicação, de boca em boca, das

notícias e eventos que ocorriam dentro do terreiro/templo. Foram uma das primeiras formas de comunicação fora do continente africano adaptada mediante a dureza de uma sociedade escravocrata.

Machado (2013) destaca que as integrantes da Irmandade da Boa Morte eram pertencentes ao tronco linguístico da nação Nagô e apresentavam autonomia monetária conquistada pela atividade comercial devido aos seus conhecimentos atrelados à arte da negociação, herdados do continente africano:

Em África, as mulheres já possuíam liberdade e comandavam em seus reinos, eram mestres nas artes militares, assim como líderes na política, na economia, no comércio e na religião. As sociedades matrifocais ou matrilineares proporcionaram a essas mulheres uma experiência de ser eram referência para seu povo, sendo respeitadas em nações diversas. Mulheres da região centro-oriental da África, mbundu, foram identificadas, segundo Brazil e Schumacher, como as primeiras feirantes do Brasil. Originárias de Luanda, Angola, já realizavam negócios nos comércios de rua, vendendo suas iguarias em tabuleiros. (MARIOSIA ELT; MAYORGA, 2018, p. 2).

As mulheres negras, com idade acima da idade de 45 anos, escolhidas para entrar na Irmandade, que tinham fé na Nossa Senhora da Boa Morte, precisavam passar por uma temporada de três anos de avaliação e eram chamadas “irmãs de bolsa”. Quando aceitas, as outras irmãs se uniam para fazer as doações de joias.

Estas sofreram perseguições religiosas e diferentes formas de violência e punições, o que, muitas vezes, restringia a sua permanência nos espaços, como é confirmado por Machado (2013), a partir de entrevista com duas integrantes da Irmandade:

O Major Madeira de Melo veio a Salvador na Barroquinha onde a Irmandade da Boa Morte começou, daí ele começou a expulsar as negras como Tia Ciata, Tia Gorência, entendeu, ele expulsou, veio aquelas negras pra Cachoeira, e se encontrou com as negras do Engenho da Vitória e daí deu continuidade a Irmandade da Boa Morte. (Anália Leite (in memoriam), 76 anos, Cachoeira, irmã da boa morte, aposentada como operária de armazém de fumo, baiana de acarajé, filha de Yansã). A Irmandade foi criada na Barroquinha, o Major Madeira de Melo **expulsou a Irmandade de lá, e vieram para cá e aqui se espalharam, juntamente com Tia Ciata, escrava alforriada, que foi para o Rio de Janeiro.** (Almerinda Pereira dos Santos, irmã da Boa Morte, Maragojipe, 68 anos, aposentada como operária de fumo, orixá não declarado). (MACHADO, 2013, p. 41, grifo da autora).

Já a Casa de Tia Ciata não era apenas um reduto do samba, mas promovia encontro e reunião de pessoas e era palco de cultura e resistência de rede de apoio. Consagrado na figura de Tia Ciata, que consegue diminuir as perseguições policiais em relação aos terreiros e aos seus praticantes na cidade do Rio de Janeiro.

A Casa da Tia Ciata formava uma rede de apoio e um espaço seguro não apenas para os artistas, mas, principalmente, para as mulheres negras. É interessante observar onde a Baiana Tia Ciata aprende as protoformas para construir as bases da comunidade da chamada pequena África no Rio de Janeiro e que essas “mulheres se espalharam, juntamente com Tia Ciata”. Outro fato que chama a atenção é que, apesar da sua juventude, Tia Ciata já tinha um vínculo com a Irmandade da Boa Morte.

Merece destaque o uso de joias pelas mulheres das Irmandades Negras nas festividades: “algumas joias foram roubadas na fuga para Cachoeira. No Museu Costa Pinto, em Salvador, ainda é possível o encontro com esses sinais diacríticos de poder”. (MACHADO, 2013, p. 40). O uso das joias era uma forma de demonstração suprema do poder da mulher negra fora do continente africano. É importante lembrarmos que o seu uso deixa um legado presente em nossas sociedades até os dias atuais denominada como as joias crioulas.

Como essas mulheres sobreviviam dentro do sistema escravista brasileiro? Dantas e Nascimento (2003), em “Tia Ciata, Representatividade e Resistência: a ascensão do candomblé na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX”, relatam que, antes do final século XIX, há uma grande imigração dos negros e negras baianos para o Rio de Janeiro:

Mais enfática é Mônica Pimenta Velloso, para quem a casa da Tia Ciata era “um exemplo de resistência cultural”. Além disso, “liderada pelos elementos negros, oriundos da Bahia, essa comunidade vai oferecer alternativas de organização fora dos modelos da rotina fabril”. Para esta autora, as tias encarnavam “o reconhecimento e a legitimidade da comunidade negra”. E, coroando a importância das tias baianas como esteios da cultura urbana do Rio de Janeiro: “estava assegurado, desta forma, um espaço cultural que seria de fundamental importância na história social do Rio de Janeiro. Pois é dessa comunidade negra que nasce o embrião da cultura popular carioca”. Mais recentemente Rachel Soihet argumentou que “Essas ‘tias’ ficaram célebres pelos sambas e candomblés que realizavam e pelos blocos e ranchos que organizavam. Suas casas constituíam-se em centros de resistência cultural, núcleos de onde se espraiavam as bases do carnaval e da música popular, predominantes no Rio de Janeiro. (GOMES, 2003, p. 177-178).

Nesse espaço, foram construídas memórias coletivas, laços de solidariedade, em torno da construção de um novo lugar de pertencimento à diáspora, possibilitando, de fato, a elaboração de espaço de lutas e resistência em prol da população negra em sua diversidade. Um espaço de musicalidade em que surgiam cantores e compositores do samba da cidade carioca, em uma época em que a legislação e a polícia perseguiram a população negra e as suas expressões culturais tais como capoeira.⁶

⁶ DECRETO Nº 847, DE 11 DE OUTUBRO DE 1890, CAPÍTULO XIII DOS VÁDIOS E CAPOEIRAS. É importante destacar que apenas em 2003, a Lei nº 10.486 revogou o crime de vadiagem do Código Penal, extinguindo a criminalização da ociosidade no país.

Tia Ester de Osvaldo Cruz, por exemplo, se destacou por liderar um bloco carnavalesco e estabelecer relações estreitas com “artistas de rádio” e “político em evidências”, os quais eram frequentadores assíduos de suas festas familiares. As tias da escola verde e rosa, como a mineira Tia Tomásia e Tia Fé, exerceram papéis expressivos como jogueiras e mães de santo durante o processo de criação da Mangueira. Já a jogueira e religiosa valenciana Maria Rezadeira levou consigo para a capital federal práticas culturais e religiosas aprendidas na fazenda onde nasceu, enriquecendo o panorama cultural da cidade.

Maria Rezadeira, praticante de jongo e religiosa natural de Valença, é destacada por sua notável contribuição à diversidade cultural. Ao trazer consigo práticas culturais oriundas da fazenda onde passou seus primeiros anos de vida, ela desempenhou um papel crucial no desenvolvimento dos espaços culturais onde manifestações como o samba, as escolas de samba, o jongo, a folia de Reis e a capoeira eram praticadas. Sua influência se estendeu por “diferentes cenários, contribuindo para a preservação da herança dessas tradições da cultura negra no Brasil.” (GOMES, 2003, p. 197)

3.1 COLONIZAÇÃO, IGREJA E IRMANDADES RELIGIOSAS

Os Jesuítas acreditavam na catequização dos povos indígenas e se posicionaram contra a escravidão desses povos originários. Oliveira (2007) pondera que eles alegavam que os povos indígenas não tinham experienciado a escravidão antes que os colonizadores chegassem à colônia. O autor pontua também que a colonização e a escravidão foram defendidas pela Igreja Católica.

Na primeira bula, em 1452, é autorizado aos colonizadores que se apropriem dos bens e do território daqueles chamados pagãos ou inimigos. Também é autorizado que se tornem seus escravos:

A bula *Dum Diversas*, por sua vez, expressava uma concepção em relação aos fundamentos da escravidão que era parte fundamental do pensamento cristão vigente na Época Moderna. O cativo justificava-se a partir de dois pontos: as concepções de pecado e de inferioridade ética espiritual de alguns povos. Ambas as concepções deitavam suas raízes na Escolástica Medieval, esta, por sua vez, tributária da tradição judaico-cristã e do pensamento aristotélico. Na tradição hebraica a escravidão era algo que designava uma punição sancionada pelo senhor. Este baseia a sanção numa falta, num pecado. O Antigo Testamento incorpora tal visão associando a escravidão à humildade religiosa e à redenção. Baseando-se neste argumento Santo Agostinho vai afirmar que a escravidão era tanto um remédio quanto uma penalidade para o pecado, cabendo a Deus a responsabilidade de apontar tanto os senhores quanto os escravos. (DAVIS, 2001, apud OLIVEIRA, 2007, p. 359).

Mediante o predomínio da Igreja Católica, há a difusão do mito de Cam contido no Velho Testamento bíblico. Segundo o mito, os negros são considerados descendentes de Cam, filho de Noé, que, por sua vez, foi amaldiçoado pelo pai por ter lhe desrespeitado quando o encontrou embriagado, em postura tida como indecente. (MUNANGA, 1988)

Em 1537, de acordo com Oliveira, os jesuítas recorreram ao Papa e ficou proibida a escravização dos povos indígenas já que havia um projeto denominado “civilizatório”, fruto dos padrões europeus, a fim de obrigá-los à assimilação da cultura ocidental.

Defendendo sua posição, os Jesuítas conseguiram, em 1537, que o Papa Paulo III instituísse a liberdade dos ameríndios, proibindo que fossem escravizados. Em 1640, ao tentarem fazer valer esta determinação, na Colônia, enfrentaram forte oposição dos senhores de terra, sendo inclusive expulsos de Santos e encontrando problemas igualmente sérios no Rio de Janeiro. Apesar dos tumultos e contradições, a liberdade dos índios só foi assegurada, em 1757, com o Diretório dos Índios, quando se traçou para eles um projeto civilizacional, isto é, estariam livres, mas deveriam assumir os hábitos europeus. (OLIVEIRA, 2007, p. 360).

Evaristo (2018) afirma que foi no momento do maior enfraquecimento da ordenação religiosa dos Jesuítas no Brasil Colônia, depois das reformas realizadas pelo ministro Marquês de Pombal, que a comunidade dos povos tradicionais passou a ganhar visibilidade. Nesse período, houve autorização para a realização dos casamentos mistos entre indígenas e colonizadores e, também, a saída forçada da instituição dos Jesuítas em terras brasileiras.

A partir daí, as irmandades começaram a se expandir e a ganhar espaço. Se o cristianismo na Idade Média norteava os padrões de dominação social e previa que aqueles que não compartilhavam da fé eram classificados como bárbaros, esse argumento excludente serviu como justificativa para a manutenção do sistema de escravização dos negros: “Tal concepção fortaleceu o discurso de inferioridade do espírito e do corpo do bárbaro, sendo um importante instrumento de justificação da escravidão.” (EVARISTO, 2018, p. 16)

A igreja beneficiou-se da existência das irmandades que serviam como forma de expressão da fé, ampliação do número de fiéis e, ao mesmo tempo, como mecanismo de controle.

As irmandades caracterizam sempre o seu momento e o seu ambiente, dando origem à diversidade de formas, por um lado e à fluidez e imprecisão de suas denominações por outro. Conquanto se possa identificar traços comuns entre essas associações não há dúvida de que guardam características bem peculiares em sua evolução histórica. Se o ideal e a comunhão fraternal e o crescimento do culto público, às necessidades do espírito somam-se as do corpo; à celebração eucarística, a assistência material. Difícil estabelecer com precisão a linha divisória entre a mutualidade espiritual e as beneficências e auxílios mútuos temporais, entre o religioso e o profano. (BOSCHI, 1986, p.12 *apud* EVARISTO, 2018, p. 18).

Evaristo (2018) destaca que as corporações tinham sua estrutura principal formada a partir de um critério do trabalho em que apenas aqueles que exerciam as mesmas ocupações laborais poderiam participar e, por conseguinte, compartilhar das obrigações religiosas. Já as confrarias apresentavam possibilidades de perfil mais igualitário cujo requisito era baseado na realização das obrigações monetárias para ser aceito e ter acesso aos beneficiamentos mediante aquela conjuntura: “[...] ter seguridades nos momentos de infortúnio, como em caso de invalidez, doenças, e no momento da morte como a garantia de um sepultamento digno.” (EVARISTO, 2018, p. 16)

De acordo com Scarano (1978), a ausência do trabalho livre assalariado durante o Brasil Colônia e a presença das corporações relacionadas ao trabalho foram dificultados. O principal fator de aglutinação foi o requisito de “cor da pele” para moldar as normas das irmandades: “Mantendo os padrões étnicos da população, as irmandades mineiras, como de resto as confrarias do Brasil, substituíram a cor da pele pelo antigo critério profissional, organizando, assim, associações separadas de brancos, negros e pardos.” (SCARANO, 1978, p. 38)

Havia a presença de pessoas brancas, em algumas confrarias negras, ocupando cargos mais importantes e isso restringia a convivência entre os chamados “homens de cor”. Afinal, como negariam o pedido do homem branco para participar? Brancos eram aceitos, mas não teriam direito a voto nas questões importantes das irmandades de pretos. Alguns cargos de exigências técnicas e jurídicas eram ocupados por eles, como, por exemplo, a tesouraria. Os negros, mesmos cerceados por conta do sistema escravocrata, buscaram saída nas encruzilhadas: “Não quer isso dizer, entretanto, que todos os brancos pertencentes a irmandades de pretos eram irmãos de mesa. A maioria não passava de membros como os outros que se sujeitavam, ao menos teoricamente, às leis da organização.” (SCARANO, 1978, p. 130)

Assim, podemos pensar as irmandades como um espaço de encontro dos negros, um outro espaço de sociabilidade, fora do estreito espaço da casa grande, da senzala ou das rotas de fuga: como um espaço legalizado pela igreja e respeitado pelas instituições existentes. Um espaço possível para construir algum reconhecimento na sociedade pela fé. Um espaço onde era permitida a participação de homens e mulheres negras, sejam cativos, alforriados ou livres. Um espaço onde existia a possibilidade real de ter contato, por meio de cartas, com os cargos mais altos da Igreja Católica.

As irmandades de misericórdias atrelavam as questões assistenciais e religiosas:

[...] as Casas de Misericórdia gozavam de grande popularidade nos países da bacia Mediterrânea e Papas como Inocêncio III, por exemplo, exortavam os fiéis a construir hospitais. Gozavam também do favor de reis lusitanos que lhes concederam mercês e recursos financeiros.” (SCARANO, 1978, p. 27)

As Casas de Misericórdia destoavam das outras irmandades, pois buscavam uma forma de organização centralizada, já que não era permitida a participação de assalariados e exigia a necessidade de ter uma linhagem que ligasse às classes abastadas a fim de estar à altura da realização de obras das misericórdias. Scarano (1978) chega a citar a necessidade da denominada “pureza do sangue”.

Essas particularidades seguiram o mesmo contorno dentro do território brasileiro. Na cidade de Salvador, o caixa da associação se fortalece a partir dos juros de transações de dinheiro emprestado (SCARANO, 1978). O autor acredita que a questão econômica da atividade da mineração no estado de Minas Gerais tenha contribuído de forma decisiva para o desenvolvimento das irmandades, que alcançaram grande destaque na região. A historiadora Evaristo (2018) afirma que as Irmandades que tiveram o seu nascimento na região de Minas Gerais estão intrinsecamente conectadas à formação histórica desse estado no século XVIII, porém se fazem presentes em outros estados brasileiros.

No período dos oitocentos, na região sul do país, de acordo Silva (2011), o fator econômico permanece extremamente vinculado à necessidade de mão de obra escrava para a realização do trabalho de charque. Magalhães (1993) afirma que o desenvolvimento da região de Pelotas ocorreu a partir de duas atividades econômicas centrais: as estâncias de gado, que tinham um número incipiente de escravizados, e as charqueadas, que apresentavam um grande número de mão de obra compulsória negro.

Os Charqueadores, pelo contrário, puderam manter um padrão de existência em que se observa, como contrapartida da fortuna, o refinamento das maneiras e de espírito. Como o trabalho, bem-organizado, era feito nas charqueadas apenas de novembro a abril, por um grande número de escravos (80 em média) nos intervalos desenvolveu-se o fazer. Passaram os charqueadores a morar na cidade, enriquecendo-a e enriquecendo-se de uma vida social intensa. (MAGALHÃES, 1993, p. 43).

Dessa forma, a presença da população negra nessas terras colabora para o surgimento e a criação dentro das normas e regras das Irmandades. Silva (2011) destaca que o germe do associativismo negro em Pelotas se deu a partir da criação das irmandades negras em 1820. A primeira a ser criada foi a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição. A segunda, nove anos depois, foi a Irmandade de Nossa Senhora de Assunção da Boa Morte e, em 1931, a Irmandade do Rosário.

O autor afirma que, mesmo tendo diversas irmandades e essas se caracterizassem em alguns aspectos, elas tinham as suas particularidades, todas possuíam uma grande inquietação com ritual da morte, pois desejavam que os seus pares fossem enterrados segundo as regras “a fim de poder oferecer um funeral digno aos seus membros e familiares.” (SILVIA, 2011, p. 3). O autor destaca ainda que, em consequência da Guerra de Farroupilha, entre de 1835 a 1845, ocorreu a paralisação das atividades das irmandades.

3.1.1 Santos negros e festas religiosas

A necessidade de expansão da fé católica e as disputas constantes por fiéis possibilitaram que a igreja trouxesse santos de diferentes grupos étnicos, dentre eles os pardos e pretos, facilitando o reconhecimento e a identificação com os povos escravizados.

É importante compreendermos como esse processo é iniciado de forma estratégica pela igreja para conquista de mais fiéis, como, por exemplo, Santa Efigênia, uma princesa negra pertencente à Núbia, país localizado na região nordeste do antigo continente africano, que, atualmente, fica entre dois países, a saber, Egito e Sudão.

O autor afirma que ela “teria sido batizada pelo apóstolo Mateus”, que aceitou o convite de Jesus para segui-lo. Esse acontecimento modifica totalmente os ideais de vida da princesa e ela se torna uma religiosa fiel aos preceitos da santidade recusando-se a se casar. Porém, um conflito pelo trono, após a morte do seu pai, com o seu tio Hitarco, quase muda tudo. O tio rouba o trono do seu irmão e tenta se casar com a sobrinha na intenção de legitimar o reino perante os seus súditos. Efigênia permanece fiel a sua fé. Isso provoca a fúria de Hitarco que ordena queimar o convento no qual a sobrinha morava com outras mulheres. Milagrosamente, o convento foi salvo. Após o falecimento de Hitarco, o irmão retorna ao trono. Tal fato foi atribuído aos milagres de Efigênia que, mais tarde, seria santificada. (OLIVEIRA; EVARISTO, 2018)

Cabe-nos destacar que Evaristo desenvolve sua pesquisa em relação à devoção dos novos grupos de Congado nas cidades de Ouro Preto (MG) e de Conselheiro Lafaiete (MG), além de estudar os santos que ainda são celebrados nesses espaços de uma forma mais profunda. Porém, não iremos mergulhar nos detalhes explanados de tal beleza e grandeza, pois a nossa proposta de pesquisa, apesar de vislumbrar o estado de Minas Gerais como campo, centraliza os esforços em Juiz de Fora (MG), precisamente no bairro Santa Cândida, que pertence à região do bairro São Benedito. Nome de um santo que, segundo Zarattini

(2022), foi o negro mais reverenciado no Brasil, sendo o primeiro a ser investigado com o objetivo de compreender a devoção dos negros.

Evaristo (2018) relata que São Benedito, em 1524, na Sicília, tinha como descendentes os Etíopes. Conhecido como Moura, tornou-se prisioneiro e foi levado para a região norte da África. Com 18 anos, entrou para o grupo de seguidores de São Francisco de Assis. Aos 35 anos, foi para o convento capuchino e, por algum tempo, ocupou um cargo superior, não sendo ordenado como franciscano. A autora afirma que foram escritas duas versões sobre o testemunho de vida do protetor dos negros. A primeira está relacionada ao momento sagrado, que representa, atualmente, um dos setes sacramentos que é o da Santa Eucaristia: o santo é pego pelo seu superior levando comida para os necessitados. Quando é forçado a mostrar o que está levando, o milagre se realiza imediatamente e a comida se transforma em pétalas de rosa.

A segunda versão apresenta o santo como cozinheiro e escravizado: ele se alimentava escondido. Acontece que ele foi descoberto e, no momento em que seria punido, as correntes se estouram sozinhas e o braço do responsável pela repreensão paralisa.

No Brasil, ainda nos dias atuais, São Benedito é reconhecido como santo das causas impossíveis. Atributo que recebeu no período da escravidão, por ser esta considerada uma causa impossível, deste modo, aqueles que conseguiam se libertar do cativeiro e eram devotos de São Benedito, tinham certeza de que o santo realizou algo impossível. (RENDERS,2013 *apud* EVARISTO, 2018, p. 40).

A primeira solicitação para a liberação para a construção de uma capela foi em 1741 quando a região ainda possuía as estátuas de Vila de Santo Antônio. Fica datado o ano de 1855 como o da admissão do estatuto da Irmandade de Nosso Senhor dos Passos. No dia 06 de agosto, a Irmandade inicia oficialmente as suas atividades. Em 1859, é construída a casa de caridade que futuramente resultaria na Santa Casa de Misericórdia.

Importante pensarmos que as irmandades eram um espaço que recebia os aparatos jurídicos e políticos para a realização da sua existência. Podemos observar isso no código de postura da cidade de Juiz de Fora (MG):

Em meio a essas restrições e punições as posturas de 1857 permitam algumas concessões aos escravos, como por exemplo, a permissão de promoverem reuniões e festas em locais públicos. O artigo que regulamentava a realização desses festejos apresentava o seguinte texto: É permitido aos escravos:

§I. Tocar, cantar, dançar dentro desta Cidade e Povoações nos lugares que forem pelos Subdelegados para esse fim designados.

§II Os quimbetes e reinados que costumam a fazer acompanhando os Juizes Mores da Irmandade do Rosário: as permissões dos antecedentes só terão lugar de dia. A designação do § I feita pelo Subdelegado pode ser alterada pela Camara

apresentados os mesmos motivos justificados. (Código de Posturas da Câmara Municipal da Cidade do Paraibuna da Província de Minas Gerais, Artigo 150. (BATISTA, 2012, p. 116).

No dia 8 de setembro de 1902, é criada a Irmandade de São Roque pelos imigrantes com descendência italiana. No entanto, é validado formalmente o estatuto da Irmandade no dia 26 de outubro de 1905. A fundação da irmandade de São Mateus aconteceu no dia 25 de agosto do ano de 1907, o que nos confirma a presença de irmandades e confrarias em diferentes recortes temporais demonstrando a legitimidade da existência das redes instruídas de forma legal e jurídica naquela conjuntura.

Outro santo que merece destaque é Santo Antônio do Categeró, um escravo considerado obediente, que trabalhava na casa grande e era responsável pelos afazeres do lar. Ao conseguir sua alforria, assim como São Benedito, torna-se um irmão franciscano na Sicília. O seu dono, João Landavula, foi responsável por sua catequização e o próprio Antônio lhe solicita ser batizado para poder usufruir da fé cristã. Passa, a partir daí, a se dedicar exclusivamente a Deus seguindo com rigor as regras e as normas da igreja (EVARISTO, 2018).

Zarattini (2022, p. 16) destaca que Santo Antônio de Noto foi beatificado pela igreja no século XVI e “é conhecido, também, como o Negro, o Mouro, o Etíope ou de Categeró (e suas corruptelas).”

Já Nossa Senhora do Rosário é uma das mais cultuadas dentre as irmandades negras mesmo sendo branca. Zarattini reitera que, a partir de 1388, após a vitória sobre os turcos na chamada Batalha de Lepanto, a Santa passa a ser oficialmente reconhecida pela igreja e pelo seu papado:

[...] chama a atenção para o fato de que o culto à Virgem do Rosário teria sido exaltado pela vitória da Liga Santa sobre os turcos otomanos na batalha de Lepanto, Grécia, em 1571 e, em decorrência do evento, vários escravizados recobram a liberdade. Além de uma série de justificativas dos religiosos na apropriação do citado culto, ressalta-se o fato de que, na iconografia da Virgem, verifica-se a presença do terço ou rosário nas mãos da personagem de veneração, fato que a associava ao adereço do orixá africano Afã ou Ifã, cuja manufatura mais tradicional utilizava as sementes de uma palmeira unidas por um cordão. Iquim é a noz obtida de uma palmeira de dendê originária da costa ocidental africana, usada para fins divinatórios e produção das peças. Em adaptação a essa manufatura no Brasil, as missangas obtidas de uma planta tropical perene conhecida como capim-rosário, painço adlay, ou capim-de-lágrima-de-nossa-senhora tem sido utilizadas. (ZARATTINI, 2022, p. 60).

Evaristo explica que a imagem de Maria passa a ser sinônimo da fé católica, ao mesmo tempo em que é um instrumento poderoso para se diferenciar dos protestantes, transforma-se em um grande trunfo na contrarreforma da Igreja Católica.

Por sua vez, Zarattini (2022) pontua que, no estado do nordeste, especificamente, em Olinda, será fundada a sede da Irmandade dos Homens Pretos, em 1644. Em 1654, em Recife, os negros fundam a Irmandade dos Homens Pretos do Recife. A assimilação da Virgem Maria em Nossa Senhora do Rosário acontece entre os negros na cidade de Ouro Preto. E, a partir de 1715, a Irmandade dos Homens Pretos inicia os seus encontros, porém o processo de construção da igreja pela população escravizada foi lento e levou cerca de cinquenta anos.

Uma questão de grande importância são as festas religiosas, que criam tradições e fortalecem os laços, e é um momento em que os escravizados e os negros alforriados se confraternizam. Além disso, participam juntos, de fato, de dinâmicas e de códigos estabelecidos naquela sociedade.

Uma das formas de disputa aconteceu por meio da construção das igrejas, verdadeiras demonstrações de fé e expressão da devoção das irmandades aos seus padroeiros.

As associações do Rosário permitiam que o escravo e outros homens de cor se reunissem dando vazão às tendências gregárias ou lúdicas. Como as celebrações eram ordinariamente religiosas e assim abertas a toda a população, qualquer festa católica poderia proporcionar tais oportunidades, mas era nas comemorações de seus santos protetores que o preto se torna o organizador, o “dono” da festa, patrocinando-a a seu gosto. (SCARANO, 1978, p. 145).

Outro fato importante foi a intervenção da Irmandade do Rosário no caso de um irmão negro que perdeu a sua liberdade depois de ter conquistado a alforria. Evaristo (2018) relata que todo o processo jurídico foi bancado pela Irmandade Nossa Senhora do Rosário, que ainda providenciou a sua liberdade. Também afirma que a irmandade que tinha a devoção à Nossa Senhora do Rosário se chamava originalmente como Nossa Senhora dos Homens Honrados, fundada em 1496, localizada na igreja do convento de São Domingos em Lisboa.

Evaristo (2018) pontua que, em 1520, em Lisboa, forma-se a primeira confraria composta exclusivamente de negros devotos de Nossa Senhora do Rosário e é resultante do conflito como o grupo de homens brancos. Segundo Reginaldo (2009), as irmandades dos homens pretos não conseguiram permanecer na sua sede, pois, no final do século XVI, o Papa as expulsou:

Antônio Vieira foi um dos nomes do século XVII que trouxe densas reflexões sobre o escravo no Brasil. Em uma série de pregações na Bahia, mesmo sem ter ainda feito seus votos, o futuro padre discutia a escravidão nos sermões em homenagem à

Virgem do Rosário. Em 1663, num sermão realizado numa irmandade negra dedicada a Nossa Senhora do Rosário, ele dizia que o cativo vivido pelos africanos seria transformado em liberdade eterna por meio da morte e sua consequente salvação. Vieira, ao se dirigir aos negros que assistiam, tratava-os como etíopes que se encontravam nas Américas e dizia que era indispensável confessar e adorar os mistérios do Rosário. Seguindo tais recomendações ao mesmo tempo em que adentrariam ao grêmio da Igreja também seriam salvos, aqueles que o ouviam diferenciariam de seus parentes que não foram instruídos no ministério da Fé. As oportunidades que estavam tendo aqueles que ouviam o religioso e que tinham oportunidade de seguirem os preceitos cristãos, representava o maior dos milagres da Virgem do Rosário. (VIANA, 2007, *apud* EVARISTO, 2018, p. 34-35).

É notório que a igreja não deixou nenhum caminho para os escravizados no Brasil a não ser abraçar a fé católica como uma possibilidade de salvação, além de ter acesso a tão sonhada liberdade de serem reconhecidos como pertencentes a um grupo.

A justificativa da escravidão se encontrava nos processos violentos de dominação: a alma, a mente, o corpo, a fé e a esperança, que deveriam ser controlados por meio dos sermões, dogmas, preceitos. Dessa forma, a população constrói técnicas de resistência para sua sobrevivência a fim de moldar novas ideias e formas de cuidado possíveis em uma sociedade escravocrata para suportar até o dia de sua liberdade, seja esse carnal ou espiritual. As questões espirituais e ações direcionadas às caridades vão ser as pautas que nortearão as irmandades na região de Minas Gerais.

Não poderíamos de abrir um parêntese e discorrer sobre Nossa Senhora Aparecida, uma Santa Negra extremamente conhecida no Brasil. No dia 12 de outubro, é homenageada por pequenas e grandes celebrações, que arrastam multidões. Fiéis, de diferentes regiões do Brasil, se reúnem no santuário Nacional de Nossa Aparecida do Norte ou assistem às celebrações transmitidas principalmente pelas emissoras de televisão, Rede Vida e a TV Aparecida e Rede Vida. A capela apresenta uma beleza singular arquitetônica e é a maior igreja da fé Mariana. Tem como um dos representantes principais nas programações o Padre Antônio Maria.

A Santa Negra do Brasil é símbolo do sincretismo religioso. Conforme informações retiradas do site da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, pescadores encontraram primeiro a cabeça da santa negra e depois o corpo, no ano de 1717, no Rio Paraíba, de grande importância e relevância hidrográfica, geográfica e econômica no país. Os pescadores eram moradores nas margens do rio Paraíba do Município de Guaratinguetá cujos nomes eram: Domingos Garcia, João Alves e Felipe Pedrosa.

4 DEPOIS DA ABOLIÇÃO: ASSOCIATIVISMO NEGRO E RESISTÊNCIA EM JUIZ DE FORA

4.1 NOTAS SOBRE O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO URBANA DOS NEGROS LIBERTOS E A FORMAÇÃO DE REDES DE SOLIDARIEDADE

O processo de segregação racial no Brasil ocorreu com particularidades regionais, mas, sobretudo, relacionado à Lei de Terras de 1850. Esta lei se encarregou de impedir o acesso à terra aos negros livres e libertos antes mesmo da abolição do sistema de escravidão. Por conseguinte, as pessoas negras passaram a constituir a maioria nas áreas segregadas das periferias urbanas, o que acabou por colocá-las à margem tanto econômica quanto geograficamente, assim como as impeliu a produzir alternativas de subsistência e de acesso a bens materiais. A partir dessa lei, só poderia ter acesso a terra quem tivesse condições econômicas para adquirir a sua posse legal. A Lei de Terras consolidou, desse modo, a estrutura latifundiária:

[...] desde 1822, a terra se tornava propriedade de quem chegasse primeiro e a ocupasse. Por exemplo: a Lei de Terras (1850) impedia que os negros se tornassem donos de terras, como vinha ocorrendo com os colonizadores. A partir dessa lei, só poderia ter acesso a terra quem a comprasse. Isso também colaborou para empurrar cada vez mais a população negra, no período pós-abolição, para o que hoje conhecemos como favelas [...] desde 1822, a terra se tornava propriedade de quem chegasse primeiro e a ocupasse. Por exemplo: a Lei de Terras (1850) impedia que os negros se tornassem donos de terras, como vinha ocorrendo com os colonizadores. A partir dessa lei, só poderia ter acesso a terra quem a comprasse. Isso também colaborou para empurrar cada vez mais a população negra, no período pós-abolição, para o que hoje conhecemos como favelas. (MENEZES, 2010, p. 26).

Batista (2015) descreve como foi o processo das condutas racistas juizforanas na passagem do final século XIX ao século XX, regidas para restringir a população negra de circular e ocupar certos espaços sob uma ótica “segregacionista”. E pondera que o apoio legislativo da Câmara de Vereadores foi decisivo para pensar mecanismos a fim de rechaçar a presença e os diferentes modos de sobrevivência da população negra no centro da cidade.

As populações negras sempre ganharam, conquistaram e tiraram o seu sustento nas ruas da cidade. Por meio de comércios denominados como clandestinos e ilegais era obtido o complemento do sustento das famílias e de sua prole. Com o apoio do legislativo e sob a violência histórica da polícia, em um cenário punitivo, surgem medidas que excluem e rechaçam o povo negro e o impelem, de forma abrupta e ininterrupta, o não direito de vivenciar plenamente a espacialidade urbana.

Mesmo após a abolição, não era permitida à população negra liberta que transitasse em certos espaços abertos. Em nossa cidade, por exemplo, sequer poderia ousar cruzar os olhares ou suas plantas dos pés caminharem na rua Halfeld, parte alta. Os corpos negros não eram autorizados pelos denominados descendentes europeus, que utilizavam o aparato institucional do Estado para punir aqueles que descumprissem as regras estabelecidas pela sociedade branca. Isso pode ser confirmado a seguir:

Trata-se de uma constatação que une várias vozes, soa de forma unânime na cidade de Juiz de Fora e que grande parte da população negra testemunha dessa época afirmar de maneira convincente: “(...) Na rua Halfeld os pretos só podiam transitar da rua Batista de Oliveira para baixo. Da Batista para cima era proibido. A gente ouvia dizer que não podia e era melhor obedecer. É assim que deve ser.” (Sr. Ivan Barbosa, 2009 apud BATISTA, 2015, p. 95).

Batista (2015) nos apresenta ainda a resolução do dia 20 de maio de 1896 relacionada à arrecadação de imposto, que penaliza os homens e as mulheres negras que trabalhavam como músicos, engraxates amoladores ambulantes e fonógrafos. A autora traz na íntegra a resolução:

Art. 1º - Fica o agente executivo autorizado a mandar arrecadar... como impostos eventuaes e singulares os seguintes: 1º - De Phonographo (sic), em que for cobrada qualquer quantia aos ouvintes; 5\$ por dia ou por noite 2º - De Músico ambulante que se fizer pagar pelos ouvintes, diariamente e por indivíduo, 2\$000; 3º - De cada Amolador ou Engraxador de calçado annualmente (sic), 10\$000. (BATISTA, 2015, p. 98).

Podemos assim vislumbrar como a chegada da urbanização e da modernização foram ajuizadas em Juiz de Fora de forma excludente contando com a força de trabalho de mãos negras. Fica evidente que, no período pós-abolição, os brancos da elite da cidade, conhecida como “Princesa de Minas”, não desejavam apenas dificultar a presença e a permanência de negros nos espaços centrais, mas, principalmente, que esse povo não expressasse a sua cultura por meio da música ou por qualquer outra manifestação.

Por outro lado, os sobreviventes do descaso do Estado buscavam, incessantemente, meios de sobrevivência trabalhando de maneira informal, além de apoio em redes de solidariedade constituídas principalmente por mulheres.

Os ofícios artesanais, muitas vezes ensinados pelos mais velhos, eram transmitidos oralmente. Com eles, os mais novos aprendiam as manualidades e os afazeres domésticos. Na minha memória, carrego a “famosa broa que era feita por água”, que, infelizmente, a receita se perdeu com a morte da minha avó com 35 anos de idade por um infarto fulminante. E, ainda, as

maravilhosas broas de inhame embaladas nas folhas de bananeiras do quilombo de São Pedro de Cima – MG, assadas em forno de barro, com uma tradição de mais de 120 anos...

Batista (2015) reafirma a presença e o trabalho de homens e mulheres libertos na dinâmica do comércio no centro de Juiz de Fora (MG). Os músicos eram cobrados de forma individual e diariamente, independente do horário que os mesmos se apresentassem. Batista (2015) destaca algumas outras ocupações, tais como:

As atividades domésticas eram exercidas no interior dos domicílios e também em áreas externas, quando as mulheres negras buscavam grandes volumes de roupas (denominamos também trouxas) nas residências das pessoas. Muitas das vezes atravessavam a cidade, levavam suas trouxas para suas casas; ali lavavam, “quaravam”, tiravam manchas, secavam, passavam e entregavam semanalmente nas residências devidas, fiel e semanalmente. Além disso, confeccionavam gêneros alimentícios como broas, pães, tortas doces e salgadas, cocadas, biscoitos, pastéis, rosquinhas, entre outros. Seus produtos eram vendidos em tabuleiros. No mesmo período, tiveram suas atividades proibidas em uma legislação que cerceava a exposição pública para venda de gêneros alimentícios que não tivessem sido confeccionados por amassadeiras mecânicas, conforme Batista (2006). Ao comentar esse fato, Cunha (2013), afirma que tal procedimento encontra-se diretamente relacionado à entrada dos imigrantes portugueses, beneficiados com facilitadores de aquisição de instrumentos de trabalho e maquinário, visando à instalação de padarias. (BATISTA, 2015, p. 99).

Por fim, a Lei da Vadiagem, o mito da democracia, a política de branqueamento realizada pelo Estado Brasileiro encurralava e minava a população negra dificultando ainda mais a sua sobrevivência. Segundo Pinto (2008), as cidades se tornaram centros de atração para imigrantes e libertos, o que resultou na formação de favelas e bairros habitados por negros e brancos pobres, considerados os “rejeitados do progresso”.

4.2 ASSOCIATIVISMO NEGRO EM JUIZ DE FORA (MG)

A historiadora Giovana de Castro Carvalho aponta Juiz de Fora como uma “Cidade Atlântica” – o que significa que, durante o período escravista, para que essa cidade funcionasse, era imprescindível a mão de obra negra.

Castro (2024) ainda realça que os escravizados, apesar da total adversidade, se demonstraram sujeitos pensantes, atuantes e mobilizados em torno da construção de estratégias coletivas de resistência. Relata, por exemplo, a história de Roza Cabinda, escravizada que pertenceu a Henrique Halfeld e conquistou o direito de comprar a própria liberdade pelo valor de 300 mil réis. No entanto, Halfeld recusou-se a lhe dar a carta de alforria.

Diante disso, Roza vai para a Justiça com o apoio de alguns filhos do escravizador, e ela conquista a vitória juridicamente: obtém o direito a sua liberdade no ano de 1873, no dia 02 de julho. Giovana de Castro (2024) pontua que não era tão simples ir à justiça naquela conjuntura, só que Roza se mobiliza e convence pessoas a serem suas testemunhas.

A historiadora, militante do Movimento Negro, e autora do livro “O Negro: Trabalho, sobrevivências e conquistas – Juiz de Fora (1888 – 1930)”, atualmente docente da Universidade do Estado de Minas Gerais, Rita de Cássia Souza Félix Batista, afirmou ao Jornal Tribuna de Minas, em 28/06/2020, cujo título da matéria é “Ex-escravizados tiveram que se reinventar”, que a população negra, em uma sociedade extremamente racista e excludente, construiu possibilidades de ocupar espaços.

As barreiras no mercado de trabalho formal ao povo negro eram muitas e Batista (2015) cita alguns autores que buscaram entender outras formas da dinâmica social não estabelecidas por uma sociedade escravocrata. São eles:

Anderson Pires, Ângelo Carrara, Rômulo Andrade, Elione Guimarães, Valéria Guimarães, Antônio Henrique, Patrícia Almeida, Gilmaria Mariosa, entre outros autores, veem trazendo à luz do conhecimento, novas investigações voltadas para uma compreensão da dinâmica da história da mesorregião da Zona da Mata mineira e as populações negras nesse processo. Contudo, acresce-se a necessidade de produção de mais e mais estudos que venham favorecer a compreensão da inserção das populações negras na região, pois se trata de um importante aspecto na história que suscita estudos investigativos mais detalhados. (BATISTA, 2015, p. 61).

Batista (2015) destaca ainda Lamas e Carrara a fim de sustentar a hipótese da presença de habitantes antes do início da construção do trajeto do Caminho Novo. A autora inicia destacando que, para Lamas,

[...] a região era povoada por uma minoria da população branca e uma quantidade expressiva das populações negra e nativa. O autor cita Milton Santos ao identificar a presença do ser humano em determinada região, quando se depara com as transformações nas paisagens naturais. Transformações essas, que se diferenciam das alterações provocadas pelo colonizador e dos grupos que mantinham atividades econômicas voltadas para suas subsistências. No período compreendido entre 1709 e 1720, o autor denominou povoamento primário. Exatamente após esse período, o autor cita Ângelo Carrara, quando o mesmo confirma a existência de um povoado antes da abertura do Caminho Novo, ao mesmo tempo em que publica um aumento populacional no povoado de 400% em vinte anos na Freguesia do Rio Pomba; região considerada propensa à produção pecuária e à economia de subsistência. (BATISTA, 2015, p. 61-62).

Em torno de 1850, quando a Vila de Santo Antônio se transformou juridicamente em município, a população negra de Juiz de Fora demonstra a “condição de cidade atlântica e escravista” (CASTRO, 2021, p. 2). Conforme Mariosa (2009) destaca, cerca de 60% da

população do município era composta por escravos em 1860. Em 1886, o município contabilizava 20.905 escravos, enquanto, na Zona da Mata mineira havia 101.588 escravos. Importante pensarmos que referente ao território da cidade de Juiz de Fora houve uma grande presença de mulheres escravizadas nas ruas que atuavam como escravas de ganho, conforme é apresentado por Batista (2015):

A presença desses anúncios nos demonstra também, que havia a predominância de escravas no sistema de ganho em Juiz de Fora que desenvolviam, principalmente, atividades relacionadas ao lar. As (os) cozinheiras (os) foi o serviço mais requisitado, representando 44,5% dos anúncios publicados. Esta tendência se explica, pois, este tipo de serviço era requisitado em praticamente todos os lares da cidade, assim ser cozinheira (o), poderia significar ganhar bons jornais de trabalho, quanto maior as habilidades na cozinha mais alto era o valor pago a este empregado. A tendência de escravas ao ganho no cenário urbano de Juiz de Fora, nos aponta para uma peculiaridade desse sistema na localidade, pois estudos para outros centros urbanos do Brasil, como por exemplo, o Rio de Janeiro, nos indicam que os homens predominaram no sistema de ganho; para Juiz de Fora, tal como foi dito, não foi detectado esta característica. (BATISTA, 2012, p.18 apud Castro 2024 p.101)

De acordo com Carrara (2019), é a partir da lei provincial nº 759, de 02 de maio 1856, que a Vila do Parahybuna passará ao status de cidade. Uma década depois, no dia 19 de dezembro, por meio do artigo 13 da Lei Provincial nº 1.262, é nomeada como Cidade do Juiz de Fora.

Com a construção da nova estrada executada entre 1836 a 1838, Halfeld aproveitou trechos do caminho Novo e deslocou parte da estrada que passava junto à Fazenda de Juiz de Fora na margem esquerda do Rio Paraibuna para a Margem direita, dessa forma estava surgindo aquilo que se tornaria a principal avenida da cidade, a Avenida Rio Branco. (OLIVEIRA, 1994 apud ZAIDAN, 2017, p. 34).

Segundo Oliveira, por volta de 1833-1835, essa vila abrigava 1.532 pessoas, das quais 538 eram livres e 949 eram cativas. Duas décadas depois, o número total de habitantes saltou para “6.466 indivíduos, sendo 2.441 livres e 4.025 escravos.” (OLIVEIRA, 2010, p. 43) O tráfico interno e as práticas de trabalho exercidas, além do quantitativo da população negra em Juiz de Fora entre os anos 1860 até 1880, são explicitados a seguir:

Sobre a ocupação dos escravos negociados em Juiz de Fora entre as décadas de 1860-1880, Cláudio H. Machado observa que em mais da metade das escrituras de compra e venda de escravos e de compra e venda e de hipoteca de terras não há informação sobre a atividade exercida pelos mancipios, ou seja, das 1.533 escrituras, em 1.309 não vem especificada a profissão do escravo. Porém, nos documentos que trazem tal informação, a maior parte dos escravos foi descrita como dedicados aos “serviços da roça” ou apenas como “roceiros” (72,32%), seguidos pelos empregados no serviço doméstico (18,75%). Entretanto, o autor exorta que se aos descritos como domésticos forem incluídos os “cozinheiros”, “copeiro”, “lavadeiras”, “engomadeiras” e “costureira”, a proporção eleva-se para 25,45%. O autor conjectura que boa parte dos 1.309 escravos que não tiveram sua ocupação descrita

estivessem ligados aos serviços da roça ou ao beneficiamento do café, uma vez que foram objetos de transações de propriedades agrícolas.

Com relação ao tráfico interprovincial, Cláudio Heleno Machado assevera que os escravos que foram transferidos para o município de Juiz de Fora nas décadas de 1870 e 1880 eram provenientes de diversas províncias. Segundo o autor, o Nordeste teria correspondido com 61,57% dos escravos deslocados, e as regiões Centro-Sul, Oeste e Sul com 33,21%, 3,36% e 1,86% respectivamente.

[...] Na década de 1870, Juiz de Fora era a cidade que detinha a maior população mancipia da Zona da Mata. Mesmo o censo realizado em 1872 tendo deixado de computar os escravos de uma das freguesias do município, este quadro não foi alterado. A freguesia em questão foi a de Nossa Senhora da Glória de São Pedro de Alcântara, que de acordo com Elione Guimarães detinha aproximadamente cinco mil mancipios que não foram registrados. (FRANCISCO, 2007, p. 63).

A primeira solicitação para a construção de uma capela foi em 1741 quando a região ainda possuía as estátuas de Vila de Santo Antônio. Importante pensarmos que a irmandade era um espaço, um lugar que recebia os aparatos jurídicos e políticos para a realização da sua existência. Podemos observar isso no código de postura da cidade, como realça Batista:

Em meio a essas restrições e punições as posturas de 1857 permitam algumas concessões aos escravos, como por exemplo, a permissão de promoverem reuniões e festas em locais públicos. O artigo que regulamentava a realização desses festejos apresentava o seguinte texto: É permitido aos escravos:

§I. Tocar, cantar, dançar dentro desta Cidade e Povoações nos lugares que forem pelos Subdelegados para esse fim designados.

§II Os quimbetes e reinados que costumam a fazer acompanhando os Juizes Mores da Irmandade do Rosário: as permissões dos antecedentes só terão lugar de dia. A designação do § I feita pelo Subdelegado pode ser alterada pela Câmara apresentados os mesmos motivos justificados. (Código de Posturas da Câmara Municipal da Cidade do Paraibuna da Província de Minas Gerais, Artigo 150 – BATISTA, 2012, p. 116).

Baseada em algumas informações do Jornal Pharol, podemos recuperar a origem da Irmandade de São Benedito em Juiz de Fora. No dia 23 de abril de 1885, em uma quinta-feira, o nome de Simão Butta Veriugo é estampado nas páginas do jornal com a informação de que liberto se casaria com uma escrava chamada Maria, que pertencia a dona Thereza Custódia. Em 26 de setembro do mesmo ano, no Jornal PHAROL, é sabido que o terreno para a construção da Irmandade foi doado para São Benedito pelo presidente Simão Butta. Em 10 de novembro, traz o aviso na página 02 da elevação do mastro com música para São Benedito.

Butta foi um sujeito imprescindível na articulação da população negra e, por isso, se torna peça fundamental para a organização das negras, negros cativos e libertos, como é explicado de forma por Nascimento (2024):

[...] De acordo, com as edições do “O Pharol” pesquisadas, as organizações negras criadas e atividades nas quais Simão Butta atuou foram as seguintes: foi Imperador e

sua esposa a Rainha da Festa de São Benedito de 1884 a 1890 e 1º juiz da Irmandade de São Benedito em 1890; criador e presidente da Sociedade Carnavalesca Riso da Mocidade Estrella do Brasil (1884); Festeiro da Festa de Santa Rita (1886); presidente da Sociedade Flor dos Artistas (1887), da qual originou-se no ano de 1894 a Banda Musical Simão Butta; criou o Club Estrella do Brasil (1887); fundou a Sociedade Aurora da Liberdade 13 de Maio (1888) e a Sociedade Recreativa Estrella do Oriente 13 de Maio (1888); organizou as Festas do 13 de maio em 1891 e 1892; presidiu a Sociedade dos Cozinheiros em 1891 e 1892; criou a Sociedade 13 de Maio (1892); presidiu a Sociedade Flor de São João (1895) e a Sociedade Recreativa Familiar União das Camélias (1895). Possivelmente, ele tenha participado de outras associações na cidade, principalmente, porque sua atuação englobou diversos grupos (religiosos, recreativos, carnavalescos e profissionais) formados por pessoas escravizadas e livres. Simão Butta também criou o jornal “Lua”, no qual fora o redator⁷, foi, em 1892 candidato a Juiz de Paz⁸, sargento do Batalhão 33 da Guarda Nacional em 1893⁹ e de 1891 a 1895 exerceu o cargo de entregador no jornal “O Pharol”¹⁰. Num processo de roubo do ano de 1890, ao ser arrolado como testemunha, Butta aparece como sabendo ler e escrever e com assinatura ao final do depoimento¹¹. Outro dado, de suma relevância sobre Simão Butta é que ele fora considerado como um abolicionista na cidade: tanto pelos jornalistas do “O Pharol” como por pessoas negras, neste caso destacam-se os sócios da Sociedade dos Cozinheiros. (SANTOS p.151-152 2024).

“As Irmandades apresentavam ainda como finalidade a formação de núcleos de redes de solidariedade” (QUIOSSA, 2006, p. 21) e o autor evidencia a existência da irmandade dos negros São Benedito. Em outra edição do Jornal, na Sessão Livre, observa-se a junção de duas irmandades na cidade para a realização da festa da Nossa Senhora do Rosário e o levantamento de mastro da bandeira: a Irmandade Nossa Senhora do Rosário de São Benedito de Juiz de Fora, em 3 do outubro de 1895.

Importante pensarmos que, na região central da cidade de Juiz de Fora, só existe a igreja do Rosário localizada no Bairro Granbery, cuja irmandade foi edificada em 22 de abril de 1888. Cabe-nos destacar que das Santas Padroeiras dos negros se torna um símbolo de fé e celebração da liberdade e de devoção Negra.

Às vésperas da Abolição da Escravidão no Brasil nascia, junto à Igreja Matriz, a Irmandade do Rosário da Freguesia de Santo Antônio da cidade de Juiz de Fora, região da Zona da Mata Mineira, dedicada a celebração não apenas de Nossa Senhora do Rosário, mas, também a São Benedito, São Elesbão e Santa Efigênia. No final do século XIX, os membros da referida Irmandade se reuniram para estabelecer o compromisso, como era de praxe, seguindo os parâmetros vigentes no que diz respeito a sua funcionalidade. Para isso, era necessário organizar uma mesa administrativa e redigir um estatuto e encaminhá-lo para as autoridades civis e religiosas. (SILVA, 2020, p. 48).

⁷ O PHAROL, 28 de out. de 1891.

⁸ O PHAROL, 03 de fev. 1892.

⁹ O PHAROL, 14 de set. 1893.

¹⁰ O PHAROL, 17 de jan. 1895.

¹¹ ARQUIVO HISTÓRICO DE JUIZ DE FORA. **Fundo Criminal do Fórum Benjamin Colucci na República**. Crimes contra a pessoa e a propriedade, série n. 04, cx. 26.

É de suma importância ponderarmos que os negros foram responsáveis pelo financiamento e pela construção da Igreja Nossa Senhora do Rosário. E o que mais chama atenção é a perda de vínculo com os festejos de São Benedito, São Elesbão e Santa Efigênia.

Além disso, a irmandade do Rosário é totalmente negra. Os negros se organizam, planejam e arrecadam dinheiro, e constroem a igreja em um dos espaços de extrema valorização imobiliária e com grande presença de moradores brancos.

Do período escravista, a manifestação religiosa negra típica que se tem registrada na cidade é a irmandade de Nossa Senhora do Rosário. De acordo com Pereira (2003), o fato de o catolicismo, no início da fundação do município, ser de origem leiga tem-se como consequência sua base em manifestações populares, não se diferenciando das demais cidades brasileiras. A presença das Irmandades, associações religiosas, nas quais os leigos se reuniam em torno de um santo, era comum. A irmandade de Nossa Senhora do Rosário era somente de negros, libertos e escravos. Seu registro de compromisso data de 22 de abril de 1988, 21 dias antes da abolição. O fator que a diferenciava era a coroação de um rei e de uma rainha, que marcavam o traço africano do movimento. Essa tradição remonta à figura de Francisco Natividade, o famoso Chico Rei, de Vila Rica. Além do compromisso com a Nossa Senhora do Rosário, os irmãos festejavam também São Benedito, São Elesbão e Santa Efigênia. Esta representou a fase inicial da construção da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, hoje localizada no bairro Granbery, com a ativa participação dos membros da irmandade. Após o processo de romanização da Igreja católica no pós-abolição, Pereira (2003) revela o desaparecimento da Irmandade do Rosário, não se encontrado mais registros de que teria ocorrido, em seguida com os seus membros. Aparentemente a centralização do Vaticano a teria enfraquecido por afastar as práticas da religiosidade popular. O fato é marcado também pelo falecimento do primeiro padre da cidade. Padre Tiago era negro e defendia as tradições do catolicismo popular. Esse fator representou uma ruptura com o catolicismo tradicional. Após o seu falecimento do pároco, a ação reformadora de Dom Viçoso consegue penetrar na cidade, reformando o clero, conforme era o desejo da diocese de Mariana. As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e dos Santos pretos religavam os negros às suas origens de uma forma simbólica, diz Pereira (2005) (MARIOSIA, 2009, p. 35-36).

Santos (2024) esclarece em sua obra *Desengomando a liberdade: trabalhadoras negras do serviço doméstico e suas agências em Juiz de Fora (1887-1892)* sobre a importância da irmandade de São Benedito no município de Juiz de Fora, para além dos festejos bem como organização dos trabalhadores da cozinha que nasce como estratégia para um momento de trabalhadores, pós abolição.

Nesse sentido, negras e negros livres e libertos de juiz de Fora por meio da sociedade dos cozinheiros assumiram o protagonismo dos festejos em comemoração ao dia 13 de maio (Abolição da escravidão no Brasil), que dois anos seguintes os Brancos tomaram a frente, No entanto, no ano de 1891, dois anos após abolição realizaram um baile na cidade em comemoração, que virou notícia na cidade.

A ilustre e numerosa classe de cozinheiros¹² realizaria no dia 13 de maio de 1891, a festa comemorativa da Abolição. Era “Gil” no jornal “O Pharol”, pseudônimo de José Braga¹³, quem demonstrava a insatisfação dos patrões com os sucessivos abandonos de cozinheiras, cujos pedidos de demissão davam-se por conta do baile em comemoração ao 13 de maio. (SANTOS 2024 p. 165)

Nesse contexto, nasce um forte elo de ligação da irmandade com as cozinheiras e cozinheiros, cuja crença e devoção a São Benedito que tem no ato de alimentar pessoas de cor preta, uma vez reunidos pela fé e aos festejos a São Benedito tornou-se um dos fortes motivos da irmandade identificar -se com os cozinheiras e cozinheiros; escravizados, alforriados e libertos do cativo O autor descreve que “ a história de São Benedito junto às pessoas escravizadas e livres, possivelmente foi um agregador de cozinheiras e cozinheiros, transformando a Irmandade em uma forma associativa negra para estes trabalhadores” (SANTOS 2024, p.164).

Nesse sentido, como um espaço de devoção negra que transforma elos de fé em laços de amizades e materializa diferentes formas e meios de resistências na qual solidifica -se pilares contra sistemas opressores. Esclarece a autora:

Em 05 de setembro de 1891, apareceu pela primeira vez no jornal “O Pharol” a nota sobre a greve das cozinheiras. Um anúncio especificava que aquele era um movimento de mulheres, apesar da existência de uma “Sociedade dos Cozinheiros” na cidade, o qual reunia diversas cozinheiras – certamente aquelas que trabalhavam em estabelecimentos comerciais, de serviços (hotéis e restaurantes) e em residências, além de trabalhadoras por contrato ou alugadas. A partir daquele dia, as cozinheiras não trabalhariam por menos de 30\$ (trinta réis) mensais. (SANTOS,2024 p.179)

Nesse cenário, podemos pensar como a população negra se distribuiu e como ela se encontra distribuída em Juiz de Fora atualmente. Conforme destaca Batista (2015), a população negra liberta, depois da Lei nº 3.353 de 13 de maio de 1888, que declarava o fim da escravidão no Brasil, passa a se assentar e a se acomodar em algumas regiões centrais e outras distanciadas do centro e, levando em consideração a formação geográfica, em “Mares de Morros em Minas Gerais”.

¹² A festa do dia 13 maio mobilizava não apenas cozinheiras, mas ao que parece uma parte da cidade, acontecendo em lugares diversos. No jornal “O Pharol” de 12 de maio de 1891, mesmo ano da nota de Gil, os festejos de 13 de maio são anunciados com a saída às 10 horas, pelas ruas da cidade da comissão das festas, com a banda de música do maestro Bernardino Dias de Faria.

¹³ Nascido em São João Del Rei, foi proprietário e redator do “O Pharol” de 1888 a 1891, exercendo nos anos posteriores o posto de jornalista e escritor da coluna “Factos e Notas”, na qual escrevia sátiras sobre Juiz de Fora e seu cotidiano. Exerceu o cargo de vice-diretor da imprensa oficial do estado de Minas Gerais e depois no jornal Comércio de São Paulo.

Assim, as casas eram erguidas em lugares com grande concentração de pessoas pertencentes ao mesmo grupo étnico-racial, que possuíam pouquíssimos recursos monetários para a construção.

Batista (2015) nos explica que essas massas se posicionaram ao redor da denominada região central urbana da cidade. Ali constroem uma história com aquele lugar, com aquela vizinhança, estabelecendo relações de afetos, desafetos e, também, fortalecem e edificam os laços íntimos com amigos e familiares. Cabe-nos destacar que, muitas vezes, sobrevivem por meio de mecanismos de “solidariedade”.

“Os filhos de ex-escravizados e seus semelhantes, em sua maioria, permaneceram com seus vínculos e afetos, criados na região que antes habitavam”, conforme afirma Batista (2015, p. 63). Importante pensarmos que há uma distância entre essas localidades e o centro da cidade, além desses bairros estarem próximos às matas, que favorecem a criação de rotas e de trilhas. Assim, surgem os bairros negros:

Tais agrupamentos constituíam áreas no entorno do centro urbano de Juiz de Fora, onde a população negra fixou-se, criou laços de solidariedade, constituiu família, compartilhou espaços em atividades culturais, recreativas, religiosas. Assim foram criados os bairros São Benedito antigo Arado, Megiolário e São Tarcísio, Lamaçal hoje Bom Pastor, Santa Rita, Serrinha conhecido hoje como Dom Bosco, Santa Luzia, Santo Antônio da Boiada, Santa Luzia, entre outros lugares. [...] observa-se um procedimento que considero a alavanca da expropriação das populações negras: a apropriação indevida dos imóveis por parte dos detentores do capital e sua prepotência ao expulsar essas populações para o entorno dos municípios. Fato frequentemente observado na história de expansão das zonas urbanas nesse país. (BATISTA, 2015, p. 68).

Com o crescimento populacional e a valorização de alguns espaços centrais como o bairro Bom Pastor ou o bairro São Pedro, com a construção da Universidade Federal de Juiz de Fora, bairros como Dom Bosco sofreram, nas últimas décadas, especulação imobiliária a fim de se transformarem em uma paisagem uniforme.

Assim, foram sendo apagados os espaços de lazer e de convivência das mulheres, que lavavam as roupas coletivamente. Um espaço de potência negra, de encontro e de desencontro, onde fluía solidariedade. O concreto e o sintético se materializam através do poder devorador, impositivo e excludente do poder imobiliário, em que os antigos moradores e vizinhos são cerceados de diferentes formas para ali não permanecerem, o que torna distante a possibilidade para as mulheres do bairro se encontrar naquele espaço comum para lavarem roupa e construir memórias:

Os encontros tornaram-se fortes elos de solidariedades, ocasião de compartilhamentos dos sonhos e angústias. O espaço da bica também se tornou alvo

dos interesses imobiliários e a mesma também foi desativada para a expansão dos grandes projetos dos empresários locais. [...] As perdas de estruturas comunitárias como o campo de futebol, única área de lazer do bairro, localizado num espaço público expropriado para desterritorializar a população local exatamente em frente ao grande shopping, a perda da “bica” de água comunitária utilizada pelas lavadeiras do bairro para a ampliação do maior hospital privado da região, e recentemente, o fechamento da única escola estadual que atendia a comunidade, mostra claramente a intenção de “higienização” do lugar, intensificando o conflito entre classes e simultaneamente tentando escamotear as diferenças através de um processo de retirada das estruturas coletivas e comunitárias, levando a perda do direito à cidade. Toda esta conjuntura nos leva a conhecer a dinâmica de formação, crescimento, significação e expressão dos bairros negros. (BATISTA, 2015, p. 70).

No período pós-abolição, a população negra passa a vivenciar de forma cotidiana e ininterrupta a violência do racismo, ao mesmo tempo que luta para sobreviver, resistir e persistir. Dessa forma, a diáspora negra juizforana passa a buscar meios de encontrar refúgio e alívio. Era preciso festejar a vida e permitir manifestações e vivências da cultura africana, além de praticar os seus rituais para além das irmandades negras. E o povo preto de Juiz de Fora encontra isso nos clubes negros. Por isso, vamos contextualizar o que chamamos de associativismo negro.

A diáspora africana nas terras brasileiras apresentou historicamente diferentes meios de organização, em que foram tecidas variadas formas de solidariedade para suportar o processo de escravização. A configuração de organização que foi aceita e legitimada pela própria sociedade eram as irmandades, nas quais homens e mulheres escravizados, alforriados e libertos conseguiam se reunir e vivenciar sua cultura.

Nesses espaços, foi possível criar ações em que a busca pela sobrevivência tinha a sua plenitude vivenciada no coletivo: a liberdade de estarem juntos em espaços pensados, criados, conquistados e organizados pelo povo negro. Era um meio de resistir ao racismo, ao isolamento, ao não acesso à educação e à recorrente violência.

O associativismo negro se modifica conforme a conjuntura econômica e política. Os clubes negros e associações de manifestações da cultura afrobrasileira também trouxeram contribuições para o resguardo das diferentes tradições diaspóricas africanas pós-Atlântico. Ao mesmo tempo, elaboraram e apresentaram diferentes formatos de proteção ou amenização às atrocidades da escravidão recorrendo aos meios legislativos, econômicos, culturais e religiosos para a obtenção de liberdade e a garantia do cumprimento de rituais fúnebres. Petrônio Domingues (2018) destaca que:

[...] Os negros desenvolveram, desde o período colonial, uma intensa vida associativa. Mesmo quando escravizados, encontraram diversas maneiras de se reunir com os seus pares. Algumas formas de organizações – como as maltas de capoeira e os terreiros de candomblé – foram perseguidas; outras como irmandades

religiosas sob a égide da igreja católica e as agremiações de ajuda mútua, eram toleradas pela sociedade em geral. Todas tinham como objetivo satisfazer necessidades sociais, econômicas, culturais, religiosas e humanas de um segmento populacional que vivia em condições adversas. A abolição da escravidão em 13 de maio de 1988 não resolveu todas essas necessidades. No entanto, abriu aos negros a possibilidade de se organizar sob condições diferentes daquelas do regime de cativo, com mais margens de liberdade. [...] A Guarda Negra chegou a ser chamada de “partido”, já que lutava por assegurar ao “homem de cor” o direito de intervir nos “negócios públicos” [...] Acredita-se que a guarda negra tenha sido a primeira instituição que utilizou o termo “negro” no sentido positivo e político da palavra. [...] O MNU inaugurou a fase contemporânea do “movimento negro.” (DICIONÁRIO DA ESCRAVIDÃO E LIBERDADE, ASSOCIATIVISMO NEGRO, 2018, p. 113).

Especificando os espaços de encontros da população negra na cidade, Batista (2015) realiza uma pesquisa sublime sobre as histórias dos clubes negros e também destaca a presença das mulheres negras nesses espaços ocupando diferentes funções. Sabemos, porém, que esse não é meu objeto de estudo, dessa forma irei explicar o assunto sucintamente.

É importante compreendermos que os clubes negros carregam uma autenticidade e a possibilidade de organização da população negra no cenário da sociedade juizforana, principalmente de estratégias encontradas para se ter acesso à região denominada como Centro, além de permitir que se encontrassem e vivenciassem momentos de lazer e de afetos.

Percebemos, a partir da leitura da obra da Batista (2015), que o clube favorito entre a população negra da cidade era o Elite Clube, localizado na Rua Halfeld, cuja entrada só era garantida às pessoas que estivessem extremamente bem vestidas:

Era muito bom, minha filha. A gente estava lá era por prazer mesmo. Eu cantava por muito tempo e quando botava a boca naquele microfone, o creolêu gostava era muito. Eu cantava e cantava. Que felicidade!! O povo dançava. Ali entrava os brancos também, era pra todo mundo. A gente não podia entrar nos clubes deles não, mas no da gente eles entravam. Todo mundo bonito. (D. MADALENA SILVA, parte de entrevista concedida à autora em janeiro de 2010 em Juiz de Fora/MG apud BATISTA, 2015, p.120).

Assim, para os negros, não existia a opção de frequentar os clubes dos brancos. A liberdade espacial, circulatória e a interação cultural só eram garantidas aos brancos. A fala de Dona Madalena descreve um lugar que lhe possibilitava viver momentos plenos de forma individual e coletiva. Não era apenas para dançar, mas um espaço em que as pessoas negras se encontravam umas com as outras e vivenciavam momentos de descontração, de novos romances e de conversas.

De acordo com Batista (2015), na região oeste da cidade, próxima ao bairro Dom Bosco, conhecida como Serrinha, nós vamos ter o “Clube Pão Com Pele” ou “Buraco Quente” que era frequentado por uma minoria branca. O Clube tinha como característica uma

autenticidade e carregava nos elementos do território local, cedendo espaço para o samba e a capoeira. Atualmente, o espaço é ocupado pelo Centro de Umbanda denominado “Pé de Ferro”, um dos mais antigos da cidade.

Também havia o Clube Serrano, fundado na década de cinquenta, localizado próximo à Rua Tietê, no Bairro São Mateus. A autora entrevista o Senhor Luiz, que explica que o clube ocupava um casarão e, por questões financeiras, ele não conseguia frequentar o espaço como gostaria.

Sobre o Clube do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Juiz de Fora, que teve a sua construção concluída e inaugurada no ano de 1962, está situado até os dias atuais na Rua Farmacêutico Vespasiano Pinto Vieira, 46 – Centro. Conforme salienta Batista (2015), o grupo musical chamado Banda Soma tocava no espaço. Em entrevista no Programa Mosaico, realizada pela produtora Multimeios da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, no dia 02 de abril de 2013, os integrantes contam que o surgimento da banda se dá, aproximadamente, em 1969.

A ideia surgiu de dois amigos, que eram vizinhos e estudavam juntos, Roberto Miranda (tecladista) e Nilter (guitarrista). O tecladista explica que Nilter já conhecia Marco Aurélio Brigatto, que era baterista e cantor na região. Assim, surge a banda que marcava presença em todos os finais de semana no Clube do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, considerado um dos espaços mais acessíveis naquela época.

Batista (2015) explica que, mesmo sendo um espaço do sindicato, não ficava restrito àqueles que eram sindicalizados, transformando-se assim em: “Um espaço de lazer que se faz presente na memória da população negra e que é referendado com muita frequência, popularmente conhecido como Têxtil.” (BATISTA, 2015, p. 173)

Outro espaço era o Clube Fogão, que traz consigo o significado do seu nome por esquentar demasiadamente e fazer com que as pessoas transpirassem muito, conforme lembra Sérgio Luiz, meu pai. Já Sr. Betim explica que o local original do clube era a Praça da Estação e que, posteriormente, o clube passou a funcionar na rua Marechal Deodoro:

[...] Era um forno, minha filha. Uma estufa. Parece que não tinha nem basculante. Era ali mesmo que a gente se divertia e muito. A gente dançava até tango. Gafieira era quase todo dia. O som era animado e a gente pobre ia mesmo. Os negros eram muito, muito mais. Lá não tinha divisão de cor não, mas era lugar dos negros mesmo. (BATISTA, 2015, p. 173).

O meu pai Sérgio Luiz relata que a solução mesmo era se deslocar a pé para os clubes e compartilha que uma turma, em torno de oito de homens negros, saía do bairro Vila Alpina

para ir aos bailes do Clube Lunar, no Bairro Santa Luzia e do Clube Montesinas, no Bairro Progresso. A volta para casa também era a pé. Quando questionado como as mulheres faziam para se deslocar para esses lugares, respondeu-me que elas não andavam a pé.

Batista (2015) apresenta ainda a história do famoso Olodum Special Bar, fundado em 1980, pensado para fortalecer a cultura e o público negro da cidade. Fundado por dois amigos negros, o bar ficava localizado, a princípio, próximo à Rua Barão de Cataguases. No entanto, chegou a fazer tanto sucesso que moradores de cidades vizinhas passaram a frequentá-lo. Com a procura, o espaço passou a não comportar mais o público, o que fez com que buscassem um salão mais amplo. O bar chega a atravessar uma década.

O Olodum caracterizou-se como lugar de convivência e lugar de roda de conversa, aconchego de pessoas em uma cidade que historicamente apresenta tradições que discriminam, apesar da sutileza que cotidianamente é externada. Em movimento de contra reação, os agrupamentos criados pelas populações negras, garantiram a identidade do grupo, sua coesão e ampliação dos laços de solidariedade.

[...] O Clube Olodum promoveu alguns shows com artistas comprometidos com questões relacionadas à identidade negra. Promoveram eventos com grupos de pagode de expressão nacional à época: Raça Negra e Grupo Raça. Grupo Orimilá, Afoxé e Danças afro-brasileiras. Promoveram show com a cantora Lecy Brandão ainda na primeira metade dos anos 90.

Ressalta-se que o Olodum enquanto clube de dança tornou-se também um dos maiores espaços de referência para a população negra discutir questões políticas e ideológicas que viessem ressaltar referências relacionadas à sua história e seu lugar na sociedade brasileira. (BATISTA, 2015, p. 176-177).

Batista (2015) demonstra a relação entre as ações do povo negro e as principais intervenções nos espaços urbanos na esfera da militância. Exemplifica como jornais foram pensados e editados por pessoas negras para denunciar os inúmeros casos de injustiça social, e que, na década de vinte, na cidade de São Paulo, nasce o Jornal O Clarim da Alvorada.

Também aponta a criação da Frente Negra brasileira no ano de 1931 em São Paulo. Em 1944, destaca que o professor e militante Abdias do Nascimento inaugura o Teatro Experimental do Negro no Rio de Janeiro. Realça que isso, com certeza, marca de forma reluzente a trajetória artística de inúmeros negros e negras como Zezé Mota, Ruth de Souza, Grande Otelo, entre outros, além de deixar um legado extraordinário nos palcos e nas telas da televisão e do cinema brasileiro.

5 ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E O PROTAGONISMO DAS MULHERES NEGRAS NOS ANOS 1980

Em um sistema econômico em que as pessoas são avaliadas pelo que aparentemente possuem ou herdaram ao longo dos anos, Harvey (2008) nos alerta que a estrutura de direitos é dominada pelo direito de exercer a propriedade privada e pela margem de lucro do capital total: “Apesar de tudo, vivemos num mundo onde os direitos de propriedade privada e a taxa de lucro se sobrepõem a todas as outras noções de direito.” (HARVEY, 2008, p. 73)

Aos despossuídos resta a alternativa de realizar ocupações ilegais do solo urbano e enfrentar diretamente a luta pelo acesso à moradia. Devido à natureza e às condições próprias do sistema capitalista, que alimenta suas crises transformando tudo em mercadoria, muitas vezes são impostos valores inalcançáveis para uma massa de excluídos. Resta apenas à grande maioria desses sujeitos a criatividade para tecer relações de arranjos e desarranjos no (re)aproveitamento do que lhes são apresentados naquelas respectivas condições.

Dessa forma, passam a reivindicar o direito à cidade. Para essa parcela da população que ofereceu sua mão de obra e a de sua prole, isso não foi suficiente para garantir um espaço que pudesse ser chamado de lar: “Não é demais lembrar que, ainda aqui, mercado e território são sinônimos. Um não se entende sem o outro.” (SANTOS, 2011, p. 68)

Maricato (1982), por sua vez, traz uma explicação mais profunda referente à lógica de obtenção de renda pelo sistema capitalista, em que a utilização do solo é transformada em mercadoria, tendo um valor determinado com suas variantes de localização e pelo uso do espaço, que só pode ser adquirido mediante liquidação do terreno, seja para aquisição da propriedade ou por locação.

Afirma que quem direciona esse mercado é a especulação imobiliária e seus diversos interesses de oferta, demanda, benefícios e necessidades básicas, entretenimento e dispositivos que influenciarão os interesses na sua utilização em diferentes circunstâncias da dinâmica da vida social na cidade. Segundo Maricato (1982, p. 23),

a demanda por solo urbano muda frequentemente, dependendo em última análise do processo de ocupação do espaço pela expansão do tecido urbano, resultando em oscilações violentas nos preços desta área, o que torna o mercado imobiliário essencialmente especulativo.

O direito à cidade passa a ser definido e delineado pelo capital, produzindo, conseqüentemente, um processo desordenado para os pobres, resultando em diferentes formas de desigualdade e segregação racial e social. O processo de segregação é resultado da

propriedade privada, que se torna uma das peças-chave para alimentar a estrutura de desigualdade do sistema capitalista, em que os não-proprietários das terras e menos ainda das condições objetivas para acessar recursos habitacionais são obrigados a recorrer a ocupações não legalizadas na esperança de garantir esse direito, buscando abrigo das adversidades, economizando para melhorar suas condições de vida e encontrar emprego, sonhando e lutando para ter um lugar permanente no território da cidade.

Menegat (2003) denomina essa situação de “crise urbana”, em que os pobres são compelidos a participar de um processo construído nos espaços disponíveis, negociando espaços precários, como as áreas de risco. O autor explica ainda que, no contexto dos novos ideais da modernidade, a propriedade privada passa a produzir uma dualidade indissociável entre o proprietário e o “sem propriedade”. Viver sem propriedade transforma automaticamente os indivíduos em despossuídos, muitas vezes indesejados nos espaços, em especial devido à cor de sua pele, aumentando a precariedade na busca por necessidades básicas de subsistência para si, para suas famílias e para os agregados.

5.1 SEGREGAÇÃO SOCIAL, RACIAL E TERRITORIAL NA CIDADE

Villaça (2009, p. 142) aponta que “há segregações das mais variadas naturezas na metrópole brasileira, principalmente de classes, etnias ou nacionalidades”. Segundo o autor, a segregação é um processo em que diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole.

A desigualdade racial resulta em exclusão, segregação e fortalecimento da ideologia do racismo, aumentando as desigualdades de oportunidades, se tornando parte inseparável das relações de exploração capitalista. A continuidade da segregação racial no Brasil pós-abolição foi explícita, como, por exemplo, o fato de o negro ser impedido de acessar o trabalho e os meios de produção, particularmente a terra, que “há muito deixara de ser sinônimo de *status* e passara a significar meio de auferir renda.” (MENEZES, 2010, p. 27)

Sobre a segregação socioespacial e racial nas cidades, Pinto (2008) esclarece que a política higienista teve grande influência no processo de urbanização em Juiz de Fora (MG) e em outras cidades brasileiras no século XIX. As políticas públicas passaram a ser direcionadas pela Sociedade de Medicina e Cirurgia, influenciando o processo de higienização das cidades, que se tornou crucial para o progresso. A desqualificação dos traços

negros se torna fundamental para selecionar a população que não terá acesso a terra, perpetuando a segregação territorial:

No Brasil, não se pode falar de segregação urbana sem que haja uma contextualização deste tema com a questão racial, de modo que a ideologia racial veementemente organizou a formação social brasileira. Ademais, ter essa compreensão explica muito a nossa atual existência (CARNEIRO, 2022). Portanto, torna-se indispensável analisar a questão através de uma perspectiva que dê conta de aludir ao processo segregatório urbano brasileiro por meio de uma ótica racial. Isto é, o da discriminação socioespacial, sofrida, sobretudo, por negros nas cidades brasileiras, diante de uma produção de cidade pautada pela conveniência da elite brasileira, ou seja, por uma política de exclusão da massa. (DIAS, 2023, p.11).

No Brasil, não se pode discutir segregação urbana sem contextualizar o tema com a questão racial, pois esta influenciou fortemente a formação social brasileira (CARNEIRO, 2022). Portanto, é indispensável analisar a questão sob uma perspectiva que aborde o processo de segregação urbana brasileira por uma ótica racial, explicando “a discriminação socioespacial enfrentada principalmente por negros nas cidades brasileiras, excluídos do acesso às formas legais de propriedade.” (DIAS, 2023, p. 11)

Assim, a segregação racial e social resulta do processo histórico de apropriação do território brasileiro. Como vimos, a instituição da Lei de Terras consolidou latifúndios no Brasil, enquanto negros e pobres foram completamente excluídos de direitos, especialmente pelo processo de higienização das cidades que visava expulsar aqueles que não se adequavam aos novos padrões de salubridade nas áreas centrais.

Em Juiz de Fora (MG), por exemplo, médicos influenciaram as políticas públicas na Câmara Municipal, alinhando-as aos interesses dos grupos econômicos dominantes. Os vereadores buscavam constantemente o “progresso”, enquanto teorias de racismo científico ganhavam destaque.

De acordo com o Plano Municipal de Redução de Risco (PMRR), elaborado pela Defesa Civil em 2007, existem na cidade 42 (quarenta e duas) áreas de risco e paralelamente a este trabalho o Serviço Social da Defesa Civil em 2010 realizou um levantamento populacional e étnico-racial nessas áreas identificadas como de risco ambiental. Com o intuito de identificar quem são os sujeitos sociais que estão vulneráveis aos escorregamentos de terra e inundação na cidade. A pesquisa revelou que em Juiz de Fora, 35.986 pessoas estão sujeitas aos desastres ambientais, sendo que nesse universo, 70,5% são negras – pretas e pardas – e 29,5% são brancas.

Os dados levantados evidenciam a segregação espacial por raça na cidade de Juiz de Fora. Fato que não é incomum em outras cidades brasileiras e são evidentes. Por outro lado, levanta a discussão sobre o lugar de moradia do/a negro/a nas cidades, e neste caso específico é um lugar de risco ambiental, onde os sujeitos sociais não brancos em sua maioria, que se localizam nessas áreas, estão expostos a serem atingidos por escorregamentos de terras e inundações. (BARRETO, 2017, p. 467-468).

5.1.1 Sobre o conceito de periferia

Conforme destaca Santa (2008), a periferia não é definida apenas pela distância física em relação aos centros urbanos, mas também pela acessibilidade aos bens e serviços. A falta de acesso à infraestrutura básica como água, saneamento e saúde leva os moradores a enfrentarem dificuldades diárias.

Homens, mulheres e crianças de diferentes origens religiosas, orientações sexuais e raças constroem relações complexas, às vezes conflituosas, buscando constantemente enfrentar um sistema que tenta ignorar suas demandas por melhores condições de vida nas periferias. No artigo “Periferia, um Termo Crítico: Distanciamentos Espaciais, Sociais e Simbólicos nas Cidades”, Jesus (2021, p. 59) enfatiza que “a periferia é produto do distanciamento, da exclusão, da segregação.”

Em uma das definições apresentadas no verbete da enciclopédia discursiva da cidade de Eduardo Guimarães (2018, p. 38), a palavra “periferia significa os espaços das cidades deixados fora das ações próprias das obrigações do Estado para com a sociedade.”

Conforme destacado no site “Conceito de”, a primeira definição de periferia, cuja etimologia da palavra encontra-se referenciada no latim "peripheria", apesar da preexistência na língua grega, é: “refere-se àquilo que rodeia um determinado centro, como uma zona, um contorno ou um perímetro. São basicamente os arredores.”

Enquanto no dicionário Aurélio (2010), a palavra periferia significa: “1. Superfície ou linha de delimita externamente um corpo ou uma região do espaço. 2. Numa cidade, a região mais afastada do centro urbano.” (AURÉLIO, 2010, p. 579)

Desse modo, o conceito de periferia passa a ser utilizado no Brasil para nomear bairros posteriores aos debates e discussões relacionados aos países periféricos e aos países centrais:

No contexto brasileiro, a palavra periferia é algo típico do processo de metropolização dos anos 1960-70. O termo tem sido usado para designar loteamentos clandestinos, ou favelas localizadas em áreas mais centrais, onde vive uma população de baixa renda. Para Manoel Lemes da Silva, professor de planejamento urbano e regional, da Faculdade São Marcos, de São Paulo, o termo periferia carrega consigo um sentido político, econômico e social que o subúrbio em princípio, não tem. “Não dá para pensar em periferia sem pensar em centro. É um par dialético que faz parte dos fundamentos da teoria do desenvolvimento econômico”, diz o professor. Em termos mundiais, o conceito de periferia foi reforçado após as duas grandes guerras e acirrado com a Guerra Fria, destinando o status de centro àqueles países de maior poder econômico e militar, e de periférico aos mais pobres, dependentes, com problemas de infra-estrutura, segundo Silva. Nas cidades, o conceito se aplica ao espaço onde está o centro econômico de poder. Do lado oposto, estaria a periferia. Silva afirma que o conceito surgiu na tentativa de tornar tolerável a manutenção de cidades ao Estado. Mas o que se tem na verdade, é uma perpetuação das desigualdades sociais e econômicas. (PALLONE, 2018, p. 11).

Ainda, a periferia pode ser entendida como “o lugar a partir do qual é possível interrogar a questão social do espaço na cidade, uma vez que expressa de forma urgente a crise urbana, o processo de precarização social e das desigualdades.” (JESUS, 2021, p. 66)

Nas periferias, vamos nos deparar com as dificuldades vivenciadas por moradores, não apenas de acesso ao lazer, à saúde e à pavimentação das ruas, mas também no acesso diário à água. Muitas vezes, por falta de abastecimento, são obrigados, depois de um dia de trabalho, a enfrentar filas para obter água.

São filas constituídas principalmente por mulheres, crianças e alguns poucos homens como aconteceu no bairro Santa Cândida na década de 90. Mesmo com todas as residências com água encanada, naquela época a falta de água era constante na comunidade. Dessa forma, os moradores recorriam à mina localizada na rua Gilson da Silveira, conhecida “como a rua da mina”. Nos dias de hoje, essa água não é mais potável e raras são as mulheres que recorrem à mina para lavar peças de roupas.

Por muitas décadas, essa mina era o local onde a comunidade buscava água para realizar todas as tarefas da casa - cozinhar, lavar as roupas e a limpeza da casa. Não era raro, o caminhão-pipa subir outras vezes. Quando não havia solução, fazia-se a fervura da água para beber.

Figura 1 – Mina do bairro Santa Cândida



Fonte: Balbino, 2024.

Figura 2 – Mina do bairro Santa Cândida



Fonte: Balbino, 2024.

As moradoras e moradores se empenharam em lutar para ter acesso à infraestrutura básica para o funcionamento de uma comunidade, constituída por indivíduos de diferentes religiosidades, orientações sexuais e raças. Ao mesmo tempo, construíram relações de afeto, de conflito, buscando o enfrentamento constante contra um sistema que tenta o tempo todo descaracterizar suas pautas e demandas na luta por condições melhores de vida.

Tiaraju D’Andrea (2020) faz um panorama da trajetória no Estado de São Paulo, do conceito de periferia, que emerge das consequências do debate econômico nos países “latino-americano” e do grande crescimento populacional e suas relações e interseções populacionais das cidades.

A autora traça uma linha do tempo demonstrando como diferentes atores sociais, intelectuais e religiosos influenciaram na construção do conceito que deixou de ser um sinônimo de pobreza e se transformou em uma pauta político e social. Transformado em um movimento de reivindicação dos moradores e moradoras da periferia, esse movimento foi criado devido à ausência da presença do Estado nesses espaços *versus* as necessidades básicas de sobrevivência nas cidades. E a mudança do estigma de ser um morador de periferia é colocada como uma pauta de luta e de orgulho.

Exatamente na formação desse movimento social das periferias que a “cultura hip hop” participa com destaque. O grupo de rap “Racionais MC’s”, por exemplo, lança um disco em 1989, “Pânico na Zona Sul” e, em 1993, o “Fim de Semana no Parque”. Nesse momento, a resistência e o verdadeiro significado de ser um morador de periferia se materializam através das letras que são escritas e cantadas. Tudo aquilo que é vivenciado e não dito é expresso

inúmeras vezes e provoca lágrimas e/ou de sorrisos, além de ampliar as fronteiras impostas socialmente.

Cabe lembrar que havia distintas posições nesse debate. Na década de 1970, no campo do marxismo, interpretações discutiam se a produção da cidade era um reflexo da produção econômica (Camargo et al., 1982; Kowarick, 1993) ou se esta possuía uma lógica própria (Maricato, 1982). Nos anos 1980, pesquisas antropológicas lançaram um novo olhar sobre a periferia, ressaltando modos de vida e o imaginário das populações. (Zaluar, 1985; Durham, 1986). Outro agente a utilizar o termo foi a Igreja Católica, que já na década de 1970 possuía uma Pastoral das Periferias. Naquele período, o trânsito entre acadêmicos, igreja e movimentos sociais fez com que os moradores, mesmo que de forma incipiente, passassem a conhecer o termo. Na década de 1970, Clubes de Mães e o Movimento Punk, por exemplo, já o utilizavam. No entanto, é na década de 1990 que o termo ganha visibilidade. [...] O momento da mudança na preponderância ocorreu nos primeiros anos da década de 1990, quando fundamentalmente o movimento hip-hop passou a publicizar o termo. Naquele momento, a periferia reivindicou a palavra periferia, começando um processo histórico de modificação de seus significados. Os principais artífices desse processo foram expressões culturais. A partir de 2002, após o lançamento do filme Cidade de Deus, de Fernando Meirelles e Kátia Lund, a definição preponderante do termo periferia passa a ser feita pela indústria do entretenimento, que se apropriou de uma estética impulsionada pelo rap. (D'ANDREA, 2020, p. 20-21).

As periferias são espaços que produzem e reproduzem a sua própria arte, história e cultura. Passam a se organizar e legitimar como mais do que um lugar para morar. Assim,

o lugar, na cidade (de Juiz de Fora), onde residem, trabalham, se divertem e vivem comunidades e/ou bairros que exibem uma diversidade étnica e racial e de gênero, composta por negros/as, indígenas, ciganos/as, minorias religiosas, entre outros grupos, sendo “reconhecida pelo conjunto de práticas cotidianas que materializam uma organização genuína do tecido social com suas potências inventivas, formas diferenciadas de ocupação do espaço e arranjos comunicativos contra hegemônicos e próprios de cada território.” (MANIFESTO DAS PERIFERIAS, 2017). Portanto, na periferia há uma presença mais expressiva de determinados corpos. Em outras palavras, uma corporeidade e etnicidade específicas. Também é caracterizada por uma vulnerabilidade social, pois “a incapacidade de acesso a bens e serviços é, em si mesma, um dado suficiente para repelir o indivíduo e também afirmar a uma situação periférica.” (SANTOS, 2008, p. 290-291). Além disso, muito importante para o nosso conceito de periferia é o fato de que essa possui uma história de luta e de organização social singular. Desse modo, reconhecemos que a periferia é, tendencialmente, um lugar de criação de uma cultura contra hegemônica. Isto é, uma cultura que denuncia e enfrenta a cultura produzida pelo dinheiro, pelo capital. A periferia vem produzindo uma cultura que enfrenta o capitalismo e tudo que a ele está ligado: o racismo, o machismo e por aí fora. (EDITAL CULTURA NA QUEBRADA, 2022).

5.1.2 Zonas de Especial Interesse Social – ZEIS

Para a definição das ZEIS, é importante um breve resgate histórico do seu surgimento ao longo dos anos. Estas áreas foram denominadas como áreas de ocupação subnormal, Áreas de Especial Interesse Social (AEIS) e, finalmente, ZEIS.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, fruto da Lei nº 9811 de 2000, apresentou as áreas de ocupação subnormal, baseadas em um estudo realizado em 1996 e caracterizadas “pelas condições médias de habitabilidade, infraestrutura e estrutura urbana das suas áreas vizinhas.” (PDDU, 2000, p. 334). Nesta classificação, foram descritas 87 áreas que perfazem cerca de 8 mil moradias.

O PDDU de 2000 estabeleceu uma nova definição para estas áreas, conforme os artigos 30 e 31:

Art. 30 - Área de Especial Interesse Social (AEIS) é a área de ocupação loteamento irregular, não titulado, clandestino ou abandonado, cuja declaração de especial interesse objetiva sua regularização urbanística ou fundiária, mediante a elaboração de projetos específicos.

§ 1º Constituem AEISs, sem prejuízo de outras criadas por lei, aquelas configuradas nos Mapas 04 a 15 e descritas nos Quadros 10A e 10B do Anexo Único desta Lei.

§ 2º As AEISs caracterizam-se pela existência de assentamentos desprovidos dos padrões mínimos de infraestrutura (água, luz e esgoto), acessibilidade, habitabilidade ou por irregularidade na titulação dos lotes, o que as coloca numa situação de segregação social.

Art. 31 - As AEISs constituem-se em dois grupos de assentamentos que se diferenciam pela forma com que se relacionam com o Poder Público:

I - As ocupações espontâneas, desprovidas ou com condições precárias de infraestrutura, serviços e equipamentos básicos, implantadas em áreas consideradas de risco de desabamento e/ou insalubridade e estão descritas no Quadro 10A do Anexo Único desta Lei.

II - Os assentamentos já submetidos a algum tipo de intervenção do Poder Público, nos aspectos de infraestrutura ou equipamentos, ou que tenham sua situação fundiária regularizada, mas que ainda se encontrem em condições precárias de habitabilidade e estão descritas no Quadro 10B do Anexo Único desta Lei. (ART. 30, § 1º e 2º e ART. 31 LEI 9811/2000).

Finalmente, a Lei Complementar 82 de 2018 instituiu a revisão do Plano por meio do Plano Diretor Participativo (PDP). Nesse sentido, as AEIS passaram a ser consideradas áreas que agrupam ZEIS, conforme destacado a seguir:

Zona de Especial Interesse Social - ZEIS: caracteriza-se pela presença de assentamentos informais, precários e irregulares, com deficiências de oferta de infraestrutura, equipamentos e serviços, com presença de riscos geológicos, ocupada por população predominantemente de baixa renda, socialmente vulnerável, com baixos índices de desenvolvimento humano. A declaração de especial interesse

objetiva sua regularização fundiária, requalificação urbanística e atenção social mediante a elaboração de projetos específicos. (LEI COMPLEMENTAR Nº 82, DE 03 DE JULHO DE 2018).

Desse modo, considerando a atual nomenclatura, as ZEIS estão situadas em toda área urbana de Juiz de Fora, que, por sua vez, divide-se em 07 Regiões de Planejamento (RP). Para fins de gestão e planejamento, a cidade está subdividida em 08 Regiões de Planejamento, a saber: RP Leste; RP Norte; RP Centro-Oeste; RP Sul; RP Nordeste; RP Centro; RP Sudeste e RP Oeste (PJF, 2018).

Cada RP abrange bairros que podem conter ZEIS. A RP Leste, por exemplo, contém, entre outros, os bairros Santa Cândida e Vitorino Braga. Na divisa entre os dois, está situada uma ZEIS chamada Campo do Grotão, caracterizada por ocupação em área da Prefeitura, com problemas de esgoto e canalização de águas pluviais. Esta foi uma das áreas eleitas como subnormais no PDDU (2000). De acordo com o Ministério das Cidades, a principal função das ZEIS é:

[...] é a inclusão da população de menor renda no direito à cidade e à terra urbana servida de equipamentos e infra-estrutura, tanto por meio da delimitação de áreas previamente ocupadas por assentamentos precários, quanto por meio da delimitação de vazios urbanos e de imóveis subutilizados, destinados à produção de novas moradias populares. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2009, p. 17).

5.2 A ZONA LESTE DE JUIZ DE FORA É NEGRA

Em Juiz de Fora, os libertos somente alcançaram, em massa, a cidade a partir de 1920, após o declínio da produção do café na Zona da Mata Mineira. Contudo, ao chegar à cidade, a parte central não comportava essa demanda, sobrando a parte periférica, de baixa ocupação, dar origem ao que conhecemos hoje como os bairros Dom Bosco e São Benedito, o que levou “à formação de bairros inteiramente negros.” (OLIVEIRA, 2000, p. 64 apud BARRETO, 2013, p. 90-91)

O bairro Santa Cândida, popularmente conhecido como “Candinha”, está situado na região leste. Sua história foi marcada por lutas individuais e coletivas da comunidade. Observamos, direta e indiretamente, a união dos pequenos núcleos familiares e o protagonismo de algumas mulheres.

Juiz de Fora tem uma topografia composta por 2% do total de área plana, 15% ondulada e 83 % montanhosa. Aguiar (2000) aponta que o relevo do município, que norteou a expansão de sua malha urbana, é ondulado, apresentando grandes variações de altitude.

Segunda a autora, “o conjunto de elevações é caracterizado por ondulações côncavo-convexas, formando uma série de ‘mares de morros’. O conjunto de vales foi escavado pelos córregos e rios que cortam as terras do município. O Vale do Paraibuna corresponde à ocupação inicial da cidade.” (AGUIAR, 2000, p. 58)

De acordo com Hélio Coutinho Teixeira (2015), servidor do Setor de Território da Prefeitura do Município de Juiz de Fora, os dados referentes ao número de moradores do Bairro Santa Cândida incluem aqueles que fazem parte da Região Urbana de São Benedito, como os loteamentos dos bairros São Benedito, Vila Alpina, São Sebastião e Parque ABC.

Albuquerque (2006), ao analisar os relatos de antigos residentes do bairro São Benedito, afirma que o local havia sido uma fazenda que era chamada pelos populares de “Arado”. Conforme dados do Censo/ IBGE, em 2010, no Bairro São Benedito, havia 14.6393 habitantes (IBGE, 2010): 3.375 pretos; 5.012 pardos; 6.041 brancos; 214 amarelos e 51 indígenas.

A região está entre os bairros com maior concentração de população negra (pretos e pardos) da região periférica de Juiz de Fora. Isso se justifica porque, em 1938, a área foi desapropriada e os interessados puderam adquirir um lote: “[...] em 27/08/1949, a Gazeta Comercial publicou a lei número 161, sancionada pelo prefeito Dilermando Martins da Costa Cruz Filho, que denomina São Benedito o bairro até então conhecido como Arado. O projeto foi de autoria do vereador Joaquim Vicente Guedes.”

Quando o lugar ainda era conhecido como Arado, um grupo de homens tentou construir uma capela em homenagem a São Benedito que, na história do Brasil, sempre esteve associado à devoção e à fé dos negros. Entretanto, não possuíam recursos financeiros suficientes e, por isso, construíram apenas um cruzeiro. (ALBUQUERQUE, 2006)

Esse breve relato sobre a formação do bairro São Benedito se faz necessário por estar diretamente relacionado à criação do bairro Santa Cândida, pois a mesma família era a proprietária das terras que constituem na atualidade as duas regiões (ALBUQUERQUE, 2006). A paróquia do bairro São Benedito e a capela do Imaculado Coração de Maria ficam localizadas no bairro Santa Cândida. Nos feriados religiosos, a comunidade se reúne na paróquia e realiza, por exemplo, as caminhadas de Páscoa.

5.2.1 Juiz de Fora e população negra

Segundo Paixão (2003), no Censo do IBGE/2000, Juiz de Fora aparece no *ranking* das 100 cidades brasileiras com maior contingente de população negra (pretos e pardos), ocupando

o 52º lugar com um total de 157.134 pessoas – 77.624 homens e 79.510 mulheres negros. Todo esse processo sócio-histórico que culminou na segregação social, espacial e racial em Juiz de Fora, como em todas as regiões do Brasil, produziu uma diferença brutal de qualidade de vida entre negros e brancos, derrubando por terra o mito da democracia racial.

Conforme reportagem publicada no jornal O Globo, no dia 10/05/2017, nenhum município brasileiro negro possuía índice de desenvolvimento humano superior ao da população branca. Juiz de Fora ganha destaque na matéria por ser considerada a terceira cidade com maior desigualdade racial entre negros e brancos, com um índice de 0,707 da população negra enquanto a população branca apresentava 0,830; a diferença era de 0,123.

Juiz de Fora só ficava abaixo de Porto Alegre (RS) (0,705 de negros e 0,833 de brancos) e de Niterói (RJ) (0,759 de negros e 0,885 de brancos). Esses dados são resultantes de uma pesquisa entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) - órgão da ONU - em parceria com a Fundação João Pinheiro e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Figura 3 – População da área urbana de Juiz de Fora (ano 2010)



Fonte: IBGE, 2010.

Segundo os dados do IBGE de 2010, Juiz de Fora tinha um total populacional de 516.247, dos quais 73.942 eram pretos, 144.153 pardos, enquanto a população branca era de 294.080; os autodeclarados amarelos somavam 3.535 e, por fim, os indígenas em número de 538 pessoas.

De acordo com o Jornal Tribuna de Minas do dia 07/07/2024, a cidade possui um Índice de Progresso Social (IPS) de 67,32. Isso a coloca na 12ª posição para melhor se viver entre as cidades da Zona da Mata e Vertentes. O índice está diretamente atrelado a três pilares elementares que são as precisões Básicas Humanas, alicerces do Bem-Estar Social.

Segundo a referida matéria, foram pesquisados os seguintes itens: “Nutrição e Cuidados Médicos Básicos; Água e Saneamento; Moradia; Segurança Pessoal; Acesso ao

Conhecimento Básico; Acesso à Informação e Comunicação; Saúde e Bem-estar; Qualidade do Meio Ambiente; Direitos Individuais; Liberdades Individuais e de Escolha; Inclusão Social; Acesso à Educação Superior.” A reportagem não destaca nenhuma informação a respeito da raça/cor.

É importante termos ciência da pesquisa recentemente realizada pela Secretaria de Planejamento do Território e Participação Popular – SEPPOP. A pesquisa foi aplicada, em 2023, nos microterritórios referenciados no Plano Diretor da prefeitura de Juiz de Fora e realizada em conjunto com Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat).

O gráfico, a seguir, mostra uma visão da concentração das populações negras nas regiões da cidade de Juiz de Fora:

Figura 4 – Cor/Raça dos moradores



Fonte: ONU/Habitat, 2023.

5.2.2 CRAS Leste: território socioassistencial e população negra

Conforme os dados do Cadastro Único, cedidos pela Secretaria de Assistência Social, o CRAS que atende a região Leste é denominado, atualmente, de CRAS Vitorino Braga, conforme destacado a seguir:

Figura 5 – CRAS de Referência

CRAS DE REFERENCIA	Nº	TERRITORIO SOCIOASSISTENCIAL (TS)
LESTE VITORINO BRAGA	1	ALTO GRAJAU
	2	BONSUCESSO
	3	BOSQUE DOS PINHEIROS
	4	CESARIO ALVIM
	5	GRAJAU
	6	JARDIM DO SOL
	7	LADEIRA
	8	SANTA CANDIDA
	9	SANTOS ANJOS
	10	SAO BENEDITO
	11	SAO BERNARDO
	12	SAO SEBASTIAO
	13	VILA ALPINA
	14	VITORINO BRAGA

Fonte: CECAD, setembro de 2023.

Já na próxima tabela, podemos observar que a população negra atendida pelo CRAS Leste Vitorino Braga é majoritária. No caso dos territórios socioassistenciais de São Benedito e de Santa Cândida, o número de negros é muito superior ao de brancos cadastrados. No Bairro São Benedito, no ano 2023, foram cadastrados 1.447 negros e 793 brancos e, no Bairro Santa Cândida, 992 negros e 497 brancos. Estes dados confirmam que, em ambos, há uma grande concentração de negros.

Figura 6 – Raça/Território Socioassistencial

Ord.	Total de PESSOAS DA RAÇA no TERRITÓRIO SOCIOASSISTENCIAL (TS).	1.Branca	2.Preta	3.Amarela	4.Parda	5.Indigena	S/ Inf.	total
1	ALTO GRAJAU	13	10	1	15	1	0	40
2	BONSUCESSO	207	125	1	216	0	0	549
3	BOSQUE DOS PINHEIROS	28	4	0	3	0	0	35
4	CESARIO ALVIM	64	32	0	56	0	0	152
5	GRAJAU	837	331	15	598	0	0	1781
6	JARDIM DO SOL	60	1	0	19	0	0	80
7	LADEIRA	115	95	1	128	0	0	339
8	SANTA CANDIDA	497	440	8	552	2	0	1499
9	SANTOS ANJOS	272	156	3	262	1	0	694
10	SAO BENEDITO	793	632	11	815	0	1	2252
11	SAO BERNARDO	468	208	7	312	0	0	995
12	SAO SEBASTIAO	138	63	1	137	0	0	339
13	VILA ALPINA	260	239	10	376	0	0	885
14	VITORINO BRAGA	520	175	4	360	2	0	1061
	JUIZ DE FORA	4272	2511	62	3849	6	1	10701

Fonte: CECAD, 2023.

Baseada nas informações da Secretaria de Assistência Social, da Subsecretaria de Vigilância e Monitoramento Departamento de Avaliação e Gestão, o CRAS Leste Vitorino Braga atendeu um total de 2252 moradores do bairro São Benedito e 1499 moradores do bairro Santa Cândida em setembro de 2023. A Figura 7 ilustra a quantidade de Notificações

das Pessoas Atendidas ou Acompanhadas pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) nos dez Territórios Socioassistenciais mais vulneráveis classificados como muito alta e alta vulnerabilidade de Juiz de Fora (MG).

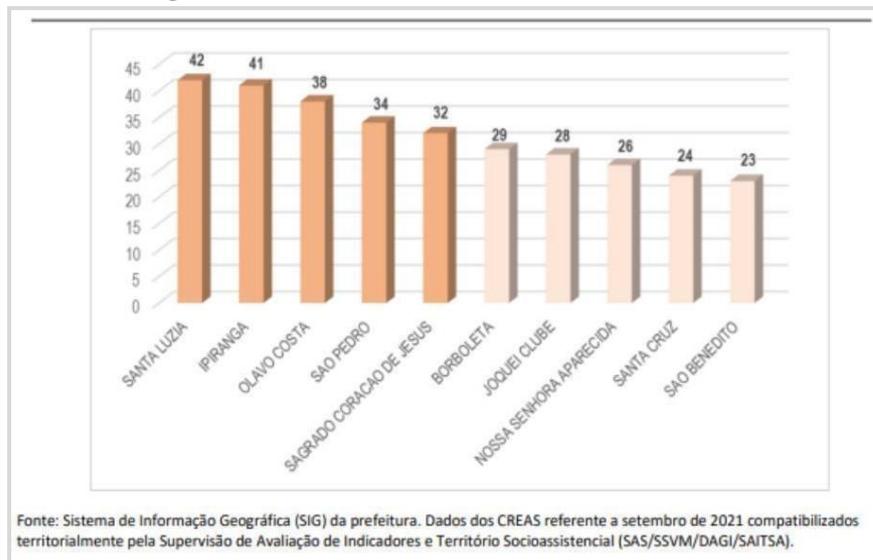
Figura 7 – Atendimento CRAS Leste Vitorino Braga

Ord.	Total de PESSOAS no TERRITÓRIO SOCIOASSISTENCIAL (TS).	CRAS_DE_REFERENCIA	CREAS_DE_REFERENCIA	1.Masculino	2.Feminino	Total
1	ALTO GRAJAU	CRAS LESTE VITORINO BRAGA	CREAS CENTRO 2	15	25	40
2	BONSUCESSO	CRAS LESTE VITORINO BRAGA	CREAS CENTRO 2	244	305	549
3	BOSQUE DOS PINHEIROS	CRAS LESTE VITORINO BRAGA	CREAS CENTRO 2	11	24	35
4	CESARIO ALVIM	CRAS LESTE VITORINO BRAGA	CREAS CENTRO 2	52	100	152
5	GRAJAU	CRAS LESTE VITORINO BRAGA	CREAS CENTRO 2	715	1066	1781
6	JARDIM DO SOL	CRAS LESTE VITORINO BRAGA	CREAS CENTRO 2	33	47	80
7	LADEIRA	CRAS LESTE VITORINO BRAGA	CREAS CENTRO 2	134	205	339
8	SANTA CANDIDA	CRAS LESTE VITORINO BRAGA	CREAS CENTRO 2	628	871	1499
9	SANTOS ANJOS	CRAS LESTE VITORINO BRAGA	CREAS CENTRO 2	429	265	694
10	SAO BENEDITO	CRAS LESTE VITORINO BRAGA	CREAS CENTRO 2	933	1319	2252
11	SAO BERNARDO	CRAS LESTE VITORINO BRAGA	CREAS CENTRO 2	413	582	995
12	SAO SEBASTIAO	CRAS LESTE VITORINO BRAGA	CREAS CENTRO 2	149	190	339
13	VILA ALPINA	CRAS LESTE VITORINO BRAGA	CREAS CENTRO 2	383	502	885
14	VITORINO BRAGA	CRAS LESTE VITORINO BRAGA	CREAS CENTRO 2	443	618	1061
	JUIZ DE FORA			4582	6119	10701

Fonte: CECAD, 2023.

Podemos observar também, no gráfico a seguir, referente ao ano de 2021, que o bairro São Benedito ocupa o último lugar. Contudo, é muito importante assinalar que o bairro se encontra incluído entre os dez territórios com maior número de atendimentos pelo CREAS. Considerando que esse dado tem como referência todos os bairros da cidade, a décima posição assume relevância.

Figura 8 –Território com maior atendimento do CREAS



Fonte: SIG, 2021.

Outra informação importante diz respeito à renda *per capita* das famílias atendidas no CRASS Leste, conforme pode ser conferido a seguir:

Figura 9 – Divisão por renda per capita/ CRAS Leste Vitorino Braga

DIVISÃO POR RENDA PER CAPITA DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO CRAS LESTE VITORINO BRAGA						
Ord.	Total de Famílias POR RENDA PER CAPITA no TERRITÓRIO SOCIOASSISTENCIAL (TS).	Total de Famílias	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4
1	ALTO GRAJAU	17	6	1	5	5
2	BONSUCESSO	226	61	31	49	85
3	BOSQUE DOS PINHEIROS	16	2	3	3	8
4	CESARIO ALVIM	67	14	5	20	28
5	GRAJAU	828	238	53	170	367
6	JARDIM DO SOL	40	4	1	7	28
7	LADEIRA	168	64	15	35	54
8	SANTA CANDIDA	671	236	52	150	233
9	SANTOS ANJOS	512	321	27	43	121
10	SAO BENEDITO	1004	303	83	214	404
11	SAO BERNARDO	474	116	33	89	236
12	SAO SEBASTIAO	147	41	7	38	61
13	VILA ALPINA	404	147	26	87	144
14	VITORINO BRAGA	527	135	27	93	272
	JUIZ DE FORA	5101	1688	364	1003	2046

FONTE: CECAD - Setembro de 2023

02/02/2024

Faixa 1	Renda familiar mensal per capita de R\$0,00 a R\$109,00
Faixa 2	Renda familiar mensal per capita de R\$109,01 a R\$218,00
Faixa 3	Renda familiar mensal per capita de R\$218,01 a 1/2 Salário Mínimo
Faixa 4	Renda familiar mensal per capita de acima de 1/2 Salário Mínimo

Fonte: CECAD, 2023.

A partir de uma leitura atenta dos dados, a referida tabela evidencia o elevado número de famílias atendidas que se encontravam na faixa 1, com renda familiar mensal entre 0,00 e 109,00 nos Territórios Socioassistenciais de São Benedito e Santa Cândida, no mês de setembro de 2023. Neste período, as famílias incluídas nesta faixa de renda representavam 35%, em São Benedito e, 30,2%, em Santa Cândida. Inclusive, como citado anteriormente, Santa Cândida está inserida na Região Urbana de São Benedito.

De acordo com as informações colhidas no registro da Unidade Básica de Saúde (UBS São Sebastião) do bairro Santa Cândida, no ano de 2014, existiam 898 famílias cadastradas, isto é, cerca de 3.592 habitantes, considerando a média de 4 pessoas por família.

5.3 MOBILIZAÇÕES DE MORADORES DO BAIRRO SANTA CÂNDIDA NOS ANOS 1980: O PROTAGONISMO DAS MULHERES NEGRAS

5.3.1 Mulheres negras, sororidade e dororidade

“Sororidade”: refere-se a uma aliança entre as mulheres para apoiarem-se mutuamente a fim de enfrentar os obstáculos impostos pelo patriarcado. O termo “sisterhood” foi inicialmente usado pela escritora Kate Millet, na década de 1970, e pode ser traduzido como “irmandade entre mulheres e irmãs”. Mais tarde, o termo “sororité” foi adotado pelas feministas francesas, chegando mais tarde ao Brasil como “sororidade”.

Grada Kilomba, em seu livro “Memórias da plantaço”, apresenta o debate de uma falsa ideia de sororidade universal. Podemos levantar a questão de ser totalmente inviável o fato de, no Brasil, mulheres negras e brancas ocuparem os mesmos espaços. Isso resulta, sem dúvida, do legado escravocrata e de uma sociedade racista e machista. Assim,

esse modelo de mundo dividido entre homens poderosos e mulheres subordinadas têm sido criticado fortemente por feministas negras. Primeiro, porque ele ignora estruturas raciais de poder entre mulheres diferentes; segundo, porque não consegue explicar por que homens negros não lucram com o patriarcado; terceiro, porque não considera que, devido ao racismo, o modo como o gênero é construído para mulheres negras difere das construções da feminilidade branca; e, por fim, porque esse modelo implica um universalismo entre mulheres, que localiza o gênero como foco primário e único de atenção e, desde que “raça” e racismo não são contemplados, tal ideia relega as mulheres negras à invisibilidade. Para reconhecer a realidade de mulheres negras, temos de distinguir os entrelaçamentos de “raça” e gênero em estruturas de identificação. (KILOMBA 2021, p. 101).

A autora, professora de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, e militante Vilma Piedade, criou a palavra dororidade e explicou em seu livro que não é o mesmo que sororidade, já que se refere à dor provocada pelo racismo.

Apresenta a etimologia das duas palavras: *sororidade* (soror-irmãs) e *dororidade* (dolor). Piedade define “Dororidade, pois contém as sombras, o vazio, a ausência, a fala silenciada, a dor causada pelo Racismo. E essa Dor é Preta.” (PIEADADE, 2017, p. 16). A autora faz um convite à reflexão da dor provocada pelo machismo e afirma que existe um diálogo entre os dois termos. Realça que a palavra dororidade tem a capacidade de provocar a união de todas as mulheres brancas, negras e indígenas pelas dores sentidas.

Dessa forma, não há ligação em nome apenas da solidariedade e sim como irmãs ligadas na luta dentro do universo da opressão, do racismo, do sexismo, do machismo e,

talvez, de uma possibilidade iminente da unificação das lutas. A necessária unificação das lutas é apresentada tanto por Kilomba (2008) quanto por Piedade (2017).

No que diz respeito às desigualdades vivenciadas pelas mulheres negras, estudos revelam como elas são confrontadas diariamente pelo racismo e pelo machismo presentes na sociedade, acirrando dessa forma as opressões e provocando adoecimentos. Por isso, Carneiro (2003, p. 119) afirma que “ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos.”

5.3.2 Lutas urbanas e mulheres negras

No ano de 1978, em um protesto devido à forma violenta que a população negra era tratada em seu cotidiano, após o assassinato do trabalhador Robson Luiz, ocorrido no dia 07 de julho, na escadaria do Teatro Municipal de São Paulo, surge o Movimento Negro Unificado. A década de 1980 foi de extrema importância para a organização de vários movimentos sociais, incluindo o Movimento Negro.

Em 13 de maio de 1988, se completariam 100 anos da Abolição. A comemoração foi pensada dentro da lógica de exaltação da princesa Isabel, pelo então presidente José Sarney. Conforme a assistente social, professora e militante do movimento negro Magali da Silva Almeida, os movimentos negros se organizaram em nível nacional, por meio de Marcha contra a farsa da Abolição no Brasil, em que denunciavam o racismo institucional, colocando em evidência a resistência e a identidade negra.

De acordo com Abreu (2014), o centro da cidade do Rio de Janeiro, no dia 11 de maio de 1988, foi palco de uma das maiores manifestações do movimento negro e reuniu mais de 5 cinco mil pessoas:

Utilizando carros de som, faixas e, fundamentalmente, os pulmões, os militantes pretendiam ir da Candelária até o monumento de Zumbi dos Palmares, na Praça Onze. Não conseguiram. Foram impedidos pelo Exército, em frente ao Comando Militar do Leste, mais especificamente, um pouco antes do Panteão de Caxias. Mais de 600 soldados armaram barricadas e ostentaram armas pesadas, impedindo a passagem da Marcha. Os militantes não puderam passar em frente ao monumento de Caxias e por isso não chegaram, como pretendiam, ao monumento a Zumbi. Zumbi e Caxias, numa batalha metafórica no meio da Avenida Presidente Vargas. Se considerarmos que os monumentos vão muito além de seus suportes materiais, notamos facilmente a importância do episódio.

A Marcha figurou entre os grandes eventos programados pelo Movimento Negro para aquele ano. O poder simbólico do contexto foi muito significativo para o país e para todos os atores envolvidos na redemocratização, após o encerramento do regime militar. Foi um ano de mobilização para a militância. (ABREU, 2014, p. 3).

No final desse mesmo ano, a luz elétrica chegou à comunidade do bairro Santa Cândida após inúmeras reivindicações. Adenilde Petrina Bispo, líder comunitária e residente no bairro até hoje, afirma que “No interior do cenário político da ditadura militar no Brasil, a cidade de Juiz de Fora era dividida em dois principais partidos, o PMDB e o ARENA”. A SPM do Bairro Santa Cândida era ligada à Federação de Bairros que, por sua vez, era coligada à ARENA.

Alguns atores principais da liderança das comunidades que faziam oposição ao partido da ARENA, o grupo de teatro “Nós Todos” e a juventude da comunidade de base, que trabalhava sob a luz da Teologia da Libertação, além da Vila Santa Cândida, começaram a ter a percepção de que as ideologias e as principais ações políticas da Arena não iam ao encontro da realidade e das necessidades básicas e políticas da comunidade.

A intervenção chegou a ser arbitrária por parte da federação, chegando à medida extrema do fechamento do Salão com o argumento de que o espaço estava sendo frequentado por comunistas, como pode ser confirmado a seguir:

Em junho do ano passado, Roque Raposo determinou o fechamento da Sociedade depois da proibição da entrada de um grupo de Jovens de Adultos na sede, onde realizavam reuniões, festas e missas, visando a catequese. O presidente da Federação por considera estes participantes como “comunista”, indicou Estevão Saturino para a presidência da Sociedade, o que segundo os estatutos, pois seria necessária a realização a realização de uma nova eleição. Além disso, Raposo reafirmou ao grupo que se algum de seus membros tivesse acesso à Sociedade, determinaria novamente o seu fechamento. Conceição Perciliana Cândida, ex-presidente da Sociedade, confirmou a proibição, mas não quis falar a respeito argumentando que o assunto já trouxe vários problemas incluindo alguns de nível pessoal e familiar. Outra denúncia feita pelos moradores é com respeito à inexistência de um telefone público e de uma rede de esgoto, sem que nenhuma providência tenha sido tomada. (JORNAL TRIBUNA DE MINAS, 11/11/1981, arquivo pessoal do Biel).

Embora inúmeras vezes este espaço tenha sido estigmatizado pela mídia, assim como pela população não residente na comunidade de Santa Cândida e alguns bairros adjacentes, é essencial demonstrar que, nesse bairro, residem pessoas que produzem cultura e possuem uma história de luta e de organização social, capazes de reivindicar os seus direitos para ter acesso a melhores condições de infraestrutura, saúde e educação:

[...] Nós somos e nos constituímos a partir dos espaços que habitamos e que consideramos como parte de nossas vidas. O bairro faz parte da nossa identidade, como a cidade, a rua e os espaços de sociabilidade. O terreiro, a igreja de preto, associação dançante, o clube carnavalesco são parte desta identidade construída no espaço urbano. São patrimônios culturais que notabilizam os territórios de maioria afrodescendentes. (RAMOS; CUNHA JR, 2007, p. 12).

A participação das mulheres foi basilar para que as mobilizações e os mutirões dentro do bairro acontecessem. Por volta das décadas de 1970 e 1980, grupos formados por jovens de diferentes lugares da cidade passaram a se reunir e a discutir formas de melhorar a situação dos bairros onde moravam. Do bairro Linhares, participou o grupo de teatro ‘NÓS TODOS’ com a proposta de levar uma discussão mais politizada de seus problemas.

Moreira (2012, p. 79-80) destaca que “[...] o grupo Jovens Unidos de Santa Cândida (JOUISC) foi formado com análogos propósitos, para a união dos moradores do bairro em torno de seus problemas, através do teatro, promoção de bailes, festas e exibição de filmes”. O desígnio era lutar pelos direitos dos moradores do bairro:

Mulheres à frente. Por quê? A casa era trabalho de mulher. De mulheres que eram identificadas pelo nome do marido, do pai, do filho mais velho ou do homem da casa. Como assim: Você conhece a Maria? Que Maria? A Maria do “sô Marcelino” o marido, ou o pai, e na falta dos dois, do filho, o homem da casa... As mulheres arregaçaram as mangas e conversando sobre as necessidades e as dificuldades do bairro se organizaram em uma associação denominada Sociedade Pró Melhoramento do Bairro Santa Cândida, tendo à frente a Dona Aparecida do “Sô” Sabino, uma mulher corajosa, decidida e disposta que juntou as mulheres do Bairro, os homens também puderam participar e, mulheres à frente, a luta pela água, esgoto, luz, calçamento das ruas... as festas organizadas para arrecadar fundos para movimentar a luta. (BISPO, 2020, p. 10).

Na Associação de Moradores, dona Aparecida reuniu um grupo de mulheres para reivindicar a construção de uma escola no bairro. Tal reivindicação travou uma legítima batalha, pois a comunidade buscava incansavelmente formas de melhorias de qualidade de vida. A falta de escola afetava diretamente, pois era preciso que as mães e responsáveis acordassem de madrugada e enfrentassem filas para conseguir uma vaga para seus filhos, como é relatado por Adenilde Bispo em seu artigo “A caminhada é uma construção coletiva e a Filosofia não se separa da vida”.

“As mães dormiam nas filas de escolas por perto para, quase sempre sem sucesso, matricularem seus filhos.” (BISPO, 2020, p. 10). Podemos observar e certificar a presença das mulheres na frente de atuação pelas melhorias no bairro. No dia 05/12/1982, no Diário Mercantil, as representantes Tereza e Maria Isidora, à época, falam e aproveitam estrategicamente a entrevista para dizer o que pensam e o que sabem sobre o bairro e a comunidade Eclesial de Base. Ambas demonstram conscientização política e aproveitam para compartilhar os planos no futuro de se conseguir um pedaço de terra para construir a Escola.

Criticam de forma direta as promessas da Prefeitura de doação de um terreno para a construção da Igreja. A comunidade mobilizou-se para conseguir o terreno e, depois, iniciou outra batalha para conseguir recursos para a construção através dos mutirões.

- Maria Tereza, como o bairro Santa Cândida reuniu a comunidade Eclesial de Base?
- Veio um frei aqui e nos explicou como funcionava a comunidade Eclesial de Base e como não tínhamos um lugar próprio, meu marido cedeu um salão, localizado na rua Jorge Raimundo. Quem dirige os encontros é a Dona Nilza, mas ela não está em casa agora.
- O que vocês fazem lá?
- Nós rezamos e discutimos os problemas do nosso bairro. Há quase dois anos enviamos uma folha para a Câmara Municipal com pedido para a prefeitura doar um terreno para construção de uma igreja, pois aqui no bairro não tem. O Prefeito ficou de dar um papel liberando a construção só que ele não chegou. Por esse motivo, as missas são celebradas no salão.
- Maria Izidora de Assis, como o Bairro Santa Cândida se posiciona em relação aos problemas da comunidade nas reuniões das CEBs?
- Eu e dona Tereza participamos mais das reuniões como ouvintes. É certo que estamos lutando para conseguir um terreno para a Igreja e depois para a construção de um grupo escolar. Mas lá nós tratamos de todos os assuntos, como a nossa segurança que é péssima, pois aqui tem muito ladrão. Na verdade, o que fazemos mais é rezar e tratar de assuntos ligados a Igreja. (DIÁRIO MERCANTIL, 05/12/1982, arquivo pessoal do Biel).

Em outra reportagem intitulada “Construída e carregada por mulheres: conheça as histórias do Bairro Santa Cândida”, publicada no jornal Tribuna de Minas, escrito por Cecília Itaborahy, no dia 30/07/2023, os moradores e militantes da cultura Hip Hop, Adenilde Petrina e Stain (Felipe) reconhecem o protagonismo das mulheres no bairro Santa Cândida, pois elas sempre estiveram à frente: “Os jovens de hoje sabem bem, inclusive, que, mais que isso, quem levantou e carregou o bairro foram as mulheres.” (JORNAL TRIBUNA DE MINAS, 2023)

Isso se justifica pelas dificuldades enfrentadas pela ausência de recursos básicos que afetavam diretamente às mulheres e aos seus familiares. Cabendo-lhes buscar saída para os problemas sem se apoiar somente no sentimento da esperança: era preciso colocar a mão na massa ou na enxada, às vezes, como fala Dona Maria Lúcia, minha mãe.

Concomitantemente,

Na Rádio tinha um programa voltado para as mulheres, o “Programa de Mulher” feito pela Professora Cláudia Regina Lahni que lecionava Comunicação Comunitária na Universidade Federal de Juiz de Fora, com a participação de suas alunas. O programa foi fundamental para as mulheres de Santa Cândida que nunca tinham se pensado como mulheres que tinham uma história, protagonismo e importância na sociedade; o programa trazia a história e as lutas dos movimentos feministas, grupos de feministas da cidade de Juiz de Fora, notícias sobre mulheres, feminismo, o machismo e a busca da igualdade entre mulheres e homens... tudo isso foi plasmando nosso pensamento e a descoberta de que tudo que aconteceu na Santa Cândida foi através da luta das lideranças femininas da comunidade. Éramos feministas e não tínhamos consciência. (PETRINA, 2020, p. 12).

A rádio Mega FM marcou a história das periferias de Juiz de Fora (MG) e os corações de muitas gerações apaixonadas pela música, dança e informação. A sua implementação

mostrou de forma concreta a capacidade de construir alternativas autônomas de transmissão de informações.

Petrina afirma que as ouvintes do programa de rádio produzido pela professora da Faculdade de Comunicação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, começaram a se enxergar como mulheres feministas, rompendo com o lugar estabelecido e pensado por um pensamento padrão. Através do programa, as mulheres do bairro passaram a conhecer a história do movimento feminista e a reconhecer a importância da luta por melhores condições de vida. Elas foram capazes de se reunir e criar formas solidárias e autônomas de organização mesmo em condições totalmente desfavoráveis. Além disso, buscaram diferentes meios para participar das festas, dos mutirões e das celebrações religiosas que se faziam presentes na comunidade.

5.3.3 A construção da Igreja Católica do Bairro Santa Cândida

Tribuna de Minas, no ano de 1982, publicou uma matéria intitulada “Bairro revive o mutirão para construir Igreja”. O jornal fazia referência à prática dos mutirões no processo de construção da Igreja Católica do bairro. A iniciativa tinha como coordenador o pedreiro José Leite da Silva que é entrevistado para refletir sobre a pouca participação dos moradores e, ao mesmo tempo, convocá-los para o próximo sábado.

Os padres dominicanos Almir Rodrigues Couto e Pedro Torres também participaram da entrevista. Enquanto Almir explica que, no primeiro momento, os moradores decidiram construir um salão de um tamanho de cinco e meio de largura e extensão de dez metros, mas o material não foi suficiente. Pedro Torres explicita que o desejo era construir um lugar que refletisse a realidade de vida da comunidade demonstrando assim a participação e o envolvimento da comunidade. Traz também a participação de moradores demonstrando a fé e o desejo da realização da construção.

O senhor Carolino José Alves Coutinho, de 53 anos, morador da comunidade há dezesseis anos afirmava: “Deus ajuda dar apoio a gente!” Também mobilizados no processo de arrecadação de dinheiro para a compra de material de construção, estavam os construtores Mario Ribeiro Carvalho e o filho Júlio, que tinha dezesseis anos de idade.

O Jornal Tribuna de Minas, do dia 11/11/1981, denunciava a intervenção da Federação na Sociedade Pró-Melhoramento dos Bairros, por não reivindicar e representar de fato as

necessidades e os interesses do bairro, além de muitos moradores desconhecerem a sua existência.

A juventude do bairro utilizava o Jornal da comunidade para convocar festas que eram organizadas coletivamente e realizadas no salão da Igreja. Um cartaz divulgava uma Festa Junina no bairro, com delícias típicas, e aproveitava para recomendar que os participantes levassem o título para assinar o projeto da Reforma Agrária. Conforme relato do Biel as mobilizações para arrecadar assinaturas referente a “emenda popular” da reforma agrária pra ser entregue ao congresso. foi um verdadeiro sucesso pois ultrapassou a meta de um milhão de assinaturas para dois milhões.

Figura 10 – Festa Junina do bairro Santa Cândida



Fonte: Rocha, 1987.

A seguir, podemos observar pequeno recorte do texto elaborado avaliação da comissão sistematização que afirma o recebimento da Emenda 00052.

Figura 11 – Emenda

<u>COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO</u>													
<u>EMENDA POPULAR Nº PE 00051-2</u>													
"Dispõe sobre o regime de governo".													
Entidades Responsáveis:													
<ul style="list-style-type: none"> - Instituto Brasileiro de Estudos Monárquicos do Rio Grande do Sul - Círculo Monárquico de São Paulo - Círculo Monárquico "D. Pedro Henrique de Orleans e Bragança" 													
Relator: Constituinte BERNARDO CABRAL													
<p>Subscrita por 44.632 eleitores e apresentada por quatro entidades associativas, a presente emenda prevê a realização, a 15 de novembro de 1993, de plebiscito para definir o regime de governo entre as formas de República Presidencial ou Parlamentar e Monarquia Parlamentar.</p> <p>Como, nesta fase dos trabalhos, compete a este Colegiado analisar a proposta apenas em seus aspectos formais e considerando que a iniciativa sob exame, segundo as informações da Secretaria, atende às exigências previstas no art. 24 do Regimento Interno para sua regular tramitação, meu parecer é no sentido de que esta Comissão se manifeste pelo recebimento da Emenda Popular nº PE 0005-2, reservada a apreciação de mérito para a ocasião própria.</p>													
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 70%;">EMENDA PE00052-1</td> <td style="width: 30%;"></td> </tr> <tr> <td>EMENDA 1P20737-1</td> <td></td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;"><small>AUTOR</small></td> <td style="text-align: center;"><small>PARTIDO</small></td> </tr> <tr> <td>GABRIEL DE ALMEIDA SANTOS E OUTROS</td> <td></td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;"><small>PLENÁRIO/COMISSÃO/SUBCOMISSÃO</small></td> <td style="text-align: center;"><small>DATA</small></td> </tr> <tr> <td>EMENDA POPULAR - PLENÁRIO</td> <td>19/10/87</td> </tr> </table>		EMENDA PE00052-1		EMENDA 1P20737-1		<small>AUTOR</small>	<small>PARTIDO</small>	GABRIEL DE ALMEIDA SANTOS E OUTROS		<small>PLENÁRIO/COMISSÃO/SUBCOMISSÃO</small>	<small>DATA</small>	EMENDA POPULAR - PLENÁRIO	19/10/87
EMENDA PE00052-1													
EMENDA 1P20737-1													
<small>AUTOR</small>	<small>PARTIDO</small>												
GABRIEL DE ALMEIDA SANTOS E OUTROS													
<small>PLENÁRIO/COMISSÃO/SUBCOMISSÃO</small>	<small>DATA</small>												
EMENDA POPULAR - PLENÁRIO	19/10/87												

Fonte: Rocha 1987.

Importante lembrar que esse era um momento de extrema importância de mobilização popular no Brasil, pois no próximo ano teríamos a elaboração da Carta Magna de 1988, que traz a pauta do reconhecimento das terras quilombolas e a criminalizando a racismo. E no mesmo ano é fundada a Fundação Palmares algumas meses exatamente no dia 22 de agosto de 1988 através da LEI Nº 7.668. Através do apoio do movimento negro unificado nasce a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas-CONAQ para ser um meio resguardar, unificar os direitos, a história a cultura dos negros e negras remanescentes dos quilombos no Brasil. Retornando para o bairro Santa Cândida na década de 80.

Outro relato importante da mobilização das comunidades de bases e que faz parte da luta para construção da igreja no bairro Santa Cândida foi o envio de uma carta à Conferência dos Bispos do Brasil CNBB. Nela, eram relatados os mandos, os desmandos e as

demonstrações da incapacidade de dialogar com a comunidade do Bispo Dom Geraldo. Após o envio, o mesmo foi transferido.

Importante observar que sempre foram utilizadas dentro da comunidade diferentes formas de comunicação e mobilização para além dos mutirões, como, por exemplo, quando as mulheres tiveram a ideia de fazer um livro de ouro visando arrecadar dinheiro para construção da igreja.

Eu tenho um documento aí que eu nem sabia que era importante porque teve uma época quando nós começamos a pensar a fazer a Igreja de Santa Cândida. Mas achamos assim que era muito legal, se a gente fosse no Dom Geraldo Maria de Moraes Penido pedir para ele abrir um livro assim, um caderno de ouro para gente pedir auxílio as pessoas pra construir a igreja. Aí fui eu, a Sueli e a Bete. Chegamos lá e nós fomos super maltratadas pelo arcebispo e o arcebispo tratou a gente com muita... Primeiro que ele não queria atender a gente, né? Aí depois encontramos com Padre Jaime. E o Padre Jaime? Falou: “Pô, vocês estão aí desde às 10 horas com fome e vão desistir?” Saí de lá do consultório do Padre Jaime, o Padre Jaime tinha um consultório de atendimento, consultório de atendimento de matrimônio. Então, ele emprestou o telefone. A gente ligou para Dom Geraldo, pra secretária dele: “Aqui, eu gostaria de falar com Dom Geraldo. Ele está aí?” “Está sim” - a secretária falou. E aí nós fomos para lá. Chegando lá, na hora que nós batemos e falamos: “Nós viemos falar com Dom Geraldo e a gente sabe que ele está aí.” Aí ela pegou e botou a gente lá para falar. Aí ele falou assim com a gente: “Eu falei que eu não queria receber vocês. Vocês teimaram em vir. Agora vocês desembucham”. Quando ele falou desembucha, eu falei: “Opa! Nem na nossa periferia, no nosso morro, a gente não usa esse termo. Porque no nosso morro a gente não trata os outros assim não. Nós tratamos os outros com respeito. E o senhor está nos desrespeitando. Nós viemos aqui pra pedir o senhor para assinar esse livro pra gente coletar dinheiro para gente construir a nossa igreja. Já que o senhor não pode, o senhor é um ser caído! Branco por fora cheio de podridão por dentro.” Viramos as costas e fomos chorando pela rua. A gente chorou pra caramba. Aí quando chegou aqui a gente comentou na reunião da SPM, o que que tinha acontecido. E aí eu tive a ideia de fazer um abaixo-assinado e mandar para CNBB. Porque eu fiquei aqui ó (mostra a garganta) com aquele Bispo, pra denunciar o que que ele tinha feito com a gente. Aí nós escrevemos e eu tenho o documento, em 77. E mandamos. Depois, a CNBB respondeu, assim numa linguagem domiciana, muito tranqüila assim. Para a gente ter paciência, e tal, mas que eles iam tentar resolver e transferir o Dom Geraldo daqui para Brasília ou pra Aparecida do Norte. E aí chegou o Juvenal, quando Dom Juvenal chegou nós fomos lá. E aí foi a dona Joaquina levando um monte de limãozinho da casa dela. E falou assim: “Eu trouxe uns limõezinhos para o senhor fazer um fresco. Para refrescar a vida”. Aí foi outro papo porque o dom Juvenal provavelmente sabia o que que tinha acontecido. Então ele deu para gente assim, ele deu todo apoio para gente. Era época que o João Paulo primeiro veio aqui e celebrou na favela. (Era uma outra igreja). Aí ele veio aqui e celebrou [...]. Aí nós passamos o dia inteiro roçando pasto pra poder arrumar pra celebrar uma missa campal. Dom Juvenal veio e celebrou com um cálice maravilhoso. Aí quando ele terminou a missa, entregou o cálice para nós para poder ser a primeira peça da igreja. Na igreja que a gente ia construir. Aí eu entreguei pra dona Nilza. E a dona Nilza que ficou como guardiã do Cálice. Tinha missa, a dona Nilza tava lá. Nós ganhamos a missa além de ganhar uma benção papal. E nós tocamos, né?(ADENILDE,2023 apud CASTRO p.303-304 2024)

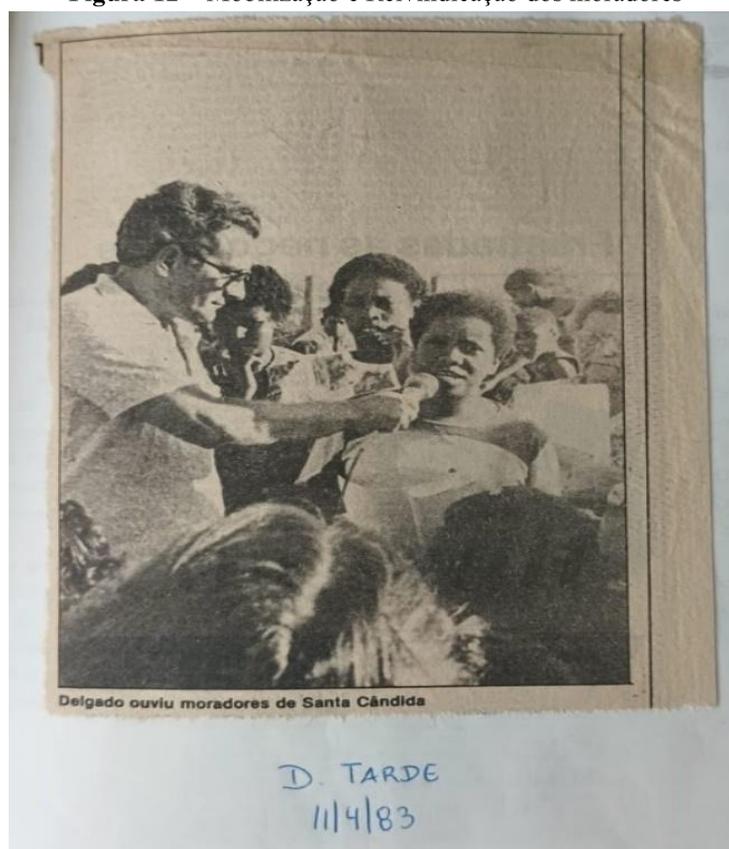
5.3.4 A Escola Santa Cândida

Os problemas relacionados à ausência de infraestrutura adequada foram debatidos e estudados pelos moradores do bairro que tinham consciência das demandas a serem solicitadas à prefeitura naquela época. Em uma determinada ocasião, na presença do prefeito Tarcísio Delgado, os moradores mobilizados reivindicaram:

Limpeza geral em algumas ruas, calçamentos, implantação de meio-fio, manutenção e conservação de vias e cobrir de saibro, complementação de escada de passagem entre a Rua Jorge Raimundo e Rua Pedro Paula Vieira, redes de água e esgoto, centro comunitário e melhoras nas dependências da Escola Maria Luíza Oliveira Moraes. (DIÁRIO DA TARDE, 11/04/1983).

Na matéria, há a informação que grande parte das solicitações feitas foi atendida e outras encontravam em avaliação.

Figura 12 – Mobilização e Reivindicação dos moradores



Fonte: Rocha, 1983.

Em uma entrevista ao Jornal Mercantil, Estevam, presidente da entidade, menciona que na sede da Sociedade Pró-Melhoramento do bairro, havia sido instalada uma escolinha

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização, um programa criado pelo regime da ditadura. De acordo com Estevam, “A Escola começou a funcionar no dia 20 de junho e está assistindo a 70 crianças de 3 e 6 anos, em dois turnos. Mesmo no período de férias a escolinha continua em atividade.” (JORNAL DIÁRIO MERCANTIL, 11/07/1982)

A alimentação era custeada pelos próprios responsáveis. É importante lembrar o papel relevante da professora Eunice Xavier, mulher negra que possuía o ensino Médio e um talento único para ensinar, no início da década de oitenta.

Ainda lembrar de pessoas que atuaram como peças-chave na instalação e na escolha da localização geográfica da escola Municipal Santa Cândida. Segundo o próprio portfólio da escola, uma delas é Dona Isabel Saraiva de Carvalho, a primeira moradora do bairro. Mulher de caráter e grande liderança, propôs uma troca entre o terreno que havia sido doado para construção da Igreja Católica e o terreno previsto para construção da escola. Houve acordo em relação à troca de uso dos terrenos, pois se reconheceu que a localização do terreno previsto para a construção da Igreja era mais adequada para abrigar as atividades da escola. É importante rememoramos que naquela época só existia no terreno o antigo salão da catequese, que foi construído através de mutirões por moradores da comunidade e atualmente sedia a biblioteca da escola Municipal Santa Cândida. Após a legalização da permuta, iniciou-se a obra da escola, pela Empresa Madezatti, que foi finalizada em 60 dias.

A segunda pessoa importante no processo de construção da escola foi o Secretário de Educação da época, Professor José Eustáquio Romão, sensível às reivindicações da comunidade e atento às novas formas de expressões populares, após a ditadura civil-militar.

Figura 13 – Escola Municipal Santa Cândida



Fonte: Lemos, 1987.

Figura 14 – Parte interna da escola



Fonte: Lemos, 1987.

Figura 15 – Placa de Inauguração da escola



Fonte: Lemos, 1987.

Figura 16 – Antigo salão da catequese



Fonte: Lemos, 1987.

De igual importância para as reivindicações do bairro, como no caso da Escola de Santa Cândida, está o informativo Jornal Unibairros, fundado por um grupo de jovens dos bairros adjacentes ao Bairro Santa Cândida, liderados por Biel (na época líder comunitário), que funcionava como forma de união, organização, divulgação e conscientização na defesa de direitos.

Foi em 19 de novembro de 1980 que aconteceu o primeiro encontro do grupo de moradores, que se tornaria o “Unibairros”. Cinquenta e nove pessoas estavam presentes, sendo elas de bairros afastados do centro da cidade e de classe econômica mais baixa. Os bairros que protagonizavam esse movimento eram o Linhares, Vitorino Braga, Santa Cândida, Vila Ideal, São Benedito e Olavo Costa. O objetivo inicial era o de lutar por melhorias de infraestrutura e dar maior legitimidade às reivindicações, tais como as de melhoria de infraestrutura e condições trabalhistas. Além disso, havia a necessidade de um meio que conscientizasse a população sobre temas políticos, sociais e econômicos, que foi suprida pelo periódico. O jornal incentivava a participação popular, estimulando a população local a escrever matérias e atuar de forma ativa na sociedade. Suas pautas eram diversas, sendo noticiados assuntos locais e nacionais de temáticas econômicas, políticas e sociais. Além desses assuntos, outras pautas de relevância também eram abordadas, como o movimento feminista, a luta indígena e o movimento negro, temática presente na maior parte das edições. (GONÇALVES; MUSSE, 2015, p. 2-3).

No percurso da construção da história do bairro Santa Cândida, nos deparamos com a formação de diferentes redes de solidariedade tais como a Associação de Moradores, as práticas de mutirões, a criação do Jornal Unibairros¹⁴ que comprovou possuir um grande vínculo com o movimento negro, como informa o texto “O Movimento Negro no “Unibairros”. (GONÇALVES; MUSSE, 2015)

O desenvolvimento do Bairro Santa Cândida foi moldado por uma série de desafios enfrentados para alcançar direitos essenciais, tanto no nível individual quanto coletivo, para a comunidade. Essa narrativa não apenas destaca, mas também confirma a coesão existente entre os pequenos núcleos familiares no bairro, ressaltando especialmente o papel proeminente desempenhado por algumas mulheres negras e com a presença também de homens negros que foram se estabelecendo e construindo redes de apoio e de solidariedade.

¹⁴ O Unibairros é uma associação civil sem fins lucrativos sediada em Juiz de Fora, Minas Gerais, e tem seus objetivos alicerçados em estatuto desde 1982. Em 1984, a entidade foi reconhecida como de utilidade pública por meio de uma lei municipal. Até hoje, sua sede permanece ativa, preservando todos os arquivos relacionados às suas atividades. Durante pesquisas, foi observado que documentos como atas de reuniões, cartas, jornais, panfletos e outros estão bem abrigados e organizados, conforme relatado por Moreira em 2012. Esses registros oferecem uma valiosa fonte de informação para quem deseja explorar a história e as discussões levantadas pela associação ao longo do tempo.

5.3.6 A Rádio Mega FM

A fundação da rádio Mega FM foi idealizada por Dj Nonô, integrante da família das Petrinhas. Podemos afirmar que nas origens da rádio encontra-se uma forma de associativismo negro. A rádio iniciou sua programação em 19 de junho de 1997, revolucionando a rotina das periferias ao levar música e informação aos moradores.

Sua sede, localizada na rua Dante Belei, nº 70, no próprio bairro, se tornou um ponto de encontro para a comunidade que deu destaque para a cena cultural local e divulgou a musicalidade, a potencialidade, a criatividade e a originalidade da comunidade.

No bairro tinha uma equipe de som que fazia festas e bailes blacks chamada SpaceLab, criada pelo DJ Nono, da Santa Cândida, que ganhou fama na região tocando Miami Bass nos bailes e, oriundo do Miami Bass, nasceu o Funk e a explosão de Mc's nas periferias que cantavam nos bailes. O Dj Nonô, juntamente com os alunos do Grêmio Estudantil da Escola Estadual Professor Cândido Motta Filho, na Santa Cândida, mas que atendia a população de São Benedito, Vila Alpina, criou uma Rádio Escola que funcionava na hora do recreio e daí surgiu a ideia de montar uma rádio comunitária a exemplo da Rádio Favela de BH, para levar informação e tocar as músicas que as rádios hegemônicas não tocavam. (BISPO, 2020, p. 11).

A rádio Mega FM tinha o compromisso com uma comunicação emancipadora que visava à formação e à educação do povo conforme podemos observar a seguir:

[...] o sistema de Radiofusão Comunitária Santa Cândida é “uma entidade sem fins lucrativos, cujos objetivos são a prestação de serviço às comunidades, promover a cultura de nossa região, ser uma ponte de fraternidade entre nós, espalhar solidariedade, humanizar as relações entre seres humanos, conscientizar, educar, informar e formar nossos jovens e adultos e de todas as comunidades onde alcancem as ondas de nossa rádio comunitária.” (DOCUMENTO MEGAFM 2001 apud LANNI, 2005, p. 121).

Em 14 de agosto de 2003, os fiscais da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) oficialmente encerraram as transmissões da Rádio Mega. Procederam ao lacramento do transmissor da rádio, calando uma importante plataforma de expressão cultural que representava a voz das comunidades periféricas de Juiz de Fora (MG). Nessa operação, foi emitido um ato de infração, acompanhado por um termo de interrupção de serviço, conforme registrado por Lanhni em 2005.

5.3.7 O Movimento Hip Hop

Com o fim da rádio, surge a Posse Visionária Antônio Conselheiro e, posteriormente, a Posse Zumbi dos Palmares que integrava o coletivo Banca Harmadilha do Gueto, fundado pelos integrantes da cultura hip hop do Santa Cândida. À frente, estavam Zoi e Michel com o objetivo de compreender as armadilhas criadas pelo sistema capitalista dentro do próprio bairro.

No dia 21 de março de 2013, nasce o coletivo Vozes da Rua, tendo como cofundadora Adenilde Petrina Bispo. O coletivo se define com uma ligação muito forte com a antiga rádio comunitária. Assim, o Coletivo Vozes da Rua é consequência direta da Rádio Comunitária Mega FM do Bairro Santa Cândida, fundada em 1997.

O Coletivo Vozes da Rua é resultado das ações culturais da juventude do bairro Santa Cândida. O coletivo agregou pessoas de várias regiões da cidade em torno do Hip Hop criou uma importante rede de colaboração entre jovens periféricos. Além disso, sua atuação oferece informação e conhecimento sobre a história das populações negras brasileiras, ao proporcionar encontros, festivais, e eventos que viabilizem trocas genuínas, e que contribuam para a articulação dos grupos que produzem cultura e educação nas periferias de Juiz de Fora. (AGOSTO NEGRO-COLETIVO VOZES DA RUA, 2014 apud LOURENÇO, 2022).

Durante a pandemia, o Coletivo Vozes da Rua uniu-se aos movimentos sociais Levante Popular da Juventude e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) para criar a campanha denominada Periferia Viva, materializando uma rede de solidariedade não apenas dentro do bairro Santa Cândida, mas de Juiz de Fora (MG). Além disso, ajudou a combater e a prevenir a Covid-19.

Foi uma ação essencial para a sobrevivência de inúmeros moradores das periferias da cidade, como pode ser confirmado no texto de Joyce Louback Lourenço “Nem tudo é perdido, nem tudo é ruim: as articulações do Coletivo Vozes da Rua para O Enfrentamento à pandemia da Covid-19 em Juiz de Fora – MG”, em que a autora apresenta o debate do associativismo cultural nas periferias.

Podemos observar que como o associativismo negro se transforma e se faz presente nos dias atuais através da existência de várias entidades negras pertencentes ao movimento negro em que podemos vislumbrar essa resistência negra, criatividade, essa capacidade de elaborar e construir outras possibilidades emancipadoras de abrir caminhos dentro de encruzilhas revestidos de uma força ancestral impar e ao mesmo tempo diversa e por fim essa “Inventividade Negra” como é apresentado por

Em relação a isso, Giane Elisa Sales de Almeida (2024) apresenta a criação de um novo termo que seria a “Inventividade Negra”.

Inventividade é ainda mais potente do que resistência! Inventar é buscar em nós e nas nossas e nossos as muitas estratégias de viver plenamente, e com alegria, as experiências de ser gente preta no Brasil e em Juiz de Fora! Inventar é consolidar as muitas tecnologias da diáspora como estratégias de sobrevivência e de vida!” (ALMEIDA,2023, p.1 EXPOSIÇÃO “DEU PRETO NA MEMÓRIA” FUNALFA).

5.4 O PROTAGONISMO DAS MULHERES NEGRAS NA LUTA PELA TERRA URBANA: O CASO DA OCUPAÇÃO NO BAIRRO CESÁRIO ALVIM

Popularmente denominado de “a região do outro lado Rio”, o bairro Santa Cândida localiza-se na região leste da cidade que abrange, também, os bairros São Benedito e Cesário Alvim. O bairro Cesar Alvim faz fronteira com o bairro Santa Cândida e ambos são próximos do centro da cidade. Amaral (2014) afirma que o Cesário Alvim se encontra a uma caminhada de cerca de 15 minutos da Praça da Estação:

Por um lado, o Cesário Alvim está localizado na região Leste de Juiz de Fora, essa está na margem esquerda do rio Paraibuna e vem sendo ocupada pelas camadas mais carentes da população e, essa é a zona mais povoada e populosa de Juiz de Fora, sendo que experimentou uma ocupação desordenada de seu espaço, sem qualquer planejamento por parte do poder público municipal. Mas, por outro lado, o bairro analisado está próximo da região central, a área mais dinâmica de Juiz de Fora. (AMARAL, 2014, p. 27).

É no bojo da luta por direito à moradia que aproximadamente trinta famílias realizaram a ocupação do lote que pertencia ao Senhor Paulo Freez, no início dos anos 1980. A parte da frente do referido lote, que se encontrava desabitado há mais de três décadas, pertencia ao bairro Santa Cândida e a parte de trás, a parte alta, ao bairro Cesário Alvim.

Nas reproduções das fotos a seguir, que foram extraídas do relatório da EMcasa (1989), podemos ter uma visão da implantação inicial das casas. Este relatório, datado de 14/02/1989, é parte de um estudo socioeconômico da ocupação Cesário Alvim realizado pelas assistentes sociais da SEMBES, Rita Zambelli e Maria Helena que trabalharam com as famílias assentadas.

Figura 17 – Lote de ocupação no bairro Santa Cândida



Fonte: EMCASA, 1989.

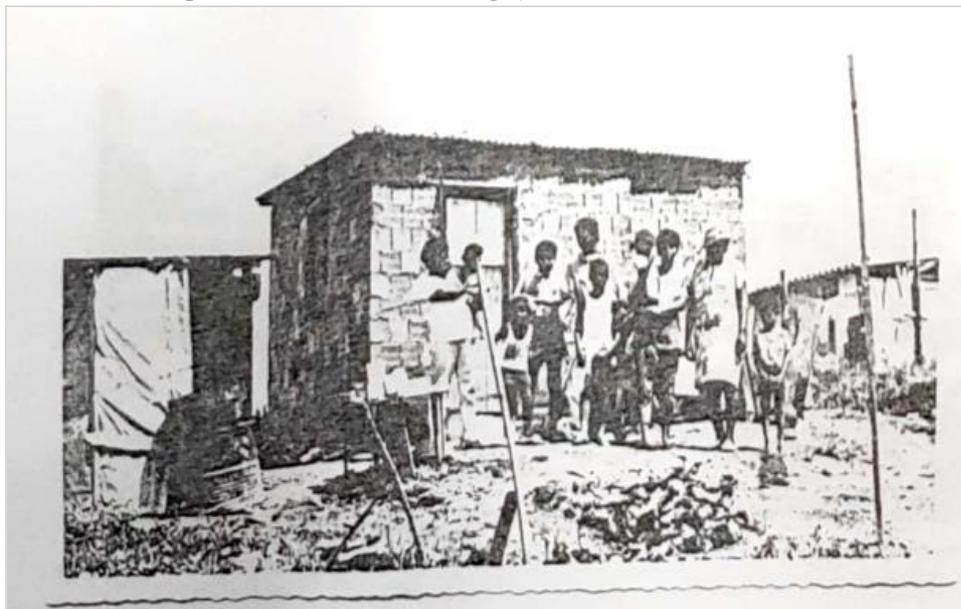
Figura 18 – Lote de ocupação no bairro Cesário Alvim



Fonte: EMCASA, 1989.

A partir das reproduções de fotografias apresentadas no relatório, podemos observar uma grande presença de famílias negras, frequentemente lideradas por mulheres negras na ocupação. As informações apresentadas no relatório evidenciam a vulnerabilidade social e econômica dessas famílias que lutavam por moradia em Juiz de Fora (MG), no início dos anos 1980.

Figura 19 – Moradores da ocupação no bairro Santa Cândida



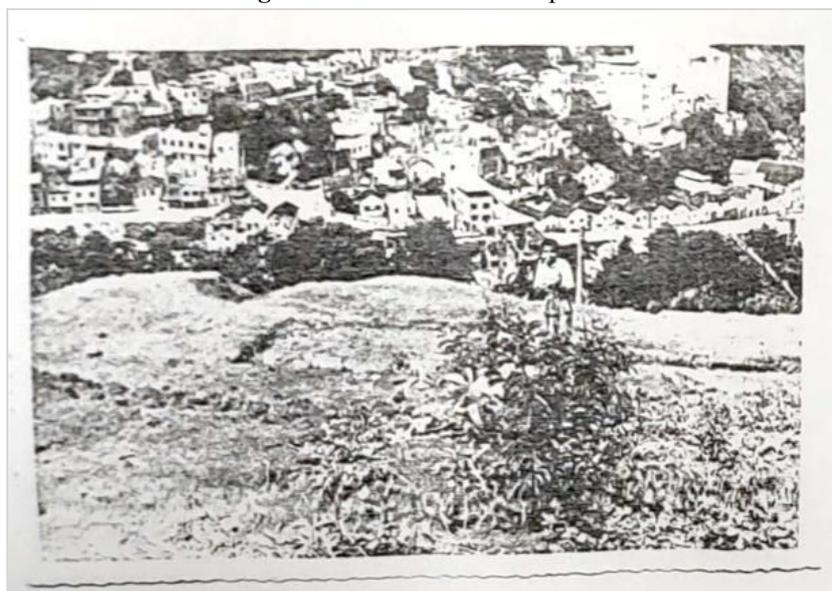
Fonte: EMCASA, 1989.

Na imagem acima, vemos a casa da moradora Mariela que abrigava a sua família com oito integrantes. Observamos um cômodo separado que parece indicar o banheiro. Mariela e a família sobreviviam com um salário-mínimo.

Em um grupo composto por 29 famílias, apenas uma não foi localizada.

Na imagem a seguir, vemos o espaço capinado e demarcado, porém sem nenhuma outra intervenção na terra diferente dos outros lotes.

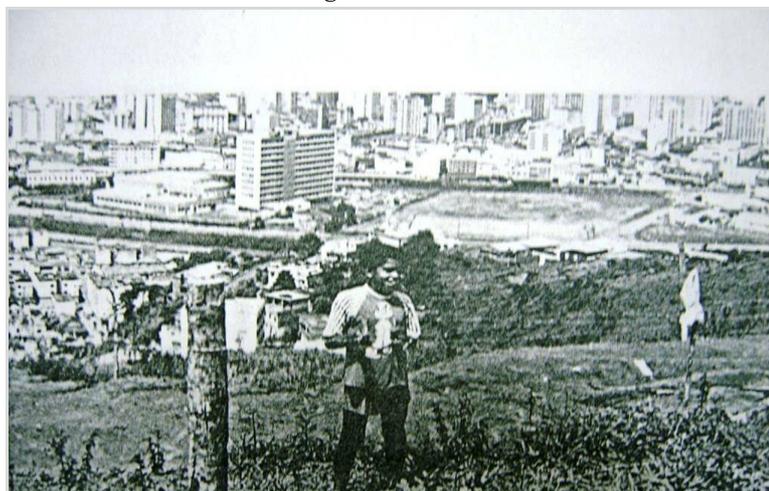
Figura 20 – Lote família ocupantes



Fonte: EMCASA, 1989.

Foi identificado também um loteamento aparentemente bem cercado com arame. Os outros ocupantes informaram que pertencia a uma pessoa conhecida como cabo Celso, que não foi contactado.

Figura 21 – Lote



Fonte: EMCASA, 1989.

Vintes famílias já se encontravam assentadas no loteamento. Em consequência de fortes chuvas, ocorreu o desabamento parcial de três barracos e outros três encontravam com espaço demarcado com a construção de seus alicerces. Nove famílias conseguiram se abrigar nas residências de vizinhos e parentes esperando apenas autorização para finalizar as suas casas.

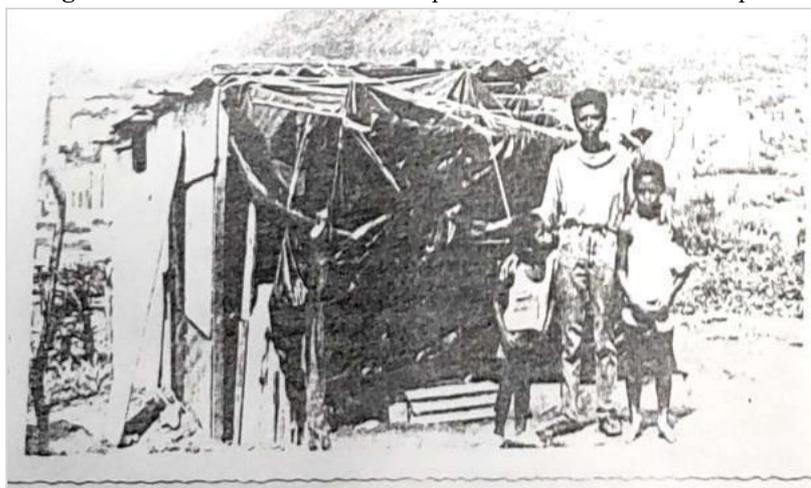
Por meio do estudo socioeconômico, foi possível constatar que a maioria dessas famílias veio de bairros próximos ao loteamento e possuía baixa renda. Podemos, aqui, trazer o exemplo de três mulheres negras baseadas em nossas memórias: dona Natalina Balbino, que veio do Bairro Vila Alpina; Marina que fazia maravilhosos e lindos bolos para vender. Morava com o marido e a filha Carolina, minha amiga de infância; Jussara morava com os pais e não tinha casa própria.

No total, eram cerca de 116 pessoas: cinquenta tinham menos de 14 anos; vinte entre 15 a 25 anos; vinte sete entre 26 a 40 de idade. A predominância era do sexo feminino.

Um morador da Rua Jorge Raimundo pertencente ao bairro Santa Cândida negociou com algumas famílias para que as mesmas tivessem acesso à luz e à água. Dessa forma, os valores eram divididos e repassados ao Senhor Mário para a realização do pagamento da fatura. As equipes constataram que as famílias eram todas carentes.

Podemos confirmar isso a partir das imagens a seguir que apresentam a ocupante Marilda Marques, divorciada, que não possuía renda fixa e morava com o seu filho. Residia em um barracão em que a parte da frente era coberta por uma lona preta. Na foto, Marilda está com duas crianças não sendo possível identificar qual dos dois seria o seu filho.

Figura 22 – Moradora Marilda Marque em frente ao seu lote ocupado



Fonte: EMCASA, 1989.

A seguir, vemos a lavadeira Maria da Glória Ezequiel que morava com três pessoas e declarava renda de vinte cruzeiros. Como podemos observar, a construção da casa era precária e eram inúmeras as dificuldades no duro processo para a conquista de uma casa própria.

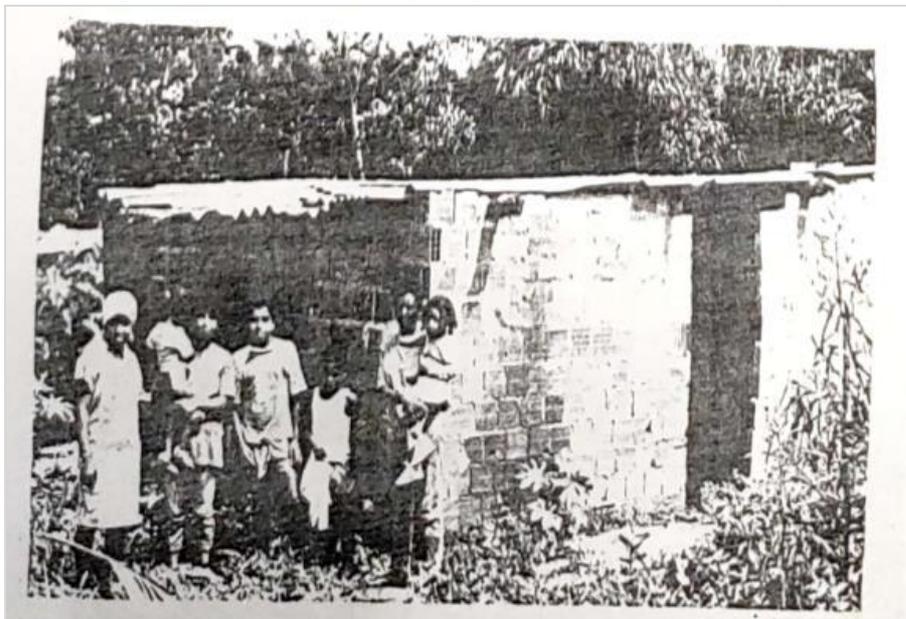
Figura 23 – Moradora Maria da Glória Ezequiel em frente a sua moradia



Fonte: EMCASA, 1989.

Na próxima fotografia, temos a senhora Solange Augusta Júlia que morava com mais cinco integrantes de sua família. Sem renda fixa, podemos observar que a casa já estava levantada com tijolos e coberta por telhas.

Figura 24 – Moradora Solange Augusta em sua moradia com tijolos



Fonte: EMCASA, 1989

Na imagem a seguir, vemos o aposentado Wilson Antônio Vieira e Lindaura, moradores do loteamento. Eles declararam uma renda de vinte e um cruzeiros.

Figura 25 – Loteamento dos moradores Wilson e Lindaura



Fonte: EMCASA, 1989.

Figura 26 – Fundos da moradia ocupada



Fonte: EMCASA, 1989.

A ocupante Jussara de O. Menezes declarou que se encontrava desempregada. Sua família tinha quatro integrantes.

Figura 27 – Ocupante Jussara Menezes e sua família



Fonte: EMCASA, 1989.

A senhora Marlene que, na época, recebia auxílio-doença morava com mais quatro pessoas em um barracão feito com pedaços de tábuas e com telhas.

Figura 28 – Casebre de tábuas da Sra Marlene



Fonte: EMCASA, 1989.

Não há informações sobre a moradora Maria Dorcelina de Oliveira, além do seu nome completo e a foto do casebre feito com pequenas tábuas com um quadrante de uma janela e a família posicionada na lateral da casa.

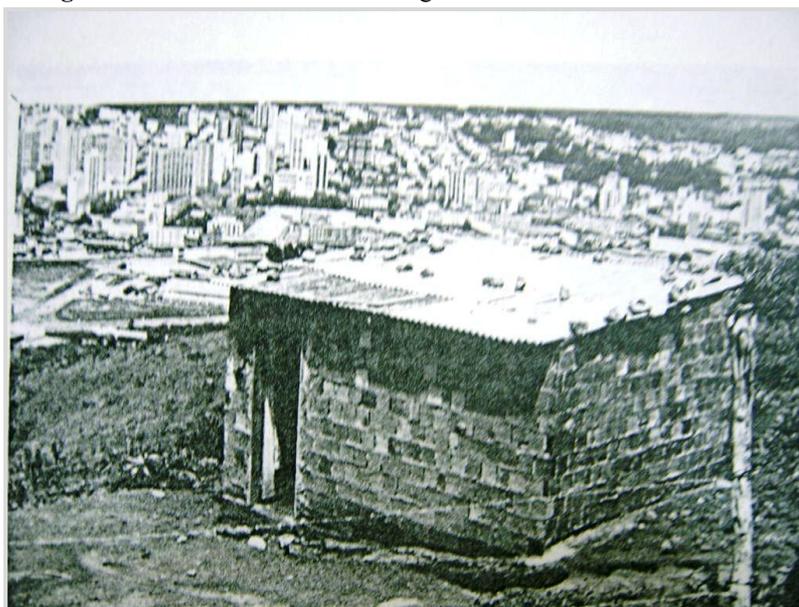
Figura 29 – Casebre de pequenas tábuas da Sra Maria Dorcelina



Fonte: EMCASA, 1989.

Outro morador era o senhor Juez Borges de Souza. Em sua casa de tijolos e telhas cercada com arames era possível avistar, de longe, o centro da cidade.

Figura 30 – Moradia de Juarez Borges e a visão do Centro da cidade



Fonte: EMCASA, 1989.

A senhora Maria Aparecida Dutra de Oliveira era doméstica e possuía uma renda aproximada de quinze cruzeiros. Três integrantes compunham a sua família e já tinha todos materiais comprados para iniciar a construção do barracão. Podemos observar, na foto, o levantamento da parede de tijolos.

Figura 31 – Maria Aparecida Dutra e o começo de sua moradia

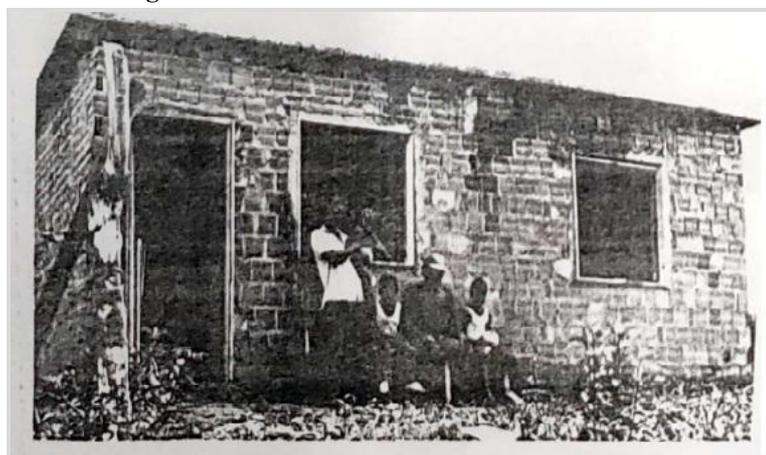


Fonte: EMCASA, 1989.

As duas fotos a seguir estão relacionadas à família da Helena de Jesus Ricardo, viúva e aposentada, com renda de trinta e dois cruzeiros. Podemos observar os tijolos, a telha, as

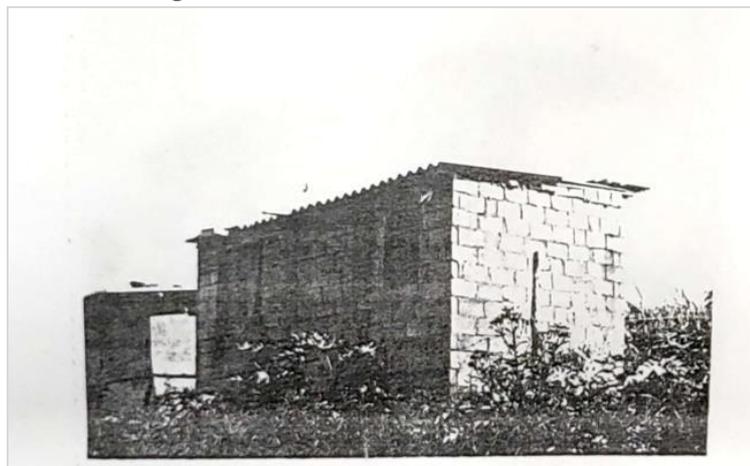
armações de janelas e da porta, o que explicita a intenção da família de permanecer naquele local.

Figura 32 – Família da moradora Helena de Jesus



Fonte: EMCASA, 1989.

Figura 33 – Moradia externa do loteamento



Fonte: EMCASA, 1989.

Podemos observar que, em alguns casos, duas famílias chegavam a dividir o mesmo espaço por não terem o seu próprio barracão. Na imagem, vemos Cyléia Francisca Alves morando com três pessoas; uma delas era Elizabeth Aparecida Francisco.

Figura 34 – Moradia compartilhada

Fonte: EMCASA, 1989.

Na imagem a seguir, podemos ver Elizabeth Aparecida Francisco que apresenta o seu lote demarcado com alicerce cuja moradia era compartilhada com Cyléia Francisca.

Figura 35 – Moradora Elizabeth

Fonte: EMCASA, 1989.

A partir da leitura do relatório, nos deparamos com um lote desocupado já que a moradora não estava assentada no local de forma direta. Porém, podemos observar que existia

uma tentativa de construção de uma metade de parede. Esse era o caso da copeira Maria Celina de Oliveira que tinha duas filhas e possuía uma renda mensal de 15 cruzeiros.

Figura 36 – Lote desocupado



Fonte: EMCASA, 1989.

A futura casa da senhora Imaculada Rodrigues da Silva se mostra com um monte de tijolos já preparados para fazer uma divisória dos cômodos.

Figura 37 – Divisória para separação de cômodos



Fonte: EMCASA, 1989.

Já a senhora Marta Minervino N. Batista informou que estava desempregada. A casa aparentava ter alicerce com material de construção comprado. Ela morava com Antônio Fabiano Batista que declarou uma renda de 15 cruzeiros.

Figura 38 – Moradores em frente ao lote sem construção



Fonte: EMCASA, 1989.

Esse lote era do pedreiro Senhor José Batista dos Santos cuja família possuía mais quatro membros, além de uma renda de 15 cruzeiros.

Figura 39 – Lote do senhor José Batista dos Santos



Fonte: EMCASA, 1989.

O relatório traz a informação que três construções acabaram sofrendo intervenção com a chuva, o que podemos visualizar na imagem da construção realizada pelo aposentado Pedro dos Santos Severino, com renda aproximada de cinquenta cruzeiros.

Figura 40 – Construção da moradia de Pedro dos Santos Severino



Fonte: EMCASA, 1989.

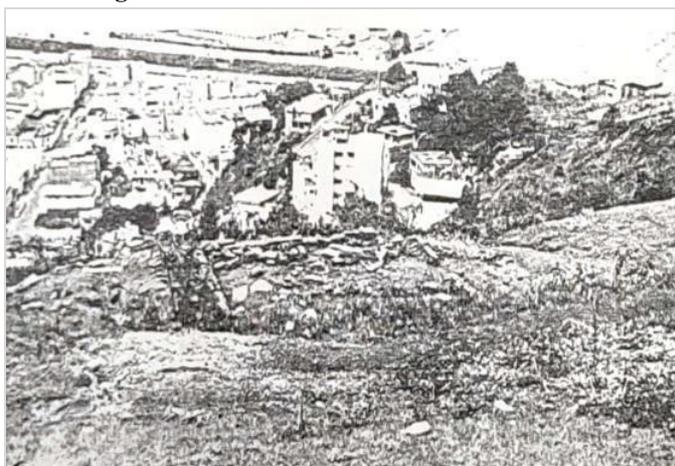
O senhor Sebastião Cassiano da Silva era biscateiro e não tinha renda fixa. Possuía uma família grande, com oito membros. Na imagem, podemos observar os tijolos, telhas e paus caídos no chão, já que a sua casa desmoronou, além de um dos postes da rua Jorge Raimundo.

Figura 41 – Declínio de moradia



Fonte: EMCASA, 1989.

O biscateiro João dos Anjos e sua esposa Denise possuíam um grupo familiar composto por seis pessoas. Também o barraco deles caiu em decorrência das chuvas, além do material de construção ter sido roubado. A imagem apresentada é apenas do loteamento mesmo.

Figura 42 – Resto da moradia decaída

Fonte: EMCASA, 1989.

Em conformidade com o parecer técnico no ano de 1988, a ocupação da área pertencente à prefeitura foi incentivada. Isso também foi confirmado por duas famílias.

É inegável que, na época, os rumores que o terreno pertencia à prefeitura se espalharam e cinco famílias se assentaram nos terrenos. Além disso, havia um terreno que se encontrava, a proximamente, há trinta anos sem o uso social da terra. No parecer técnico, os profissionais reconheceram que pelo nível de abandono não haveria possibilidade de ser classificado mais como loteamento e sim como uma terra totalmente desabitada.

Importante observarmos como através do convívio vão se construindo laços não apenas entre os ocupantes do loteamento e a comunidade. No primeiro momento, o próprio presidente do Bairro da Região São Sebastião e Cesário Alvim desejava a remoção das pessoas daquele local.

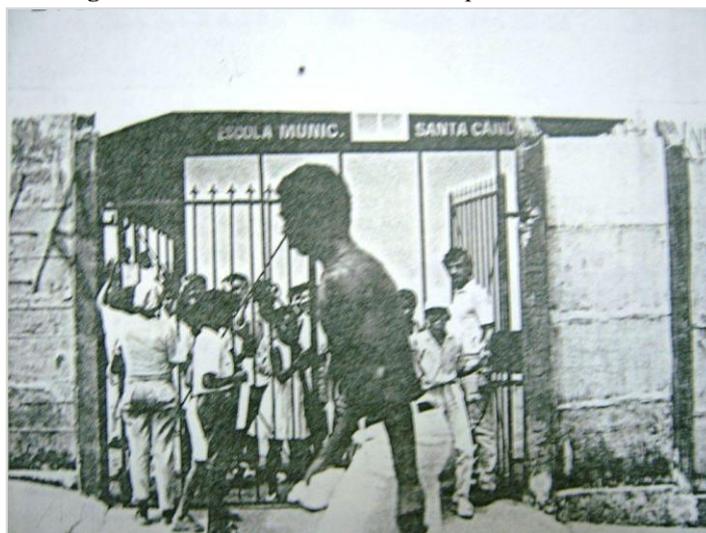
Alguns moradores dos bairros vizinhos começaram a planejar possíveis estratégias em relação àqueles posseiros que estavam dando tudo aquilo para ter um pedaço de chão. No entanto, era evidente o desejo dos moradores de permanecer naquele lugar.

Além da situação de vulnerabilidade, eram recorrentes as doenças e a fome era insistente. Um povo que sonhava, que lutava, que passava por dificuldades resultantes das desigualdades sociais e raciais com o sonho de usufruírem do direito à moradia.

– Realmente, as famílias são extremante carentes. O nível de expectativa é imenso para conseguir o mínimo, ou seja, moradia. A luta pela sobrevivência é bastante explícita nas colocações dos moradores: - "... tá vendo aquele barraco caído ali? É o da Denise. A coitada de tanto carregar nas costas pedras e tijolos, lá de baixo até aqui em cima, adoeceu ...". A pobreza máxima revela-se no mal-estar e na zonzeira de Marilda, que completava 24 horas sem ter nada o que comer e pela aparência subnutrida das crianças. É notório, a ansiedade e o medo das pessoas de serem tomadas por oportunistas, vadias e briganas.

- Nós queremos ficar, não queremos briga com prefeito ...
 - Nós moramos por aqui há muito tempo
 - Nossos filhos estudam na escola aqui do lado ...
 - ... Não tínhamos onde morar ...
 - Não podemos pagar aluguel ...
 - ...Temos o posto médico, logo ali ...
 - Por aqui, defendemos o nosso ganha pão.
- (RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL DO LOTEAMENTO CESÁRIO ALVIM DA PROPRIEDADE DO SR. PAULO FREEZ; PARECER TÉCNICO-SOCIAL, 1989, p. 3).

Figura 43 – Portão da Escola Municipal Santa Cândida



Fonte: EMCASA, 1989.

Na Figura 39, podemos observar o antigo portão da escola Municipal Santa Cândida, com uma rotina bem comum à saída dos alunos, além do nosso querido e falecido porteiro José, além de uma mãe tentando avistar a sua criança.

Figura 44 – Antigo posto de saúde do bairro Santa Cândida



Fonte: EMCASA, 1989.

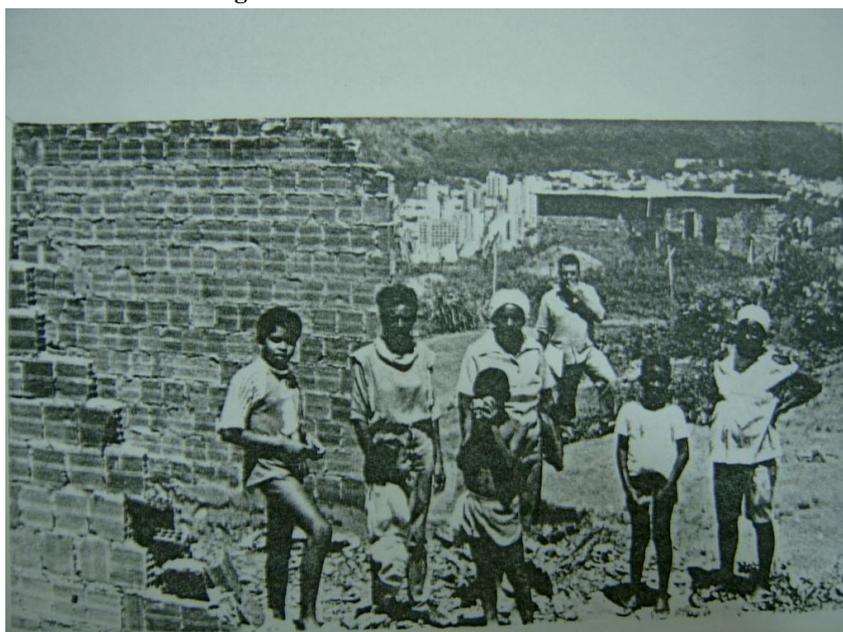
Não há como negar que alguns moradores que ocupavam o loteamento já possuíam algum tipo de vínculo com a comunidade (ou tinham vindo de alguma área próxima). Também que já haviam tido algum tipo de investimento com matérias ou estavam com dívidas resultantes dessas despesas para garantir a permanência ou estadia no terreno.

Alguns chegaram a vender aquilo que poderia ser vendido como eletrostáticos usados. Conforme o relatório, o desejo de permanecer no local era um desejo real de algumas famílias, pois temiam serem enviadas para longe. O próprio presidente do bairro no ano de 1989, Williams que, inicialmente, acreditava ser melhor a retirada das famílias sediadas em uma área de 5.650m² localizada próxima a sede Pró-Melhoramentos dos bairros São Sebastião e São Bernardo, passou a reconhecer a necessidade de elas permanecerem no local.

O estudo técnico reconheceu a realização de uma ocupação sem nenhuma classificação que poderia pensar em um formato que aproveitasse melhor o espaço e, dessa forma, mais famílias seriam atendidas.

– Se houvesse a desapropriação por interesse social por parte do poder público de parte da área desta gleba de terra abandonada e se este terreno fosse repassado para a ENCASA, com infraestrutura básica implantada, poderia se construir um número maior de moradias, alinhadas racionalmente financiadas por um período X e com prestações “a posteriori” definidas, sem que houvesse prejuízo financeiro para empresa e com o saldo bastante positivo sob ponto de vista social. OBS: Logicamente, uma avaliação técnico-financeira mais especializada poderá confirmar ou não as nossas premissas no que tange a questão financeira. Assim, como os profissionais de serviço social da SEMBES, entendemos a moradia como um direito social básico dos que não possuem. Não somos favoráveis a ocupações desordenadas e nem apoiamos aqueles que as incentivam, embora neste caso, entendemos ser a solução mais coerente, a promoção social destas famílias, paternalismo. (RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL DO LOTEAMENTO CESÁRIO ALVIM DA PROPRIEDADE DO SR. PAULO FREEZ, 1989, p. 4).

Deixo para falar por último da família Balbino, pois está diretamente relacionada à minha trajetória de vida. Na imagem a seguir, Natalina Balbino, viúva, com mais sete integrantes de sua família, sem renda fixa. O barraco havia caído parcialmente, como se pode notar na foto. Nela, o antigo presidente do bairro Santa Cândida, Estevam e, na sua frente, uma de suas filhas, Rosana Balbino com a sua filha Laudyceia Balbino, de dois anos de idade. As outras crianças pertenciam ao próprio assentamento e não foi possível identificá-las.

Figura 45 – Família de Natalina Balbino

Fonte: EMCASA, 1989.

5.4.1 Memória familiar da ocupação do loteamento Cesário Alvim e direito à Moradia da Família Balbino

O processo de ocupação do denominado loteamento Cesário Alvim, que era propriedade de Paulo Freez, foi predominantemente liderado por mulheres, chefes de família, e, na sua maioria, negras. Entre elas, destacam-se três mulheres negras unidas pelo único objetivo de acessar a terra urbana para fins de moradia.

Para Dona Natalina Balbino, minha avó, assim como para muitas outras mulheres negras, as formas de ocupação consideradas informais ou ilegais constituíam a única alternativa de promover uma habitação para abrigar e dar suporte material para suas famílias. Dessa forma, denomino a rede de mulheres constituídas a partir da proximidade com a vizinhança como território de afetos. A seguir, irei recontar a nossa história, parte dela desconhecida pelo meu próprio pai.

Meu avô paterno faleceu na época em que meus pais namoravam. Contam que ele sofreu um derrame e perdeu os movimentos e a fala, permanecendo acamado até o seu falecimento, cuja data ninguém se lembra. Minha tia Maria, hoje com sessenta e nove anos, e o meu pai, com setenta e quatro, afirmam que, entre os dez filhos, o que mais se parece com ele fisicamente é o Josué, o filho mais novo que está na foto da ocupação do loteamento atualmente denominado Cesário Alvim, parte alta.

Os familiares explicam que eles se casaram e foram morar em fazendas dos arredores de Bias Forte até alcançarem Juiz de Fora. A profissão do meu avô era de aposentado. Nessa época, segundo os relatos do meu pai, as casas em que moravam eram localizadas em espaços bem isolados e dona Natalina tinha apenas três filhos.

Contam que no terreno havia um belo pé de goiaba e que ninguém se atrevia a pegar as frutas, pois tinha uma enorme caixa de marimbondos. O meu avô advertiu, no entanto, Dona Natalina não deu ouvidos e foi atacada. Como consequência, seu rosto ficou inchado e irreconhecível e meu avô foi obrigado a acabar com os marimbondos para que acabasse de colher as frutas, pois ela não desistiu!

Quando eles chegaram a Juiz de Fora (MG), foram morar, de favor, na casa de Isaura Balbino, no bairro São Pedro, bem próximo à atual Universidade Federal de Juiz de Fora. O meu pai conta que o bairro era um brejo e, depois de alguns anos, se mudaram, novamente de favor, para a casa da Rosalina Balbino, no bairro Vila Alpina.

Minha avó Natalina Balbino possuía uma paciência e alegria peculiares, além de uma fé inabalável. Ela era irmã da Congregação Cristã no Brasil, que foi fundada, em 1910, por Luigi Francesco na região sul do país. Posteriormente, a congregação foi chegando a outros Estados e cidades do território brasileiro.

A igreja Congregação Cristã no Brasil tem e mantém a tradição que as mulheres cubram os cabelos com véu no momento de oração. Assim, dentro e fora do espaço religioso, elas só participam com outras irmãs de outras igrejas se estiverem com véu na cabeça. A minha falecida avó me explicava que era uma forma de entrar em comunhão com Deus.

Dentro do templo, homens e mulheres permanecem em alas separadas durante o culto. Não utilizam o termo “pastor” e sim “cooperador” ou “ancião” referente à parte do louvor que possui um hinário com as letras. Possuem orquestra com diversos instrumentos e, dentre eles, um órgão. Ainda, há uma sede da congregação no bairro São Benedito.

Natalina era natural da cidade de Barbacena (MG), residente do bairro Pontilhão. Tenho a lembrança do pano bem branquinho, sem nenhuma mancha, amarrado na sua cabeça em momentos especiais. Ela usava um lenço estampado, no dia a dia, e estava sempre vestida com uma saia e uma blusa. O seu cheiro era muito bom e diferente. Em relação a como os meus avós se conheceram, o meu tio Josué acredita que foi em Barbacena (MG), em um forró que a minha bisavó Anastácia tocava acordeão.

Ela trabalhava como lavadeira e passadeira e foi assim que ajudou a sustentar os dez filhos. Todos os sábados, o meu pai conta que era dia de entregar as roupas. Ele e o falecido Tio João, além das falecidas Tia Carminha e Rosalinda, irmã mais velha do meu avô que

convidou a família para morar com ela na Vila Alpina, entregavam as roupas lavadas e passadas. Segundo o meu pai, era muita roupa. E por isso se distribuíam para entregá-las na Avenida Sete, Rua Halfeld, Rua Olegário Maciel, no bairro Paineiras e na rua Padre Café.

O caminho era todo feito a pé e com as trouxas de roupa na cabeça. Meu pai conta que eles ajudavam a mãe a lavar as roupas com uma planta que dava no pasto chamada “marianeira”. Tinha uma folha verde para clarear as roupas e que, em tempos de chuva, era muito difícil porque o ferro demorava muito para esquentar já que utilizavam as brasas do fogão de lenha. Quem passava as roupas era avó Rosalinda e, às vezes, a sua prima Marta (filha de criação).

Dona Natalina lutava com uma ferida crônica na perna, permanentemente protegida por uma faixa. Eu era criança e percebia que, às vezes, ela sentia muita dor, mas não reclamava. Meu avô conseguiu trabalho no DAE que hoje conhecemos com Cesama.

Após o seu falecimento, minha avó continuou morando de favor na Vila Alpina e, às vezes, passava uma temporada no bairro São Pedro. Ter uma casa própria sempre foi um grande sonho. Segundo minha mãe, Dona Natalina havia recebido uma profecia na Igreja Congregação Cristã no Brasil, em São Paulo¹⁵: Deus usaria alguém para ela ganhar uma casa. Isso ela guardava como um segredo.

Eu e minha mãe estávamos lá, juntas, lutando pelo sonho da minha avó Natalina. Minha mãe recebeu um recado da Penha, esposa do presidente do Bairro, falecido senhor Estevão, avisando que estava sendo organizada uma ocupação do terreno naquele dia e que era para ela ir conseguir um para Dona Natalina.

Foi tudo muito rápido: minha mãe colocou o lenço na cabeça, me pegou no colo e foi em direção do lote que fica na rua onde moramos. Eu sempre tenho essa lembrança muito forte comigo da minha mãe me segurando em seus braços e dizendo para mim: “Fica aqui, pois a sua avó sempre sonhou em ter uma casa e vai ser hoje que vamos conseguir uma casa para ela. Não saia daqui!”

Tudo que eu me lembro é de ficar em pé em cima de um monte de terra e das pessoas correrem ao meu redor. Era muita gente vindo de bairros próximos como Vila Alpina, eu me cansava e me abaixava um pouco e logo ficava em pé novamente. Só que eu não saí de lá! E,

¹⁵ Minha mãe explicou que uma irmã da mesma igreja da minha avó veio de São Paulo (SP) passear em Juiz de Fora (MG). Na volta, levou a minha avó Natalina para passar uma temporada por lá (minha mãe explicou que a minha avó sempre quis saber como era São Paulo). E acredita que ela tenha ficado cerca de um mês por lá. Essa irmã pagou tudo: passagem de ida e volta, além de estadia. Em um dos cultos, minha avó recebeu essa profecia e guardou esse segredo. Só foi contar depois que já tinha recebido a chave da casa. Minha mãe conta que quando ela falou para minha avó sobre o terreno que tínhamos conseguido, ela agradeceu sem fazer uma pergunta.

de repente, a minha mãe voltou com pedaços de pau na mão para marcar o lote. Ela sorria muito e foi logo marcando o lugar! Ninguém me tirou daquele lugar, muito menos me colocou a mão! Aquele pedaço de pedaço de terra foi nosso para darmos para a minha avó Natalina Balbino. E aquela cerca todinha daquele lote foi feita pelas mãos da minha mãe!!

Todos os dias nós duas íamos para lá. Eu ia pulando e cantando na frente da minha mãe que vinha logo atrás carregando os pedaços de pau sempre muito feliz acreditando que aquela casa seria para nossa família. A minha mãe participava de todas as reuniões¹⁶, pois para ela era mais fácil porque estava acostumada andar a pé. Para a minha avó, as coisas já eram mais difíceis por causa do valor da passagem e da ferida na perna.

Muitos dos filhos não acreditavam que a minha avó ganharia aquela casa... No entanto, a minha avó e a minha mãe acreditavam que tudo daria certo. Os filhos homens não queriam ajudar. Hoje eu entendo que isso era despeito por conta do machismo, pois uma mulher resolveu o problema da minha avó, e essa mulher era a minha mãe.

Para que minha avó ficasse morando na ocupação, a minha mãe disse que carregou todas as tábuas na cabeça para o lote. Também que ela trabalhou direto e até se esqueceu do seu próprio aniversário. Quem a lembrou foi a Penha... Assim que acabou de carregar tudo, contratou um homem para fazer um barraco de madeira com apenas um cômodo. O homem não cobrou muito caro e ela teve condições de pagar. Dessa forma, a Dona Natalina desceu com a família para ocupar a sua casa própria.

Minha mãe explica que era uma vida com muita dificuldade. Durante o dia, geralmente, a Dona Natalina vinha em nossa casa para utilizar o banheiro. Todos tomavam banho no balde mesmo. Na parte da noite, utilizavam urinol de porcelana e, pela manhã, jogavam os resíduos no buraco que faziam do lado de fora. Apenas algumas peças de roupa eram lavadas em nossa casa. A maioria ela lavava lá mesmo com água cedida às mulheres que as penduravam nos varais próximos aos barracos.

Minha mãe conta que três irmãs da igreja tinham lotes muito próximos ao da minha avó. Isso facilitava bem as coisas: a minha avó ficava feliz. Em relação à alimentação, a

¹⁶ Para que a minha mãe representasse a minha avó Natalina Balbino foi realizada uma reunião interna entre todos os representantes da ocupação. Chegaram à conclusão de que devido às reais condições de saúde da minha avó, exclusivamente a minha mãe poderia representá-la nas reuniões e na tomada de decisões. A condição era que ela não faltasse nenhuma reunião. A minha mãe conta que muitos desciam e subiam a pé e que era muito raro quem conseguia pagar a passagem ou ter algum dinheiro sobrando para fazer lanche. A solução era esperar para chegar em casa e fazer as refeições. Às vezes, as reuniões eram na Câmara de Vereadores ou na prefeitura; também se concentravam no Parque Halfeld. Muitas vezes precisavam esperar por horas e assim o grupo fazia. Ela compartilhou que uma vez recebeu uma proposta de um homem com segundas intenções. Recusou-a, pois preferiu permanecer com fome do que ceder a uma cantada.

minha avó e as outras mulheres cozinhavam, cada uma no seu lote, em pequenos fogões improvisados com tijolos.

Perguntei a minha mãe se teve algum momento em que achou mais difícil e ela respondeu que não havia nenhum conforto, pois conseguiu fazer só um cômodo sem banheiro. Dessa forma, tinha que caber e fazer tudo ali dentro. Lembra que a minha avó passou por muita luta.

No Diário da Tarde, está registrado que, no dia 03 de maio de 1989, o prefeito Carlos Alberto Bejani entregou as casas para os ex-posseiros do bairro Santa Cândida. Há o registro no jornal da seguinte descrição: quarto, sala, cozinha e banheiro, com espaço para construção para mais um cômodo totalizando quarenta e dois metros. Foram construídas pela Empav em quarenta e cinco dias após o ganho na justiça pela reintegração da posse do terreno.

Assim, 18 famílias se tornaram proprietárias de suas casas quando da inauguração da Vila Bejani, localizada no Bairro Jardim Natal, região norte da cidade de Juiz de Fora. A divulgação foi feita também na televisão e minha avó Natalina foi escolhida para aparecer na propaganda. A entrega das chaves foi televisionada e minha avó apareceu no vídeo, com um pano na cabeça, recebendo as chaves do prefeito Carlos Alberto Bejani – a mais nova moradora da “Vila Bejani” localizada no alto do Jardim Natal.

Na imagem a seguir, há duas crianças negras de braços dados, à frente da multidão, no dia da inauguração. São as minhas primas, Adriana e Erika.

Figura 46 – Entrega das casas pelo prefeito Carlos Alberto Bejani



Fonte: Tribuna da Tarde, 1989.

E a próxima imagem é de uma criança no colo de sua responsável enquanto o prefeito Carlos Alberto Bejani realiza o seu discurso de inauguração.

Figura 47 – Discurso de inauguração pelo prefeito Bejani

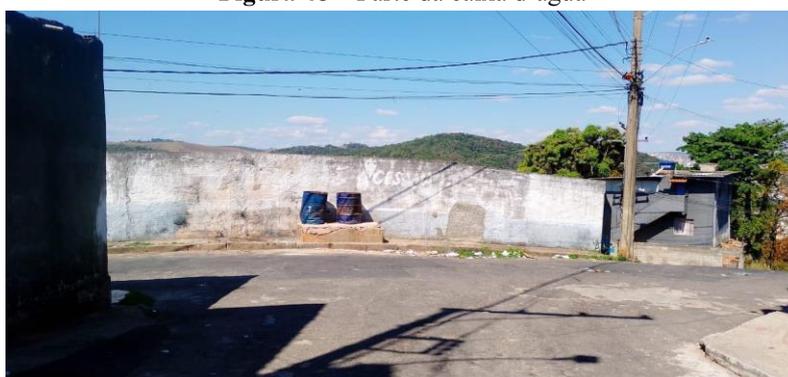


Fonte: Tribuna da Tarde, 1989.

Naquele dia, aqueles que eram denominados como posseiros recebiam as chaves de suas tão sonhadas e desejadas residências e, entre eles, estava Natalina Balbino.

Conforme relata Rosane Balbino, mãe de Laudyceia Balbino, a Vila Bejani inicia-se na caixa d'água identificada na imagem com dois latões de lixo, o que pode ser confirmado na imagem abaixo. É possível observar que alguns moradores conseguiram realizar algumas intervenções nas casas. Atualmente a casa é ocupada por três pessoas, Martinha Balbino, de 65 anos; a minha prima Laudyceia Severino Balbino, de 36 anos e a sua filha de quatro anos, Ana Elisa Balbino Novas.

Figura 48 – Parte da caixa d'água



Fonte: Balbino, 2024.

Figura 49 – Vila Bejani 415

Fonte: Balbino, 2024.

Figura 50 – Residência da família Balbino

Fonte: Balbino, 2024.

Figura 51 – Culinária Artesanal

Fonte: Balbino, 2024.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo compreender diferentes modelos de associativismo e de organização da população negra brasileira que busca resistir numa sociedade que, no primeiro momento, em todos os momentos da longa história de subordinação dos seus corpos negros às formas de trabalho controladas pelo capital desde o século XVI escravista, posteriormente, capitalista e racista, se sustentou e se alimentou do trabalho dos corpos negros e negras.

O processo de colonização, norteado pelos ideais da colonialidade do poder, implementou uma ideia de pretensa superioridade dos brancos europeus e de uma inferioridade dos povos não brancos, que tiveram seus corpos, mentes e territórios usurpados. Através do racismo epistêmico, foram implantados currículos os quais foram destinados a estabelecer conhecimentos para que demonstrassem e comprovassem, de forma não dialógica e unilateral, o conhecimento europeu, trazendo para o centro da produção teórica o eurocentrismo, ou seja, o europeu necessitava dominar tudo e todos. Isso passa a ser fortalecido por meio da legislação da escravidão em que os corpos diaspóricos foram totalmente desumanizados em nome do comércio, visando a rentabilidade monetária.

Dessa forma, a cor da pele, a estrutura óssea e biológica transformou-se como determinantes para a imposição de total violência, sendo um dos demarcadores da modernidade que inaugura “a ideia de raça, em seu sentido moderno determinante na esfera das relações sociais individuais e coletivas”. (QUIJANO, 2005, p. 117). O quesito raça/cor torna-se o modo operante do desenvolvimento europeu colonial que iniciou a história de acumulação de capital nas colônias através do trabalho dos escravizados.

Frente aos diferentes modelos e às possibilidades de organização da população negra, o associativismo negro se fez presente em toda a história de opressão da população negra. Foi de extrema importância conseguirmos não apenas resistir, mas, sobrevivermos frente a uma sociedade racista, machista e segregacionista que se utiliza da cor para atravancar a possibilidade do acesso das populações negras trabalhadoras e trabalhadores ao emprego formal e vivenciar a sua plena liberdade e as suas incansáveis tentativas de acessarem o pleno direito constitucional.

Concluimos que as associações negras existem como fruto da diáspora africana em terras brasileiras. E que, ao longo dos séculos, se transformam em suporte, canais articuladores e denunciadores, mas, também, em espaços de lazer, cultura, educação.

Interessante pensarmos que dentro do território da cidade de Juiz de Fora (MG) existia uma expressão numérica superior de mulheres escravizadas do que de homens. Quando é anunciada a greve das cozinheiras, fica evidente que seria por parte das mulheres. Esses corpos que foram objetificados, que executaram diversas formas de trabalhos precários dentro do sistema capitalista, encontram-se na base da pirâmide da exploração.

Diante desse cenário, para o negro conseguir trabalhar e ser visto, foi preciso se reinventar de uma forma coletiva. Para além disso, foi necessária a elaboração de arranjos e rearranjos para que se conseguisse burlar regras, trabalhar nas ruas, frequentar os espaços escolares e espaços de lazer.

Nesse cenário é imprescindível o reconhecimento da existência do racismo como um mecanismo de adoecimento e exclusão social para, a partir disso, avançarmos no debate entre mulheres negras e brancas e podermos caminhar em uma construção que combata de forma veemente o racismo e o machismo.

Essas histórias e memórias referentes à diáspora africana na cidade precisarão ser contadas e trabalhadas de forma pedagógica no interior das escolas e das universidades públicas e privadas como forma direta de enfrentamento ao racismo. Seria importante introduzir obras como as de Rita Feliz, Giovana Castro e Denise Santos, que trazem a história do povo negro na cidade de Juiz de Fora (MG) e o seu protagonismo, na formação de professores e professoras de todas as esferas educacionais da cidade.

A construção da Igreja da Nossa Senhora do Rosário, a greve dos cozinheiros, os Clubes Negros e cozinheiras e a história de Roza Cabinda são exemplos de como os negros situados dentro do território da cidade de Juiz de Fora, conseguiram subverter algumas relações estabelecidas através de diferentes meios de organização, por inúmeras vezes indecifráveis aos caucasianos por não conseguirem compreender as dimensões de ancestralidade e oralidade, bem como as diversas formas de aquilombamento já que possuíam outras referências matriciais e relações de poder, afeto e religiosidades negras.

Nos espaços das periferias, onde se concentra uma grande presença negra e de protagonismos principalmente de mulheres negras, encontram-se redes de solidariedade, espaços de luta pela moradia e manifestações culturais. Dessa forma, nos superamos em criatividade e em estratégias para garantir a vida! Em relação a isso, Giane Elisa Sales de Almeida (2023) apresenta a criação de um novo termo que seria a “Inventividade Negra”.

Contando a região leste com uma grande presença negra, podemos observar como as mulheres negras foram centrais nos processos e organização de luta por pautas como infraestrutura, educação o direito a uma escola dentro da própria comunidade, além da luta

por moradia na ocupação no Bairro Cesário Alvima. Mulheres que lutaram, resistiram e reivindicaram para ter acesso a direitos fundamentais.

Por isso, devemos ter em mente a importância das irmandades religiosas, Sociedade de Cozinheiras, os movimentos abolicionistas, a Guarda Negra, da Frente Negra Brasileira, das associações de empregadas domésticas, dos clubes negros, do Teatro Experimental do Negro, do movimento de mulheres negras, das redes de solidariedade, do Movimento Negro Unificado, da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ.

Também devemos considerar a relevância das inúmeras entidades do movimento negro que se fazem presentes na cidade de Juiz de Fora (MG) como o Movimento Negro Unificado Coordenação JF, o Coletivo Vozes da Rua e As Ruths, um grupo de Artes Cênicas e Políticas criado, produzido e dirigido por mulheres negras, que vivenciam essa inventividade negra, rompendo com os silêncios produzidos pelo racismo e promovem outras possibilidades estéticas, políticas, culturais e de convivências de afetos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Giane Elisa Sales Entre Palavras e Silêncios: **Memórias da Educação de Mulheres Negras em Juiz de Fora – 1950/1970**. Universidade Federal Fluminense. Niteroi, 2009.
- ALMEIDA, Patrícia Lage de. **Elos de Permanência: o lazer como preservação da memórias coletiva dos libertos e de seus descendentes em Juiz de Fora no início dos séculos XX**. UFJF. Juiz de Fora, 2008.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural** – São Paulo: Sueli Carneiro: Polén, 2019
- ALMEIDA, M.S. **Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo**. In: Em Pauta, 2020. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/15086>>. Acesso em 05 setembro 2023.
- ANGELO, Alves Carrara; PEDRO JOSÉ, de Oliveira Machado. **Delimitação territorial dos municípios brasileiros no século XIX: um desafio metodológico**. Locus: Revista de história, Juiz de Fora, v. 25, n. 1, p. 20-36, 2019.
- BARRETO, Ana Cláudia de Jesus. **O lugar dos negros pobres na cidade: estudo na área de risco no bairro Dom Bosco**. Juiz de Fora: FUNALFA, 2013.
- Barreto, A. C. de J. **O negro na cidade: Um Estudo no Bairro Dom Bosco em Juiz De Fora (MG)**. Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN), 2017, 465–489p. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/219>>. Acessado em agosto de 2023.
- CAMPOS Adrelino. **Do Quilombo a favela: Produção do espaço criminalizado**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 208.
- CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na américa latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375003/mod_resource/content/0/Carneiro_Feminismo%20negro.pdf> . Acesso em 20 ago 2023.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. Feusp, 2005. (Tese de doutorado).
- CASTRO, Giovana De Carvalho. **De ventres degenerados nascem crias tortuosas: maternidade negra como campo de disputa nos pós abolição em Juiz de Fora**. Anais V Desfazendo Gênero. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/79155>>. Acesso em: 17/10/2023.
- CASTRO, Giovana De Carvalho. **Obás Atlânticas: Rebeldes, Insubordinadas e Insurgentes (Juiz de Fora – Séculos XIX/XX)** Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, área de concentração em Narrativas, Imagens e Sociabilidades, da Faculdade de

História da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História, 2024.

CASTRO, Giovana De Carvalho Roza Cabinda [livro eletrônico] : dos sentidos da liberdade à liberdade dos sentidos / Giovana de Carvalho Castro. -- Juiz de Fora, MG : Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (FUNALFA), 2024. Bibliografia. ISBN 978-65-88135-49-5

CISCOTTO, Ana Clara. **'São João del Rei, Juiz de Fora e Muriaé são as melhores cidades para se viver na região'**, G1 Globo, 07 jul. 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2024/07/07/sao-joao-del-rei-juiz-de-fora-e-muriae-sao-as-melhores-cidades-para-se-viver-na-regiao-veja-ranking.ghtml>>. Acessado em agosto de 2024.

CUNHA JUNIOR, Henrique; MATTOS, Maria Estela Rocha. **Espaço Urbano e Afrodescendência: espaços da espacialidade negra urbana para o debate das políticas públicas**. Fortaleza: UFC, 2007. p. 206.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. 1a ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Daniel da Silva, **Bobeira é não viver a realidade: estratégias informais operadas pela massa trabalhadora para ter um local de moradia na cidade de Juiz de Fora**. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora para obtenção do título de Mestre, 2023.

DELFINO, Leonara Lacerda. **O ethos caritativo e o parentesco ritual entre os confrades do Rosário: possibilidades de uma abordagem comparativa entre as irmandades negras urbanas e rurais (séculos XVIII e XIX)**. Sacrilégens. Juiz de Fora, UFJF, 2012.

Equipe editorial de Conceito.de. (15 de Outubro de 2014). Atualizado em 16 de Dezembro de 2019. **Periferia - O que é, conceito e definição**. Conceito.de. <<https://conceito.de/periferia>>.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017, p.24-25.

EVARISTO, Maria Luiza Iginio. **Sincretismos, negociações e conflitos: apropriação e inversão do catolicismo nas irmandades negras de Nossa Senhora do Rosário na Minas Gerais do século XVIII**. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da Universidade de Juiz de Fora para obtenção do título de Mestre, 2013.

EVARISTO, Maria Luiza Iginio. **A fé que dança e (em)canta: análise das experiências religiosas de congadeiros nas minas de Minas**. Universidade Federal de Juiz de Fora (Tese de Doutorado), 2018.

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FRANCISCO, Raquel Pereira. **Os Deserdados da República: a infância pobre em Juiz de Fora no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX**. Disponível em: <https://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338333456_ARQUIVO_OsDeserdadosdaRepublica_anpuh_2012.pdf>. Acesso em 10 de agosto 2023.

FERREIRA, L.G. **O samba de roda nas festividades de Nossa Senhora da Boa Morte em Cachoeira - Bahia**. I Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura- ENECULT. 2005

FÉLIX,Rita; MORAIS,Mauro. **‘Ex-escravizados tiveram que se reinventar’**,Tribuna de Minas. 28 jun.2020.Disponível em: <[https://tribunademinas.com.br/noticias/cultura/28-06-2020/rita-felix-ex-escravizados-tiveram-que-se-reinventar.html#:~:text=Embora%20muitos%20j%C3%A1%20se%20encontrassem,sobreviverem%20e%20manterem%20suas%20fam%C3%ADlias](https://tribunademinas.com.br/noticias/cultura/28-06-2020/rita-felix-ex-escravizados-tiveram-que-se-reinventar.html#:~:text=Embora%20muitos%20j%C3%A1%20se%20encontrassem,sobreviverem%20e%20manterem%20suas%20fam%C3%ADlias.)>.Acessado em julho de 2023.

FRANCISCO, Raquel Pereira. **Laços da senzala, arranjos da Flor de maio: relações familiares e de parentesco entre a população escrava e liberta – Juiz de Fora (1870-1900)**. Dissertação (Mestrado)– Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2007.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar Editores,1980. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/212947/mod_resource/content/3/Goffman.%20Estigma%20e%20identidade%20social.pdf>. Acesso 05 outubro 2022.

GOMES, Tiago de Melo. **Para Além da Casa da Tia Ciata: outras experiencias no universo Cultural Carioca, 1830- 1930**. Afro-Ásia, Salvador, n. 29-30, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21057>>. Acesso em julho 2023.

HARKOT-DE-LA-TAILLE; E; SANTOS, A. R. **Sobre escravos e escravizados: percursos discursivos da conquista da liberdade**. In: III simpósio nacional discurso, identidade e sociedade (III SIDIS). Dilemas e desafios na contemporaneidade, 2012. Disponível em:<http://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/HARKOT_DE_LA_TAILLE_ELIZABETH.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2023.

IAMAMOTO, Marilda Viela. **Relações sociais e o serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1983.

JESUS, L. E. S. **Periferia, um termo crítico: distanciamentos espaciais, sociais e simbólicos nas cidades**. Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife, v. 10, 2021.

_____. **A Periferia Urbana e o Reconhecimento Social: uma análise a partir da Escola**. MEDIAÇÕES, Londrina, v. 26, n. 2, p. 380-398, 2021.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. São Paulo:Brasiliense, 1987.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986

MARIOSIA, Gilmaras Santos; MAYORGA, Claudia. **Mulheres de tabuleiro/Mulheres de terreiro: trajetórias de mulheres negras**, 2018.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Mulher, Corpo e Maternidade**. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flavio dos Santos (Orgs). *Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MAGALHÃES, Mario Osorio. **Opulência e cultura na província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860- 1890)**. Pelotas: Editora da UFPel; Livraria Mundial, 1993.122

MENEZES, Franciane Cristina. **Repensando a funcionalidade do Racismo para o capitalismo no Brasil Contemporâneo**. *Libertas, Juiz de Fora* – v.13, n.1, p. 9-72, jan./jun. 2013.240 p.

MENEGAT, Elizete. **Questão social e segregação sócio territorial: Termos indissociáveis da crise do modelo de Urbanização ocidental**. *Libertas, UFJF* v. 2- n.2 jul/dez 2002- v.3- n.1 e n.2,p. 143-157, jan./dez. 2003. Juiz de Fora: UFJF, 2003,242p.

MOREIRA, Luciana Verônica Silva. **Movimentos Comunitários: experiências de participação em Juiz de Fora (1974-1988)**. Juiz de Fora: FUNALFA, 2012, 160p.

MOURA, Clóvis. **O Negro: de bom escravo a mau cidadão?** Rio de Janeiro: Conquista 1977.

_____. **Quilombos Resistencia ao escravismo**. São Paulo: Ática, 1987.

_____. **História do Negro Brasileiro**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **REBELIÕES DA SENZALA. A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL**.

Disponível em: <https://buscaintegrada.ufrj.br/Record/aleph-UFR01-000469838>>. Acessado em 02/02/2023.

MANO A MANO: **Mano Brown recebe Sueli Carneiro. Entrevistada: Sueli Carneiro**.

Entrevistador: Pedro Paulo Soares Pereira (Mano Brown) Spotify.mai.Podcast. Acesso em:

<https://open.spotify.com/episode/2eTloWb3Nrjmog0RkUnCPPr?si=ANf3drNkQkicvDiNG1jE0A&nd=1&dlsi=9405d9633ea14547> Acesso em 26 mai.2023.

MUNANGA. Kabengele. **Negritude usos e sentidos**. São Paulo: Ática, 1988.

NASCIMENTO, GISÊLDA MELO. **Grandes mães, reais senhoras**. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). *Guerreiras da natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente*. São Paulo:Selo Negro: 2008.

OLIVEIRA, Julvan Moreira. **Africanidades e educação: ancestralidade, identidade e oralidade no pensamento de Kabengele Munanga**. São Paulo s.n., 2009 298 p. Tese de Doutorado.

OLIVEIRA, Julvan Moreira de. **Matrizes dos Racismos: o biológico e o epistêmico**. In: FONSECA, Dagoberto José (org). *Racismos, vol. 3 – coleção África, presente! Negritude e Luta Antirracista*. São Paulo: Selo Negro, 2023,p.15-36.

PAULINO, Silvia Campos; OLIVEIRA, Rosane. **Vadiagem e as novas formas de controle da população negra urbana pós-abolição**. *Disponível em:*

<https://www.academia.edu/99+>>. Acesso em: 1 dez. 2023.

PETRÔNIO, Domingues. **Associativismo Negro**. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flavio dos Santos (Orgs). *Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acessado em: 01/02/2023.

REIS, João José. **A greve negra de 1857 na Bahia**. *Revista USP*, n. 18, p. 6-29, 1993.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. 2a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REIS, João José. **De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição**. *AfroÁsia*, n. 24, p. 199-242, 2000.

RIOS, A.L; MATTOS, H. **Memórias do Cativo: família trabalho e cidadania nos pós abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ROCHA, Maria Estela. **TERRITÓRIO AFRODESCENDENTE: Leitura de cidade através do bairro da Liberdade**, Salvador (Bahia), 2007.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os Africanos no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **“Mestiçagem, Degenerescência e Crime”**, *História, Ciências, Saúde -Manguinhos*. Fundação Oswaldo Cruz. v.15, n.4, p.1151-1182, out.-dez. 2008.

SANTOS, Denise do Nascimento. **Desengomando a liberdade: trabalhadoras negras do serviço doméstico e suas agências em Juiz de Fora (1887-1892)** -Dissertação de Mestrado, UFJF, 2024.

SANTOS, Luiz Alberto Silva. Octavio Ianni. [et.al.]. **O negro e o Socialismo**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. - (Coleção Socialismo e Discussão).

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008 440 p. (Coleção Milton Santos).

SCARANO, Julita. **Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no Século XVIII**. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

SILVA, Livia Maria Baêta da., FREITAS, Joseania Miranda. **A Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte: uma perspectiva museológica e de gênero**. In *Enecult*, 2005. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecul2005/LiviaMariaBaetadaSilva.pdf>>. Acesso em 10 de julho de 2023.

SILVA, Renato Balbino da. **Uma Irmandade esquecida: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Juiz de Fora (1888-1905)**. Dissertação - Programa de Pós -Graduação em História. Universidade Federal de Juiz de Fora (2020).

SILVA, B. Uellber. **Racismo e alienação: uma aproximação à base ontológica da temática racial**. São Paulo. Instituto Luckács, 2012. 112p.

SILVA DA, Fernanda Oliveira. **Associativismo negro em terras sulinas: das irmandades aos clubes para negros em pelotas (1820-1943)**. Editora UFPel, v. 8 n. 2 (2011) .

SOUSA, Caroline Passarini; TARDIVO, Giovana Puppini; HAACK, Marina Camilo. **Localizando a mulher escravizada nos Mundos do Trabalho**, in: Revista Cantareira, n. 34, 2021, p.54-75.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flavio dos Santos (Orgs). **Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intraurbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP. Lincoln Institute, 2009.

ZARATTINI, Fábio. **Santos negros carmelitas e franciscanos: estudo das imagens de Minas Gerais e Pernambuco**. *Rever - Revista de Estudos da Religião*, dossiê "Identidades e fronteiras: dinâmicas religiosas", São Paulo, PUC-SP, vol. 22, n. 1, jan./jun. 2022.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Lei nº 9811 de 27 de junho de 2000**. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano-PDDU. Disponível em. Acesso em: 17 Jul, 2024;

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Lei Complementar nº 82 de 03 de julho de 2018**. Dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Urbano e Territorial, o Sistema Municipal de Planejamento do Território e a revisão do PDP/JF de Juiz de Fora conforme o disposto na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade e dá outras providências. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-juiz-de-fora-mg>>. Acesso em: 17 Jul, 2024.

APÊNDICE

EXCURSO – A TRAJETÓRIA DE UMA MENINA PRETA CRIADA E EDUCADA NA PERIFERIA DE ZONA LESTE, BAIRRO SANTA CÂNDIDA

[...] A cidade é lembrada, vivida e ganha sentido à medida que a habitamos, que transitamos por ela, que trabalhamos nela, que encontramos pessoas e vivemos juntos nesse espaço. Portanto, os cidadãos se pautam nas vivências, por isso, os seus objetivos são diversos dos objetivos dos donos do capital. A vivência e o habitar urbano estão muito relacionados ao conviver com outro, pois nossas experiências ocorrem na interseção com outro, com a subjetividade, experiências e afetos do outro e é nesse encontro que transformamos a cidade e ao mesmo tempo somos transformados e o outro também muda. Nós construímos mais que cidades, construímos nós mesmos nesse encontro com o lugar e com outro. (AMARAL, 2014 p. 56)

Podemos pensar que a concretude dessa produção de afetos para uma enorme massa de população se realiza nas periferias, lugar em que podemos ter esse encontro com o outro. Talvez, por isso, quando a banca solicitou que eu registrasse a minha ligação com minha comunidade em diferentes fases da minha vida, em um primeiro momento, não rememorei nada! A questão é que a gente apenas mora em uma região da periferia! E morar nesses espaços nos permite aprender literalmente a viver!

Buscando como referência a minha mãe, baseando-me nas suas memórias e narrativas, quando chegamos ao bairro Santa Cândida, eu tinha um ano de idade. O ano era 1981. Antes, morávamos em casinha de cor amarela, locada no Bairro Três Moinhos, às margens do Córrego do Yung. Tínhamos como vizinha a minha falecida avó afetiva Dona Irene, que continuaria nos visitando e mantendo contato, já que as duas pertenciam na época à mesma Igreja da Casa da Benção.

Quando a minha mãe conta a história de quando e como nós chegamos aqui, ela sempre repete essa frase: “Precisávamos fugir do aluguel, então viemos para cá do jeito que deu”.

Dessa forma, fomos ajudados por um casal caucasiano que morava do nosso lado direito, com quatro filhos, que nos cedia água e luz. Dona Cremilda pertencia à Congregação Cristã do Brasil (mesma Denominação Evangélica da minha avó paterna, Natalina Balbino) e era casada com o senhor Viliei, na época policial.

Minha mãe sempre me contava que quando chovia muito, como não tínhamos janelas, ela me pegava no colo, me abraçava bem forte, entrava comigo dentro do guarda-roupa e ali

ficávamos até a chuva passar. Sempre que penso ou falo sobre isso, lembro-me da sensação de estar nos seus braços...

Mas o que me possibilitou ser criada no bairro Santa Cândida para além da minha personalidade e dos afetos recebidos?

Ser criada andando, brincando e correndo pelas ruas da minha comunidade me possibilitou ser uma menina verdadeiramente livre e aproveitar os inúmeros quintais, sem cercas, além de saborear algumas frutas no pé como ameixa, caju marrom e goiaba.

Importante lembrar que esses espaços não existem mais, já que a terra foi substituída por concreto, as árvores derrubadas para aumentar ou construir casas e cômodos para atender as demandas da própria comunidade.

Porém me foi possível, junto de algumas amigas de infância, subir em árvores, escorregar na terra com papelão do ponto mais alto possível nos fundos das construções da rua atrás do Cesário Alvim. Contava, nessa época, com uma companheira inseparável: Suzana Roberta, que tinha chegado recentemente da cidade de Rio de Janeiro com seu pai Ari e mais dois irmãos, Arilson e Arides, ambos já falecidos. Arides, aos 15 anos, por suicídio e Arilson aos 29, por atropelamento.

O Ari era irmão do Horteli, vizinho falecido, e pai da Isabela que era também outra companheira inseparável das brincadeiras. Desde bem pequena, brincávamos juntas. Sua mãe fazia parte da Congregação Cristã do Brasil e trabalhou até a sua aposentadoria no Café Apolo. Por vezes, isso nos rendia uns salgadinhos bem gostosos que comíamos no quintal. Dona Iracy ganhava no trabalho e nos proporcionava uma festa.

A casa da Isabela ficava do lado esquerdo subindo a rua Jorge Raimundo. No seu quintal, havia um galinheiro e um pé de caju marrom com um tronco enorme, de altura que ultrapassava o telhado do segundo andar da casa. Era muito fácil transitarmos pelos fundos em nossos quintais e frequentar a casa uma da outra.

Para chegar à oficina de sapatos do meu pai, foi construída uma pequena escada de madeira que se transformou em nosso esconderijo. Ali “brincávamos de casinha” e “jogávamos conversa fora”. Como sempre fomos vizinhas, não consigo descrever ao certo quando comecei a brincar com a Isabela, porém tudo ficou muito mais divertido com a chegada da Suzana, pois tínhamos personalidades, a tonalidade de pele e o cabelo parecidos. Já Isabela tinha os cabelos lisos e a pele de cor parda. Eu e Suzana combinávamos bastante: quase não chorávamos na frente das pessoas e nunca entregávamos uma à outra mesmo apanhando.

Para mim e Suzana não bastava apenas subir nas árvores, nós gostávamos de pular e pular. Juntávamos bem os pés e cada uma procurava um galho de uma árvore e pulávamos e cantávamos qualquer música que vinha à cabeça e a Isabela ficava apavorada. Uma vez, um garoto, cujo nome não me recordo, que morava em frente à minha casa, resolveu nos acompanhar. De repente, escutamos um barulho, e lá estava ele, estirado no chão, com um pedaço do galho do pé de goiaba quebrado ao seu lado.

Por um momento pensamos que tinha acontecido algo pior, pois ele não se mexia e nós, de tão apavoradas que estávamos, ficamos paralisadas com os olhos bem arregalados, chamando pelo seu nome. Quando ele mexeu a perna demos graças a Deus, só que ele se levantou e saiu gritando tão rápido e tão alto em direção a sua casa, que não conseguimos chamar ninguém para socorrê-lo. Aquilo parecia uma cena de filme... Resultado: um braço fraturado.

Eu e Suzana, desde então, paramos de brincar daquela forma. A minha mãe colocou uma gangorra em nossa varanda e parte das crianças da rua ia para lá balançar. Ela mandava a gente fazer uma fila e nos empurrava igualmente. Um dia, o ferro se soltou e a Giovana, filha mais velha, foi parar dentro do tanque com as pernas do lado de fora. Ainda bem que não teve nenhum arranhão. Em compensação, a minha mãe chegou a mudar de cor. Chamou o pedreiro e chumbou um ferro muito mais forte que até hoje existe no teto da nossa varanda. Com o passar do tempo, paramos de balançar, pois queríamos era correr na rua, brincar de pular corda e outras coisas mais interessantes.

Duas casas antes da minha, do lado esquerdo, moravam o ex-casal Bete e Betinho com suas filhas Josy, Josiane (Muchim). Depois de alguns anos, nasceria um menino chamado Anderson. A casa deles ficava nos fundos e a parte da frente era um terreno bem grande e comprido para brincarmos. Geralmente, em época de datas especiais, todas as crianças da rua iam para lá com os brinquedos que cada um tinha ganhado. Era nesse momento que eu colocava toda a minha criatividade em ação, pois os meus brinquedos eram sempre os mais simples (pião, bola, arminha que atirava e a pecinha que voava). O grande segredo sempre foi saber apresentar o que a gente tinha e, dessa forma, as outras crianças acabavam achando muito mais interessante os meus brinquedos.

Nós adorávamos soltar papagaio, às vezes sentávamos juntas para confeccioná-lo e fazíamos o rabo para aqueles que precisassem, pois o objetivo era empiná-los o mais alto possível, além de aprender a lançá-los. Não importava quem estivesse do outro lado, pois tínhamos uma vantagem, que era um pedaço bem grande de linha de sapateiro, muito mais

resistente que as linhas comuns, sendo quase que impossível de arrebatá-la apenas com as mãos. Não raramente, superava as linhas preparadas com cerol...

Na maioria das vezes, brincávamos de casinha com comidinhas de verdade. Uma vez passamos dias bolando um plano de vingança contra os meninos para mostrar de fato quem é que mandava no pedaço. O plano foi infalível: colocamos pimenta brava na comida deles e no momento em que eles gritavam por conta do ardor nas suas bocas, fizemos questão de relatar os motivos de termos feito aquilo. A comemoração foi triunfal e durou vários dias.

Na escadaria da Igreja da Assembleia de Deus, fingíamos ser pedintes e quando conseguíamos convencer alguém, explicávamos que tudo era uma brincadeira e nunca ficávamos com um centavo sequer. Porém, nos sentíamos muito felizes por ter conseguido convencer alguém. Tínhamos todo um repertório: bagunçávamos os cabelos, fazíamos caras e bocas: “Ô moço me dá uma moedinha aí, por favor! Uma esmolinha, por favor!”. Naquela época, não tínhamos dimensão da complexidade da questão da população em situação de rua.

Dos lanches compartilhados, dos passeios coletivos inesquecíveis nos espaços públicos, nas praças, nos museus, no Parque da Lajinha, das viagens de Trem Xangai com algumas das crianças da minha rua e com alguns primos e primas, me recordo com saudade. Era assim que nós aproveitávamos e vivíamos plenamente a cidade de Juiz de Fora (MG). Para economizar as passagens, andávamos a pé sempre que possível.

Uma cena que não consigo esquecer foi quando eu e Lília subimos o calçadão segurando uma bolsa azul. Dentro dela, tinha uma panela de macarrão e me lembro do som da panela balançando. Também me lembro quando a minha mãe carregava a vasilha de isopor com os seus magníficos rissoles e, para beber, aqueles sucos que deixavam a língua com a cor exata do sabor do suco. Foi um dia bem divertido que passamos todos juntos no Parque da Lajinha. Era tanta comida que teve gente que comeu macarrão com pastel e acabou passando mal.

A minha mãe sempre nos acompanhava nos lugares públicos. Nós duas também fazíamos nossos programas como participar de atividades promovidas pelo SESC. Era só passar o anúncio na televisão e ela falava comigo: “Selmara, você já sabe!!!!” Eu sorria e sabia que, no outro dia, teriam muitas brincadeiras. Eu brincava em todos aqueles brinquedos até cansar.

Iniciando o despertar para algumas coisas na vida!

Lembro-me do momento em que nós três juntas perdemos o encanto pelas balas oferecidas pelo Senhor Horteli em um dia em que percebemos que ele estava sob efeito do álcool. Não foi preciso dizer uma palavra, apenas ficamos ali, olhando uma para outra. E nunca mais corremos para ganhar balas quando o víamos naquele estado. Nós três apenas nos abraçamos e fomos embora.

Alguns anos depois, compreendemos que o alcoolismo era uma doença e que se manifestava diferente em cada pessoa. Uns ficavam alegres, outros violentos. Era uma coisa muito séria e triste também. E como era importante os programas de prevenção e assistência ao alcoolismo dentro das empresas para que o paciente e a família tivessem novas oportunidades de vida.

Percebi que estava iniciando uma nova fase na vida quando repeti a segunda série no Colégio Estadual Duarte de Abreu, no Bairro Vitorino Braga por causa das minhas dificuldades nos estudos, que hoje, após o diagnóstico de Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), compreendo.

Na época, minha professora Virgínia explicava à minha mãe, depois da aula, o dever de casa para que ela me ajudasse a fazê-lo. Não era o suficiente. Lembro-me de ver a minha mãe sentadinha na cadeira e a professora escrevendo no quadro enquanto eu ficava brincando no pátio. A mãe matriculou-me na Escola Municipal Santa Cândida.

Quando fui para a terceira série, simplesmente caí na bagunça. Dona Eunice, que morava em frente à escola, começa a me dar aula de reforço para eu passar de ano. Só que não tinha mais como...

Fazendo amizades duradouras

Repetindo a terceira série conheci a professora Rosilene, que foi uma grande conselheira e me explicava a matéria de uma forma diferente. Ela me ajudou a compreender um pouco melhor sobre a importância de estudar. Fiz amizade com a Lília, Leandra e Regiane.

Lília morava também na Rua Jorge Raimundo, algumas casas depois da minha e seus pais eram Domingos Pedreiro e Imaculada, que era dona de casa e trabalhadora do bar. Além

disso, tinha seus irmãos, Lineia e Lílio. Uma família branca que, na parte de cima, tinha um botequim e embaixo era a casa em que moravam.

Regiane faz aniversário no dia 07 de abril e tinha sérios problemas de saúde, com crises de epilepsia mais de uma vez ao dia (e todos os dias). As pessoas corriam dela, mas eu sempre ficava ao seu lado, segurando a sua mão. Ela sempre chorava muito quando a crise passava; às vezes alguém gritava: “Cuidado com a cabeça dela!!”. O único medo que eu tinha era dela enrolar a língua comigo, pois não tínhamos treinamento para aquela situação.

Eu sempre rezava para aquilo não acontecer e algumas pessoas diziam que a mordida poderia ser tão forte que corria o risco de perder o meu dedo. As pessoas diziam muitas coisas... E eu sempre ficava perto dela até passar já que não poderia deixar a minha amiga morrer. A Regiane sempre foi alegre e divertida. Fazia umas piadas que poucos entendiam porque ela falava baixinho, esticava os braços na carteira e dava um sorriso de lado.

Nós chegamos a organizar uma festa surpresa para ela, minha mãe fez o bolo e cada um contribuiu com alguma coisa. Porém, não foi o suficiente: ela abandonou a escola. Disse que estava cansada e eu tentei convencê-la do contrário... Ela morava depois do Hospital Aragão, o que se pode chamar de o início do Bairro São Benedito. Era uma casa de aluguel onde viviam ela e a irmã mais velha, já adulta e que a gente nunca via por causa do excesso de trabalho. A mãe dela trabalhava muito também e o seu irmão, o Juninho, já falecido.

Foi a partir do convívio com a Regiane que eu comecei a compreender alguns olhares preconceituosos. Lembro-me de uma vez em que eu e uma das funcionárias da escola fomos socorrê-la em um momento de crise. Uma das funcionárias foi lavar as mãos de forma muito intensa, pois tinham sido atingidas pela saliva (baba) da menina. Eu fiquei chocada, parada, olhando para ela, que então percebeu meus olhos bem arregalados. E me perguntou: “Você não vai lavar as mãos não, Selmara? Nunca se sabe se pode pegar... Lave as mãos, Selmara! Lave as mãos também!”

Eu deixei apenas a água molhar as minhas mãos e pensei: “Nossa Senhora, poderia ser eu sendo tratada dessa forma...”. Isso porque minha mãe me relatou que, quando bebê, eu tive uma crise de epilepsia que foi uma coisa aterrorizante para ela. Dona Cremilda, a vizinha, que me socorreu e minha mãe conta que pensou que eu iria morrer...

Desde pequenininha, a minha mãe me levava para fazer um tratamento e, depois ela fez uma corrente na igreja e fui curada das crises pela Glória de Deus. Minha mãe sempre foi uma mulher de uma fé excepcional. Naquele dia mesmo, entendi que não era certo tratar as pessoas daquele jeito.

A Nossa Diretora Dona Naile

A Dona Naile era a nossa diretora, descendente de povos tradicionais com africanos, e se vestia de uma forma muito elegante, no salto, com roupas sempre muito coloridas e anéis enormes. Com personalidade única, não abaixava cabeça para nenhum homem, não importando quem fosse. Às vezes, a gente se escondia para ver quando chegavam uns homens enormes querendo “fazer gracinha com a cara dela”. E escutávamos ela plena gritando: “O senhor pode até me bater, mas eu vou dar trabalho para o senhor, eu vou dar!!”. Aí aquele homem parava, pensava e ia embora.

Ela se importava muito com a comunidade e providenciou uma sala de aula só para a nossa turma poder estudar na parte da tarde. Particularmente, eu acredito que ela contribuiu para tornar a nossa escola um território neutro. Os alunos que desapareciam eram trazidos de volta para a escola depois que minha mãe a acompanhava na visita às suas casas. E mesmo com uma barriga enorme, grávida do meu irmão, ela andava com a diretora pelo bairro. Ela acreditava que a criança tinha que estar na escola. Com uns ela tinha sucesso e os trazia de volta; outros não. Mas ela dificilmente desistia.

A quinta série!!

A quinta série foi inesquecível! O primeiro beijo foi dado atrás do poste como se fosse possível esconder alguma coisa. Lembro-me de beijar o Robson e sair correndo. Nessa época, iniciaram as excursões com a professora Francisca, de História. Seu apelido era Dona Chica. Ela gostava de dançar enquanto nós cantávamos “meu carro é vermelho, não uso espelho pra me pentear” e explicava a matéria de uma forma brilhante.

Com ela, nós ampliamos os nossos conhecimentos históricos e turísticos, pois era impossível para os nossos responsáveis nos levar para conhecer as cidades históricas como Petrópolis, Teresópolis, Caxambu; São Lourenço, São João Del Rey e Tiradentes (a essas duas últimas cidades ela nos levou várias vezes!). As excursões aconteciam todos os anos até o nosso último ano na escola, na oitava série.

Para garantir a nossa participação nos Jogos Intercolégiais, quem conseguia nos unir era a professora de Educação Física que se chamava Cristina, com seu “super fusca amarelo”. Eu ficava impressionada como podiam caber tantas meninas... Nós a chamávamos de “Lourão”, pois era coisa rara uma loura adulta entre nós.

A professora era muito emotiva e nós éramos todas muito explosivas, umas mais que as outras. Às vezes, ela nos entendia e nos fazia trabalhar em equipe. Também sabia quando não estávamos bem. Certamente o fato de fazer parte de uma equipe facilitou a aprender a pensar juntas, saber esperar, confiar mesmo com um pouco de medo que a amiga vai aparecer, que ela vai conseguir, bolar estratégias, aprender um pouquinho a lidar com algumas frustrações e o que fazer com o medo quando aparece...

O local em que fazíamos as aulas era o campo de várzea grotão que tinha, naquela época, em seu entorno, enormes árvores de eucalipto e várias bananeiras. Como era isolado, as mães estipularam a seguinte regra: no mínimo, em dupla, para descer para o campo. Quando ventava muito, podíamos ouvir o assovio do vento e os barulhos das árvores! Existia uma história de que homens tinham agarrado uma moça naquele local há muitos anos. Não falávamos sobre isso umas com as outras... Era verdade que sentíamos medo, mas amávamos fazer as aulas de Educação Física.

A professora foi uma excelente técnica e nos fez campeãs na Categoria Queimada! Com a vitória conquistada, a nossa diretora levou o nosso time de Queimada para lanche no McDonald's. Detalhe: podíamos comer o que quiséssemos! Lembro-me de, antes de começar a comer, ter me aproximado dela e lhe perguntar se realmente tinha dinheiro para pagar para todas nós! Ela me respondeu que poderia ficar tranquila, que tinha levado também a sua filha e que se tivesse alguma dificuldade, ela a ajudaria a pagar!

Eu saí pulando e me juntei com as outras. Era a primeira vez que entrávamos naquele lugar! Foi um dia muito especial para todas nós e se tornou uma recordação e tanto! Alguns anos depois, a escola optou por parar de fazer Educação Física no Grotão, pois estávamos crescendo e nos desenvolvendo e os nossos pais achavam lá perigoso. Passamos a utilizar o pátio da escola mesmo e a professora Cristina se aposentou.

Lembro-me da turma de meninas que estudavam comigo na quinta série como as irmãs Michele e Marcelle, Luceli, a Cláudia, Idelais (Daia) e Mariléia (Marela), além da minha amiga Lília. Michele foi a primeira a arrumar um namorado de forma mais séria e parar de estudar.

Figura 52 – Antigo Campo do Grotão nos dias atuais



Fonte: Balbino, 2024.

Alguns assuntos amordaçados chegam de repente!

Em uma visita a uma colega de escola, fui pega totalmente de surpresa. É a primeira vez na vida que eu relato esse momento! Lembro-me de ter um sol muito forte naquele dia. Chamei-a no portão, a cumprimentei e começamos a conversar. Disse-lhe que gostaria de entender melhor o que tinha acontecido ou que estava acontecendo, pois percebia a sua agitação.

E, de repente, ela se abaixou e disparou a chorar desesperadamente. Por um momento, pensei que fosse “uma cena”. Porém, logo observei as lágrimas caindo na areia e ela, lentamente, passava os dedos riscando algo indefinido. Aí, percebi que era algo muito mais sério. Então lhe perguntei novamente o que estava acontecendo. Disse-lhe que poderia confiar em mim, pois não contaria nada para ninguém da escola.

Ela me explicou que tinha ajudado a cuidar da mãe naqueles últimos dias, porque a mãe tinha feito um aborto e se sentia muito mal. Ela me explicou que a mãe disse que não seria capaz de sustentar mais um filho, que não tinha condições não tinha dinheiro para isso. E que ela estava sofrendo com a ideia de perder um irmão ou irmã.

Lembro-me de ficar apavorada, pois meu irmão estava com apenas dois anos de idade. Pedi para que ela ficasse calma e conversamos bastante. Na verdade, eu mais ouvi do que falei. Tentei esconder o meu apavoramento, apesar de ser mais velha que ela.

Desse dia em diante, todos os dias quando nos encontrávamos na escola, arregalávamos os olhos uma para a outra. Não podíamos comentar sobre o assunto e

acabamos nos respeitando bastante uma a outra. Ela e a mãe partiram da cidade logo depois. Na despedida, nos abraçamos fortemente e choramos.

No fundo, sabíamos que uma nova cidade, com novas oportunidades de trabalho, seria um recomeço para as duas. Era o que acreditávamos: seria o melhor a ser feito para amenizar um pouco daquela dor.

Nunca mais nos encontramos e espero que elas estejam bem.

Eu pensava que todos os gays eram ricos

O meu pai sempre foi um excelente sapateiro. Confeccionava, bordava e forrava lindos sapatos e sandálias com enormes plataformas. E nessa época o nome do meu pai ainda não havia saído na coluna do César Romero, destacado colunista social do jornal Tribuna de Minas sairá alguns anos depois. Isso traz um impacto muito positivo no aumento da nossa freguesia e parcerias com lojas de tecidos e casas de noivas.

Só, que nessa época quando eu tinha doze anos de idade, já tínhamos uma clientela de grande relevância. Alguns tinham uns carrões... Nunca ninguém incomodou algum cliente nosso, mexeu ou coisa assim, pois sabia que aquele era o ganha pão da nossa família! Às vezes, alguns vizinhos ajudavam os clientes e nos chamavam lá em casa.

Era interessante que alguns deles perguntavam desconfiados se poderiam deixar o carro na rua. E minha mãe dizia: “Pode!” Eles davam uma olhadinha desconfiada para os lados; alguns abriam a porta do carro e ficavam conversando dali de dentro mesmo... Só depois resolviam entrar. Às vezes, o marido ou acompanhante ficava dentro do carro esperando enquanto a família descia. Todos entravam e saíam muito alegres. Surpreendiam-se com a vista maravilhosa da cidade.

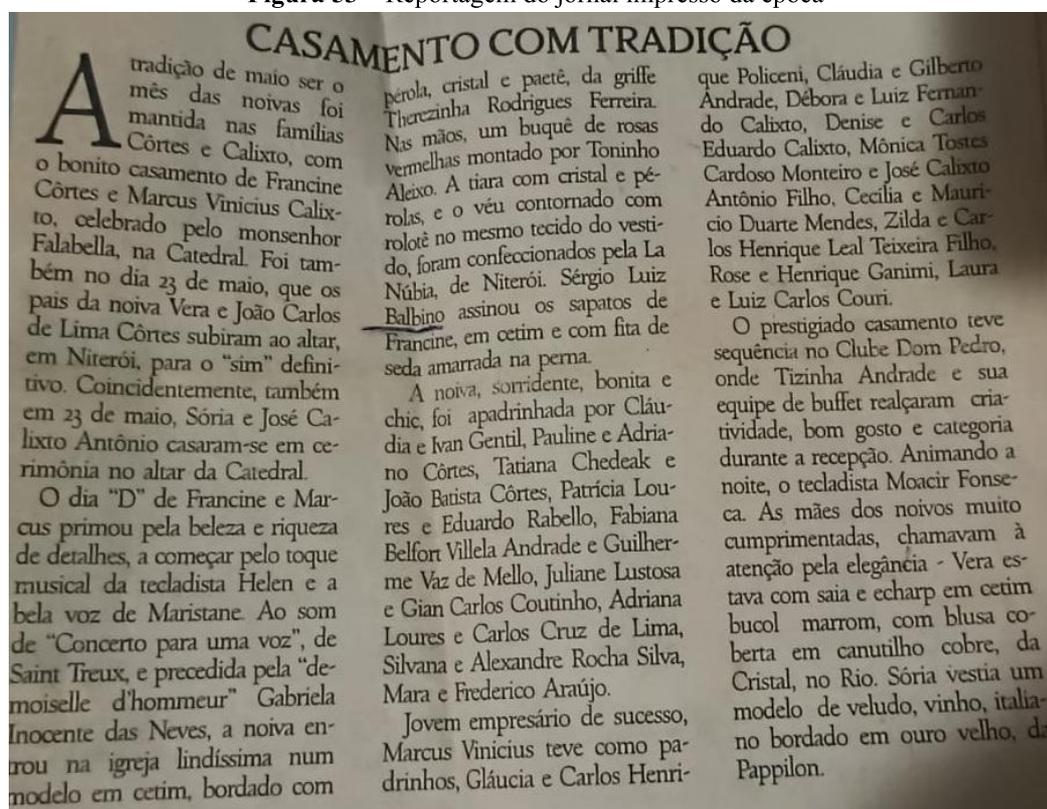
Nessa época, eu achava que todos os gays eram ricos e extremamente elegantes. Todo aquele *glamour* do Miss Gay, com costureiras especialistas em vestidos da alta costura, estilistas, bordadeiras como o meu pai. A minha mãe era uma excelente vendedora e trabalhava com a Marabá Tecidos e o Rogério Belo. Quando os clientes iam lá em casa experimentar algum sapato, eu corria para sala!

No entanto, quando estava na quinta série, esse pensamento mudou, pois estudei com um menino negro que todos chamavam de Alex. Era gay, muito inteligente e tinha um cabelo de cor preta, além de ser extremamente questionador. Questionava a tudo e a todos, sempre com argumentos coerentes. Ele acabou abandonando a escola na sexta série e não o vimos

mais. Tornou-se cabeleireiro e assumiu a sua orientação sexual. Foi para o Rio de Janeiro e, alguns anos depois, chegou a notícia que ele tinha sido assassinado.

Algum tempo depois, um jovem rapaz bem pretinho, com sorriso largo, lindo, que sempre nos cumprimentava no ônibus, com sua sexualidade assumida, também foi assassinado. Isso me fez começar a questionar que mundo era aquele e a entender que nem todos os gays eram ricos. Apesar de continuarem sendo extremamente elegantes na minha opinião, já compreendi, bem nova, que vivíamos em um país racista, machista e homofóbico. E isso não era nada bom...

Figura 53 – Reportagem do jornal impresso da época



Fonte: Tribuna de Minas. Coluna Cesar Romero.

Tempos de mudança para a oitava série!

Sentimos medo ao concluirmos a oitava série. A escola era nosso lugar seguro, pois tínhamos uma rotina que conhecíamos. Era inevitável que a turma se dividisse. Aqueles colegas, cujos pais tinham condições de pagar a passagem de ônibus, foram estudar no centro da cidade. E nós que estávamos pensando em trabalho e não tínhamos como ficar pagando passagem, fomos para o Colégio Estadual Cândido Motta Filho, no Bairro São Benedito, no

turno da noite. O processo de adaptação foi complicado, apenas depois de um ano que muitas de nós começamos a merendar. Depois foi um passo, fazer novas amizades com alunos e professores.

A escola Municipal Santa Cândida sempre se fez presente na minha vida. Quando me formei no Ensino Médio, os professores encaminharam aquelas mensagens lindas por telefone. Mesmo depois de anos, quando consegui entrar na Universidade Federal de Juiz de Fora, eles colocaram o meu nome em uma faixa na escola junto com o nome de outros dois alunos de gerações mais atuais. Confesso que foi emocionante para mim, para os professores e a direção.

A inteligência e criatividade da minha mãe sempre me encantaram!

A minha mãe é uma mulher negra, muito corajosa, de baixa estatura, extremamente trabalhadora. Quando ainda tinha sete anos de idade, minha falecida avó Lúcia Evaristo solicitou a um dos carpinteiros da cidade de Goianá - MG que fizesse um banquinho sob medida para que ela conseguisse enxergar o fundo da panela e mexer com a devida segurança, pois ela já havia aprendido a cozinhar e assim poderia ajudar nas tarefas dentro de casa.

Para além do trabalho tradicional de empregado no Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG), meu avô, Manoel Leandro de Castro, realizava atividade com a família de venda de pastéis todos os domingos na residência da família em um cômodo, que ficava separado que tinha uma portinha diferente conforme as lembranças da minha mãe. Através dessa atividade, ele conseguiu comprar a casa onde viviam pagando aluguel. Nos finais de semana, ele preparava café e pastéis com recheio de carne com batata. A massa era uma receita secreta do meu avô. Minha mãe conta que havia a seguinte divisão: os meus avós faziam e fritavam os pastéis e preparavam o café, e o meu falecido Tio Luiz Paulo¹⁷, dois anos mais velho do que a minha mãe, vendia pastéis nas ruas do bairro nos finais de semana, enquanto os jogos de futebol aconteciam. A família lucrava um bom dinheiro porque o meu Tio era um excelente vendedor, ele tinha uma bicicleta para facilitar o

¹⁷ Todos os chamavam carinhosamente de Paulinho sempre foi muito trabalhador e meio brincalhão as vezes e gostava muito de futebol. Ele faleceu em um acidente de moto na Avenida Brasil trabalhando de motoboy para uma farmácia, que ficava localizada no bairro Vitorino Braga no ano de 2003. Nessa época ele já era aposentado por tempo de trabalho do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG). Naquele mesmo ano ele tinha casado no cartório com a sua companheira Telicia, que tem o apelido e gosta de ser chamada de Teca, era pai da Ana Elisa, que naquela época tinha três anos de idade e hoje ela está no último ano da faculdade de Enfermagem. Ele morreu com a nossa família por 20 anos antes de formar a sua própria família

deslocamento e, conforme relato da minha mãe, certa vez ele estava vendendo tanto, pois tinham muitos jogadores de fora da cidade no campo de futebol que o meu falecido tio ficou muito ansioso e entusiasmado pois o balaio de pastéis foi esvaziado muito rápido. Ele voltou para casa rapidamente, esperou a minha avó se ausentar por uns minutos e ele mesmo resolveu ajudar a fritar os pastéis sozinho. Foi quando ele colocou a espumadeira na vasilha de óleo e acidentalmente derramou sobre a barriga e peito dele. Minha mãe conta que nunca tinha visto uma pessoa gritar tanto e rolar de dor, segundo ela foi uma cena muito triste de se ver. Ele foi socorrido por sua mãe Lúcia que derramou um vidro de magnésio e colocou sobre as feridas folhas de bananeiras cedidas pela vizinha. Somente depois foi possível levar ao farmacêutico que elogiou os cuidados de minha avó, porém as cicatrizes ficaram e o triste acidente doméstico fez com que ele não pudesse fritar mais pastéis.

Minha mãe ficava no caixa contabilizando todo o dinheiro e não errava nenhuma conta, alguns clientes a testavam pois ficavam impressionados dela guardar tudo na de cabeça e se divertiam, pois ela sabia a quantidade exata de pastéis que cada cliente tinha comido. Ela explica que o meu avô sempre dava dinheiro ao Paulinho e a ela pela venda dos pastéis, toda semana ela guardava tudo dentro de uma latinha para comprar tecidos e fazer roupas para ela enquanto o meu tio gastava tudo com balas de doces. Dessa forma ela sempre tinha mais roupas que os seus irmãos porque era a sua mãe que costurava fazer os modelitos. E foi assim que o meu avô conseguiu juntar um saco de dinheiro para a compra da casa que tinha um lindo quintal com muitos pés de Fruta na cidade de Goianá- MG a minha mãe conta que o dono da casa levou um susto danado quando o meu avô fez o pagamento do valor da casa á vista ele chegou até mudar sua fisionomia para uma aparência desfalecida e pálida, pois não acreditava que uma pessoa tão simples pudesse ter em seu poder uma quantia tão grande de dinheiro. Alguns anos mais tarde o meu avô realizou a troca da casa devido a uma exigência do trabalho do meu do avô em ir para a cidade de Rio Novo logo após ele conseguir passar na prova para trabalhar como encarregado. Retornado para a minha adolescência em Juiz de Fora na década de 90.

Minha mãe trabalhou muitos anos como empregada doméstica e no último trabalho de carteira assinada, ela contou que a patroa dizia que ela trabalhava como uma leoa. Quando ela adoeceu, passou a receber auxílio doença até se aposentar. A sua chefe, então, precisou contratar três empregadas para realizar os serviços que ela fazia sozinha. Uma prova que de fato Leoas também adoecem, frente a uma grande demanda de trabalho, porém, essa história ficará para uma outra oportunidade. A minha mãe realmente sempre foi revestida de uma

inteligência super inusitada, regada com muita criatividade, todos no bairro Santa Cândida a conhecem por Dona Lú.

Quando iniciou uma onda das pessoas do bairro começarem a sair para lanchar fora, minha mãe chegou perto de mim, olhou dentro dos meus olhos e disse que não tinha dinheiro para nos levar para lanchar. E que, por isso, ela levaria a lanchonete para dentro da casa.

Passados alguns dias, ela apareceu com uma Chapeira de lanches semi profissional a gás e no outro mês comprou um espremedor de laranja industrial que possuía um barulho interessante e quando eu apertava a laranja rapidamente espremia. Também comprou potes grandes de ketchups e maionese. Assim, aos sábados, eu e as minhas duas amigas Lília e Linéia passamos a nos reunir na minha casa para prepararmos os nossos hambúrgueres. Em época de aniversários os primos emprestados do meu irmão Taciane e o falecido Rafael netos da Dona Eunice, também participavam como convidados especiais. Era sempre muito divertido, pois ela nos ensinou a trabalhar na chapa.

E foi assim que passamos juntas muitos sábados à noite com várias opções de hambúrgueres, depois, pizzas caseiras e, por fim, deliciosos sorvetes feitos com frutas. Minha mãe chegou a até comprar um freezer do cônsul para congelar os salgados e pães que ela aprendeu a fazer... Só que isso é outra história.

Adolescência e parte da minha vida adulta

A minha adolescência até que não foi nada monótona. Eu tinha a missão de ajudar minha mãe a criar o meu irmão dez anos mais novo, o Júnior. Isso significa que quando eu não estava trabalhando fora ou fazendo algum bico, ajudando o meu pai atendendo algumas clientes, entregando sapatos, eu ficava responsável pelas tarefas da casa e por levar o meu irmão no futebol ou escoteiro. Ainda tinha a responsabilidade de ajudar com a educação dele.

Teve uma fase da adolescência que recebíamos notícias, de vez em quando, que alguém tinha falecido ou que alguma amiga estava grávida. Aquilo era assustador. Teve um momento que tive três amigas grávidas ao mesmo tempo.

Nessa época, já podíamos ir às festas de rua do São Benedito. Gostávamos de jogar totó e paquerar, mas, claro, tínhamos horários para chegar em casa. Pouquíssimas vezes, fui aos bailes lá em cima da quadra do São Benedito. Nós tínhamos MC Alan Caverna! Dançávamos com o sucesso do Rap do Arado de sua autoria, que tinha o seguinte refrão: “Eu

vou falar do Arado onde só Mora Sangue Bom! Eu vou falar de morro onde é bom se morar porque lá em cima amizade o reinar”.

Passeávamos bastante no shopping Santa Cruz e aproveitávamos para dar uma volta no centro da cidade. Para comprar roupas, geralmente íamos acompanhadas. Sempre pedia alguém para passar com gente na loja depois do trabalho ou ficávamos combinando o que queríamos comprar e juntávamos o dinheiro quando podíamos. Geralmente ficávamos um pouco preocupados de não sermos bem tratadas nas lojas e sentíamos mais segurança quando estávamos acompanhadas. Depois, fomos amadurecendo e, se precisávamos comprar as coisas, íamos sozinhas mesmo.

Eu e a Suzana continuamos conversando sobre tudo, principalmente sobre amores e paixões. Não conseguíamos compreender como um cara às vezes podia beijar uma garota negra às escondidas e todo mundo perceber que ele a amava, mas oficializar o noivado com uma garota branca. Naquela época, não possuímos nenhum letramento racial. Só tínhamos indignação e questionamento mesmo. A minha amiga Suzana partiu de Juiz de Fora (MG) e nunca mais voltou para morar aqui. No entanto, permanecemos mantendo contato.

Lembro-me que, nessa época, a minha mãe resolveu me colocar em uma psicóloga, com valores sociais, que atendia nos salões que ficavam em torno da Igreja Catedral. Em um primeiro momento, eu não entendi nada. Depois, até gostei. Fiquei até ela me dar alta. Lembro-me da minha mãe ser super exigente comigo e meu pai dizer sim para tudo que poderia provocar algum conflito. Então, todas as regras eram dadas pela minha mãe.

Teve uma época em que viajávamos bastante para Rio Novo (MG). Lá era bem interessante: dávamos volta na praça, saíamos para fazer lanche e alguma das minhas tias nos levava nos bailes. Eu beijava muito mais na boca lá do que aqui.

Com o decorrer dos anos, passo a vivenciar um novo ciclo na minha vida. Depois que concluí o Ensino Médio, fui trabalhar até conseguir ingressar na Universidade Federal. Aí, é outra história que muitos de vocês já conhecem.

Uma pequena história de luta que nasceu dentro dos portões da escola Municipal e espalhou pelas ruas do bairro e foi para na cidade

Para mim, sempre foi muito importante residir em um bairro com moradores que lutam e protestam. Depois de perdermos dois funcionários muito queridos e antigos que se aposentaram na Escola e adoeceram - Tia Renilda, a nossa maravilhosa merendeira e o Senhor

José, o nosso porteiro - e acompanharmos a luta da secretária da nossa Escola, Marilnalda, contra o câncer de mama, alunos e professores vão para as ruas do Bairro Santa Cândida.

Empunhando cartazes com protestos para retirada da antena de telefonia atrás da escola, passam a fazer sistematicamente passeatas pelas ruas do bairro chamando a comunidade para se unir naquela luta. O movimento cresceu até que as passeatas passaram a acontecer no centro da cidade. Só pararam quando a demanda da comunidade foi atendida.

A diretora Elenize Freitas, a professora Jaqueline (Ciências Biológicas), a professora e bibliotecária, na época moradora do bairro, Mirian e o Professor Antônio Carlos (História) lideravam essa luta com apoio de todos, principalmente, das mães e das mulheres da comunidade.

Em janeiro de 2004, aconteceu a retirada da antena do terreno, que pertencia ao Paulo Freez. Uma vitória que todos nós comemoramos, pois queríamos não apenas os funcionários da nossa escola segura, mas também as nossas crianças. Foi uma linda vitória! Todos do bairro se sentiram mais seguros.

Figura 54 – Imagens da antena telefônica após mobilização



DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL		SERIE A	
PREFEITURA DE JUIZ DE FORA		Nº 18/266466-0	
Secretaria Municipal de Fazenda		VENCIMENTO: 06/06/2003	
2ª VIA - P.J.F			
NOME E ENDEREÇO RAULO FREEZ RUA DO R. 192 EM 17 CELSARIO ALZIM		INSCRIÇÃO 035.521/020	
CODIGO DE RECITA	REFERENCIA PROCESSO Nº	DISCRIMINAÇÃO	VALOR R\$
041/9-00		RECEITA DA DIV. ATIVA TRIB.	421,55
044/9-00		RECITAS DOS IMPPOSTOS	85,00
055/8-00		JUNCO DE MOBA IPTU/ICU 1998/1999/2000/2001/2002	140,63
EMPRESA: 05/06/2003 - SMO/CA		TOTAL R\$	625,18
Pagavel nos Bancos: BANCO DO BRASIL, ITAU, MERCANTIL DO BRASIL, MERCANTIL DE SP, BRABCSO, BOM, CEF e LOTERICAS.			
AUTENTICADA MECANICA			

Fonte: Lemos, 2004.

Figura 55 – Mobilização da comunidade



Fonte: Lemos, 2004.

Figura 56 – Entrevista na televisão Professor Antônio Carlos Lemos

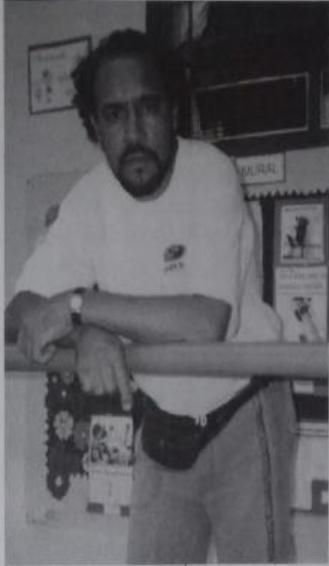


Fonte: Lemos, 2004.

Figura 57 – Poesia Lição de Participação

Lição de participação

Eles não perderam o trem da história. Estudaram, mobilizaram e comemoram os frutos de sua batalha. Depois de dois anos e meio de luta, e mais de 15 dias de paralisação das atividades escolares, os professores da Escola Municipal Santa Cândida e toda comunidade conseguiram retirar do bairro a antena de telefonia celular da Telemig. "Hoje podemos ver o céu do alto do Santa Cândida e avistar as antenas do Morro do Imperador como um sinal de que a luta continua e que essa tecnologia precisa ser disciplinada", afirma um dos precursores do movimento, professor Antônio Carlos Ferreira.



Fonte: Lemos, 2004.

Figura 58 – Mãe de aluno da escola



Fonte: Lemos, 2004.

Figura 59 – Reivindicação dos alunos no Calçadão



Fonte: Lemos, 2004.

Figura 51- Protesto de mães e moradores



Fonte: Lemos, 2004.

Figura 60 – Elenize diretora da escola Municipal Santa Cândida



Fonte: Lemos, 2004.

Chegando próximo à minha formatura!

Quando estava próxima à minha formatura no Curso de Serviço Social, o professor de história Antônio Carlos, da Escola Municipal Santa Cândida, mandou me chamar! E me questionou sobre o que eu faria pela minha comunidade. Fiquei com essa pergunta na cabeça.

Em 2016, após uma atividade pedagógica da especialização de História da África na Universidade Federal de Juiz de Fora, no Museu da Maré, localizado na Comunidade da Maré, no Rio de Janeiro, comecei a refletir e a buscar ajuda para dar forma a outros métodos educacionais dentro do bairro Santa Cândida.

Conhecer outra Maré, que não tinha nada a ver com o Complexo da Maré que aparecia na televisão, foi o que me possibilitou visualizar o poder de organização de uma comunidade por meio do teatro, da rádio comunitária e do Cursinho Pré-universitário em que os próprios professores são moradores da comunidade. Ao conhecer o complexo, pude entender a força da falecida vereadora Mariele Franco, que só pode ser explicada pela força daquele espaço.

Seguindo algumas orientações da militante Adenilde Petrina, professora de Filosofia aposentada da Rede Municipal de Juiz de Fora, residente do bairro Santa Cândida, militante histórica do cenário dos movimentos sociais negros do município, foi possível interligar as duas realidades.

Dessa forma, reunimos um pequeno grupo de pessoas para dar vida ao que denominamos de Coletivo Unidos por Santa Cândida, formado por moradores do Bairro Santa Cândida e adjacências, além de alguns militantes do Movimento Negro e de movimentos sociais. A principal proposta é resgatar e inovar as mobilizações sociais da comunidade do Bairro Santa Cândida. As principais frentes de ação do grupo são:

a) Projeto Música no Bairro

O projeto de aulas de música chegou a contar com três turmas de aulas de violão, com aproximadamente 35 alunos. Fizemos campanha para arrecadar violões e alguns pais conseguiram comprar violões para os seus filhos. Recebemos também doações de instrumento do projeto do Léo Doa Som em que ele reforma instrumentos e os destina para doação.

b) O Ambulatório de Psicologia

Iniciou as suas atividades no mês de junho de 2016 com psicólogas e Naiara, militante do Movimento Negro, além do apoio da militante Giovana de Castro que lecionava naquela conjuntura em instituições privadas.

c) Aulas de Língua Espanhola

Pensando na abrangência do conhecimento, no segundo semestre do ano de 2016, tivemos algumas aulas de Espanhol com a professora Nanny Zuluaga Henao. Em 2017, no início do mês de julho, retornamos oficialmente com o curso de Espanhol com a graduanda de Letras-Espanhol, da Universidade Federal de Juiz de Fora, Kely Torres Bartholomeu, moradora do bairro vizinho, Vitorino Braga.

Também foi possível realizar uma parceria com a PROEX para que os alunos recebessem o certificado de curso de Espanhol. Cabe-nos destacar que a turma foi composta por cinco alunos extremamente dedicados.

d) Aulas de Língua Inglesa

Em 28 de agosto de 2018 foi iniciado o curso de inglês para adultos, idosos e adolescentes, com a jovem professora Thais, moradora do Bairro Santa Cândida e estudante do Curso de Letras da UFJF. No dia 15 de setembro, foi iniciada a turma para crianças e adolescentes no salão da Igreja Católica aos sábados, com os professores Margareth e Paulo. Chegamos a realizar um piquenique com os alunos e seus familiares na Universidade Federal de Juiz de Fora.

e) “Candinha na Roda”

Para pensarmos ações para uma comunidade, é preciso refletir e conhecer a realidade de um território. As rodas de conversas no Ambulatório de Psicologia Social do Santa Cândida foram outro impulso e eram conhecidas como “Candinha na Roda”.

A primeira aconteceu no dia 10 de agosto 2018, no salão do Guto, tendo como convidadas As Ruths – Grupo de Artes Cênicas e Política. Mesmo com divulgando o evento com a distribuição de panfletos pelas ruas do bairro e a curiosidade de alguns moradores em entender o nome do evento, o mesmo ficou bem esvaziado.

No dia 31 de agosto, realizamos a segunda Roda de Conversa, com uma participação maior de moradores. No dia 12 dezembro, foi realizada a terceira e última “Candinha na Roda” do ano de 2018 no salão da Igreja Católica. Tivemos pouquíssima participação dos moradores.

Por isso, decidimos retirar o evento das quartas-feiras e passar para às quintas-feiras. E, no dia 31 de janeiro (quinta-feira), a partir da sugestão de Silvani, moradora do bairro Santa Cândida e integrante do nosso coletivo Unidos por Santa Cândida, a roda passou a ser realizada uma vez por mês, com lanche coletivo e estabelecendo diferentes parcerias com Sindicatos, Movimento Negro e a Contadora de História, Flávia Nascimento.

f) “Bota pra pensar”

Em 2022 e 2023, com o apoio de alguns psicólogos e militantes do Movimento Negro, além de alguns moradores do bairro Santa Cândida, desenvolvemos o projeto “Bota para pensar” com as turmas do sexto e sétimo ano. Nele, foram trabalhadas temáticas como racismo, *bullying*, além de conversarmos sobre algumas profissões de moradores e de ex-alunos da escola Municipal

g) “Um sonho de uma horta coletiva”

No dia 29/06/2019, iniciaram as aulas aos sábados pela manhã. Quando ocorre alguma eventualidade, tais como a professora ter a necessidade de fazer prova na Universidade ou eventos na Escola Municipal de Santa Cândida, as mães vão tentando se comunicar no grupo de aplicativo de mensagens.

A partir da experiência da horta coletiva em Santa Cândida, conseguimos realizar a limpeza do espaço com o apoio da Pastoral de Agroecologia do Bairro Centenário. É importante lembrar que a presença dos moradores Silvânia, Juliana, Neuzeli, Vicentino, Zé Maurício e do Elvin foram fundamentais já que fizeram a doação das mudas para realizarmos o plantio.

O processo do plantio, cuidado e colheita foi extremamente difícil, pois no momento em que a dona do local pediu o espaço o desânimo tomou conta de todos. Tentamos procurar outro, mas ficamos divididos se deveríamos plantar ou não. Com muitas dificuldades, realizamos o plantio e, posteriormente, a colheita, que foi destinada para algumas famílias assistidas pelos Vicentinos. Por fim, liberamos o espaço.

Em 2019, o Coletivo Unidos por Santa Cândida juntamente com alguns moradores do bairro, representantes da Pastoral da Criança e movimentos sociais buscamos um espaço para a cultivarmos uma horta.

Experenciemos que, por mais que seja difícil e complicado, tudo pode ser possível. No dia 18 de março de 2019 o Elvin levou-me a Neuzeli para conhecermos o espaço cedido que nos foi cedido temporariamente pela Igreja Adventista.

O primeiro mutirão aconteceu no dia 29/06/2019 e ganhamos mudas da assistente social do CRAS do Bairro São Benedito, que foi uma doação do Espaço de Mudas do Bairro Linhares. Estiveram presentes Elvin, Eliana, Taiti, Ângela e a sua irmã Marília, Neuzeli e o seu companheiro Júlio, Gilmar e Carlos.

Nos deparamos com várias dificuldades e, por ter um espaço que não é pequeno, resolvemos buscar mais ajuda e, no mês de setembro, iniciamos uma parceria com dois alunos do curso de Geografia que foram indicados pelo Juliano, de Petrópolis. Conseguimos plantar, cuidar e colhermos juntos apesar de termos nos esquecidos das galinhas dos vizinhos.

Durante a pandemia da Covid 19, as atividades se encerraram, permanecendo apenas o ambulatório, pois os cursos de violão, de inglês e até mesmo o curso on-line de percussão não resistiram. A dinâmica on-line funcionou por alguns meses, porém não obtivemos engajamento.

Nesse período, os grupos negros, de mulheres, LGBTQIA+, periféricos, indígenas, ciganos, quilombolas, pessoas com deficiência, entre outros grupos vulnerabilizados, foram aqueles que encontraram menos oportunidades que permitissem seu desenvolvimento social, econômico, educacional e político.

O entrecruzamento entre raça, classe, gênero, sexualidade, idade, território, dentre outras identidades, ampliou o repertório de opressões e discriminações. Essa desigualdade se ampliou principalmente no acesso à educação.

h) Curso Preparatório Luiza Mahin

Em 2019, fundamos o curso on-line para preparar jovens e adultos, respectivamente, para ingressar no Programa de Ingresso Seletivo Misto (PISM) UFJF e no Enem: Luiza Manhin. Esta mulher foi a mãe do abolicionista Luiz Gama, sendo uma das organizadoras do levante dos negros islâmicos nas ruas de Salvador no ano de 1835.

Assumi como idealizadora e coordenadora geral e conto com o apoio voluntário das colegas queridas Joyce Queiroga, coordenadora do Serviço Social e Maria Luíza, coordenadora pedagógica. Também da querida e antiga companheira de militância, Denise Denis, responsável pela coordenação da secretaria e comunicação do nosso curso.

Atualmente focamos apenas no Enem, com aulas on-line e presenciais, e estamos nos organizando para termos o nosso CNPJ e ampliamos as nossas coordenações dentro da perspectiva de mulheres negras.

Uma pequena homenagem à minha comunidade

Na minha comunidade

Na minha comunidade tem...

Tem açougue com linguiça de “pimenta biquinho”... Delícia!

Tem o mercadinho com banana do Piau

Tem cheirinho de comida muito boa!

Tem Vitinho, criador da Gula da pipoca da Marechal na área galera! E o cartão da fidelidade do parça garante que o “espetáculo está no sabor”!

Tem salgadinhos do Jhony Leno!

Tem Quirino Gás nos dias e momentos mais inusitados!

Tem relações de afeto, cumplicidade e diferentes formas de cuidado e também confusões de vez em quando, por que, afinal, onde é que não têm?

Na minha comunidade tem trocas e parcerias de valor.

E tem boleiras, confeitadeira, diaristas, empregadas domésticas, assistentes sociais, educadores sociais, catequistas, enfermeiras, costureiras, cozinheiras, salgadeiras, sapateiros, serralheiros, funcionários públicos, municipais, estaduais e federais, professoras e doutor em História da Saúde pela UFJF e tem muito mais.

Olha que tem a Escola Municipal Santa Cândida e relações de amizade da 3ª e 5ª séries.

Tem alegria, diversão, brincadeira, gargalhadas aos montes, tem “encarnações (coisas de periferia feliz)”, tem também torcidas, vibrações, e não falta acolhimento. O silêncio e a tristeza, vez ou outra, vêm nos visitar... mas não se demora ...

Tem ausências de sons produzidos quando os solados dos chinelos batem nos asfaltos, aqueles passos conhecidos que não escutam mais de vizinhos que já se foram e não voltam mais.

Tem saudade de amiga de infância que antes pedalava de bicicleta pelos morros e quebradas! Oh, saudade!

Tem gente que já se foi na minha comunidade que tinha um coração, tão grande, que ficou muito difícil de subir lá em cima para se despedir a última vez! Para todos os amigos e familiares dentro e fora dessa comunidade um braço bem... apertado!

Tem músicas de quem conhece a história de quem cantava, no entanto, não toca mais. É em sinal de respeito misturado com saudade.

E falando em saudade ... não podemos nos esquecer da nossa primeira professora do bairro do Eunice Xavier, nem do “seu” João, que era mateiro (mateiro é quem conhecê mato, planta, remédio, tá?) Tinha a Dona Izabel, tinha o nosso saudoso dentista Zé Roberto e o pedreiro Geraldo que construiu muitas casas em nossa comunidade.

Teve também a rádio Mega FM, boa demais, que além de fazer muita gente “sacudir o esqueleto” e remexer com corações apaixonados, levava informação, conscientização política, social, cultural e histórica... Na verdade, muito mais!

Tem balé, tem a festa da lanterna, tem grafiti, DJs eBboys.

Tem professores de dança de salão, tem *playlist* do vizinho, com músicas que fazem a gente relembrar o passado e pensar no futuro.

Tem o Elmir Santos, a Mc Xuxu, a Mc Dadá, o Rap Zoi Rei, e tem poesia.

Tem o Felipe, que é o artista conhecido na cidade toda como “Stain”. Um menino que transporta o grafite dos muros para as telas, que escreve seu nome e o da comunidade nos murais da cidade e que vem “Colorindo Habitar” no Bairro Esplanada para o mundo ver! Tem a “*doutora honoris causa*” Adenilde Petrina na parada e muito mais.

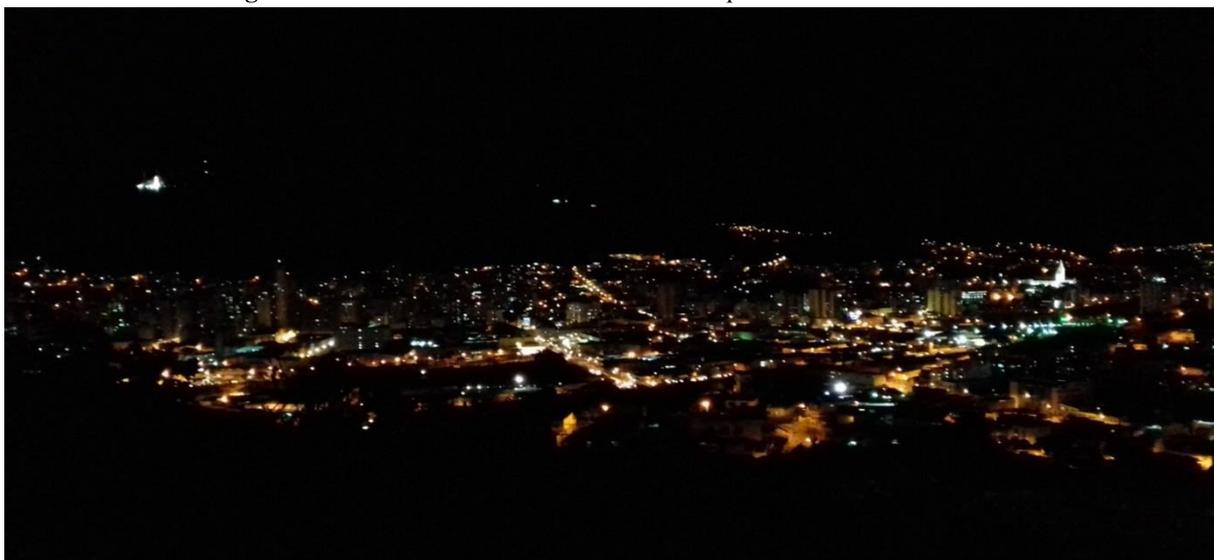
Tem igrejas, muita fé no futuro e nos talentos.

Tem verduras fresquinhas, galos e galinhas de estimação.

E, por isso, que é extremamente importante lutarmos todos juntos e juntas contra essa estrutura política de segregação sócio territorial. É importante ontem, hoje e sempre gritarmos por mais investimentos em nossa periferia. Porque aqui tem tudo que nossos corações desejam, mas nossos corações ainda merecem muito, muito, mais!!!!

E, para terminar, tem moradora da Candinha arriscando na poesia. Esta que vos fala, sou eu, Selmara de Castro Balbino.

Figura 61 – Cidade de Juiz de Fora observada pelo bairro Santa Cândida



Fonte: Lemos, 2004.

ANEXO

EMENDA POPULAR REFORMA AGRARIA Nº 52

49

JUSTIFICATIVA

Pouco após o golpe de estado de 15 de novembro de 1889, que baniu de nossas terras o imperador Dom Pedro II, de tão benfazeja situação à testa de nosso país durante quase meio século de estabilidade constitucional, o Governo provisório prometera ao povo brasileiro a realização de plebiscito, no qual teria a oportunidade de pronunciar-se sobre a forma de governo de sua preferência: Monarquia Parlamentar ou República Presidencialista.

Até hoje tal promessa não foi cumprida. É um número incalculável de brasileiros sente-se frustrado no seu direito de escolha.

As instituições então vigentes, no parlamentarismo monárquico, garantiam ampla liberdade - na justiça e na ordem - permitiram o desabrochar das melhores potencialidades do gênio nacional. Assim, para admiração das nações irmãs de nosso continente, o Brasil atingiu alto grau de harmonia social, de astúria política e de progresso material.

No entanto, esse pacífico e promissor aprimoramento de nossas instituições democráticas sofreu brusca interrupção no dia 15 de novembro de 1889, à qual o povo assistiu "bestializado, atônito, surpreso sem conhecer o que significava. Muitos acreditavam sinceramente estar vendo uma parada", no testemunho insuspeito de Aristides Lobo, ministro do governo provisório.

O resultado não se fez esperar: de 1889 a 1926, só um presidente da república, Campos Salles, governou sem Estado de Sítio, e de 1926 até nossos dias apenas um presidente civil, Juscelino Kubitschek, chegou ao fim de seu mandato.

Entretanto, nossa pátria experimentava e sofria de tudo, como as sangrentas lutas fratricidas da última década do século passado, durante as quais tivemos, inclusive, a intervenção de navios de guerra dos Estados Unidos, a favor do governo republicano, reprimindo a revolta da armada. Nessa ocasião, o almirante Saldanha da Gama lançara o seu manifesto propondo a realização do prometido plebiscito, com a esperança de obter a pacificação nacional.

É bem conhecido que no tempo da monarquia os republicanos gozavam da mais ampla liberdade: tinham o seu partido, elegiam deputados, alguns jornalistas e professores em faculdades de ensino superior faziam franca propaganda da república, sem nunca terem sido objeto de nenhuma repressão, e a imprensa republicana circulava livremente.

Implanta-se a república e o que acontece? Aqueles que se apresentavam como os paladinos da mais ampla democratização do país, em vez de reconhecerem a plena liberdade de todos, inclusive dos partidários do regime deposto, estabelecem com relação a esses um iníquo "Apartheid". E o princípio de liberdade de opinião é calcado nos pés por aqueles que, no império, tanto dele se beneficiaram.

A promessa de uma consulta plebiscitária não se cumpre, e todas as constituições republicanas incluem a chamada "Cláusula Pétrea", que limita os direitos políticos dos monarquistas.

Se os republicanos considerassem de um modo ponderado a situação por eles criada, notariam que a apenas dois anos do centenário da república - uma mancha azulada a frente desta: apresenta-se a república, como o ápice da democracia política, mas arrastada, atrás de si, amordaçada e algemada, o ideal monárquico, ao qual, mesmo transcorridos cem anos de vida republicana, teme dar a menor parcela de liberdade. É preciso ter em mente que república não é sinônimo de democracia. Certamente a nossa república não tem sido democrática para as grandes maiorias do povo brasileiro. Einstein disse certa vez: "É mais fácil quebrar um átomo, que quebrar um preconceito".

AUTOR. MARIA MARTINS DA SILVA E OUTROS (44.632 Subscritores)

ENTIDADES RESPONSÁVEIS:

- INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS MONÁRQUICOS DO RIO GRANDE DO SUL
- CÍRCULO MONÁRQUICO DE SÃO PAULO
- CÍRCULO MONÁRQUICO "D. PEDRO HENRIQUE DE ORLEANS E BRAGANÇA"

COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

EMENDA POPULAR Nº PE 00051-2

"Dispõe sobre o regime de governo".

Entidades Responsáveis:

- Instituto Brasileiro de Estudos Monárquicos do Rio Grande do Sul
- Círculo Monárquico de São Paulo
- Círculo Monárquico "D. Pedro Henrique de Orleans e Bragança"

Relator: Constituinte BERNARDO CABRAL

Subscrita por 44.632 eleitores e apresentada por quatro entidades associativas, a presente emenda prevê a realização, a 15 de novembro de 1993, de plebiscito para definir o regime de governo entre as formas de República Presidencial ou Parlamentar e Monarquia Parlamentar.

Como, nesta fase dos trabalhos, compete a este Colegiado analisar a proposta apenas em seus aspectos formais e considerando que a iniciativa sob exame, segundo as informações da Secretaria, atende às exigências previstas no art. 24 do Regimento Interno para sua regular tramitação, meu parecer é no sentido de que esta Comissão se manifeste pelo recebimento da Emenda Popular nº PE 0005-2, reservada a apreciação de mérito para a ocasião própria.

EMENDA PE00052-1
EMENDA 1P20737-1

GABRIEL DE ALMEIDA SANTOS E OUTROS

EMENDA POPULAR - PLENÁRIO

EMENDA Nº POPULAR

1. Inclui, onde couber, no Capítulo II (Da Política Agrícola, Fundiária e da Reforma Agrária), do Título VIII (Da Ordem Econômica e Financeira), os seguintes artigos, itens e parágrafos:

"Art. 1º - Ao direito de propriedade de imóvel rural corresponde uma obrigação social.

§ 1º - O imóvel rural que não corresponder à obrigação social será arrecadado mediante a aplicação dos institutos da Perda Sumária e da Desapropriação por Interesse Social para fins de Reforma Agrária.

§ 2º - A propriedade de imóvel rural corresponde à obrigação social quando, simultaneamente:

- a) é racionalmente aproveitada;
- b) conserva os recursos naturais renováveis e preserva o meio ambiente;
- c) observa as disposições legais que regulam as relações de trabalho e de produção e não motiva conflitos ou disputas pela posse ou domínio;
- d) não excede à área máxima prevista como limite regional;
- e) respeita os direitos das populações indígenas que vivem nas suas imediações.

§ 3º - O imóvel rural com área superior a sessenta (60) módulos regionais de exploração agrícola terá o seu domínio e posse transferidos, por sentença declaratória, quando permanecer totalmente inexplorado, durante três (03) anos consecutivos, independentemente de qualquer indenização.

§ 4º - Os demais imóveis rurais que não corresponderem à obrigação social serão desapropriados por interesse social e

ra fins de Reforma Agrária, mediante indenização paga em títulos da dívida agrária, de valor por hectare e liquidez inversamente proporcionais à área e à obrigação social não atendida, e com prazo diretamente proporcional aos mesmos fatores.

Art. 2º - A indenização referida no artigo anterior, § 4º, significa tornar sem dano unicamente em relação ao custo histórico de aquisição e dos investimentos realizados pelo proprietário, seja da terra nua, seja de benfeitorias, e com a dedução dos valores correspondentes a investimentos públicos e débitos em aberto com instituições oficiais.

§ 1º - Os títulos da dívida agrária são resgatáveis no prazo de vinte anos, a partir do quinto ano, em parcelas anuais sucessivas assegurada a sua aceitação, a qualquer tempo, com meio de pagamento de até cinquenta por cento do imposto territorial rural e como pagamento do preço de terras públicas.

§ 2º - A declaração de interesse social para fins de Reforma Agrária opera automaticamente a inscrição da União na posse do imóvel, permitindo o registro da propriedade. Qualquer contestação na ação própria ou em outra medida judicial somente poderá versar sobre o valor depositado pelo expropriante.

§ 3º - A desapropriação de que fala este artigo se aplicará tanto à terra nua quanto às benfeitorias indenizáveis.

Art. 3º - O imóvel rural desapropriado por Interesse Social para fins de Reforma Agrária será indenizado na proporção da utilidade que representa para o meio social e que tem como parâmetros os tributos honorários pelo proprietário.

Parágrafo Único - A desapropriação de que trata este artigo é de competência exclusiva da União, e poderá ser delegada através de ato do Presidente da República.

Art. 4º - Ninguém poderá ser proprietário, direta ou indiretamente, de imóvel rural, de área contínua ou descontínua, superior a sessenta (60) módulos regionais de exploração agrícola, ficando o excedente, mesmo que correspondente à sua obrigação social, sujeito à desapropriação por interesse social para fins de Reforma Agrária.

Parágrafo Único - A área referida neste artigo será considerada pelo conjunto de imóveis rurais de um mesmo proprietário no País.

Art. 5º - Durante a execução da Reforma Agrária ficam suspensas todas as ações de despejo e de reintegração de posse contra arrendatário, parceiros, posseiros e outros trabalhadores rurais que mantenham relações de produção com o titular do domínio da gleba, ainda que indiretamente.

Art. 6º - Estão excluídos de desapropriação por interesse social para fins de Reforma Agrária os imóveis rurais direta e pessoalmente explorados em dimensão que não ultrapassem a três (03) módulos regionais de exploração agrícola.

§ 1º - É dever do Poder Público promover e criar as condições de acesso do trabalhador à propriedade da terra economicamente útil, de preferência na região em que habita, ou, quando as circunstâncias urbanas ou regionais o aconselharem, em zonas plenamente ajustadas, na forma que a lei vier a determinar.

§ 2º - O Poder Público reconhece o direito à propriedade da terra agrícola na forma cooperativa, condominial comunitária, associativa, individual ou mista.

Art. 7º - Terras públicas da União, Estados, territórios e Municípios somente serão transferidas a pessoas físicas brasileiras que se qualifiquem para o trabalho rural mediante concessão de Direito Real de Uso da Superfície, limitada a extensão a três (03) módulos regionais de exploração agrícola, excetuando os casos de cooperativas de produção originais do processo de Reforma Agrária e ressalvadas as hipóteses previstas nos arts. 13 e 14.

Art. 8º - Pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras não poderão possuir terras no País cujo somatório, ainda que por interposta pessoa, seja superior a três (03) módulos regionais de exploração agrícola.

Art. 9º - Aos proprietários de imóveis rurais de área não excedente a três (03) módulos regionais de exploração agrícola que os cultivem, explorem diretamente, neles residam e não possuam outros imóveis rurais, e aos beneficiários da Reforma Agrária, serão

asseguradas as condições de apoio financeiro e técnico para que utilizem adequadamente a terra.

Parágrafo Único - É insuscetível de penhora a propriedade rural até o limite de três (03) módulos regionais de exploração agrícola, incluída a sua sede, explorada diretamente pelo trabalhador que nela reside e não possua outros imóveis rurais. Nesse caso, a garantia pelas obrigações limitar-se-á à safra.

Art. 10 - A desapropriação por utilidade pública dos imóveis rurais mencionados no artigo 9º somente poderá ser feita, se assim preferir o expropriado, mediante permuta por área equivalente situada na região de influência da obra motivadora da ação.

Art. 11 - A Contribuição de Melhoria será exigida aos proprietários de imóveis valorizados por obras públicas e terá por limite global o custo das obras públicas que incluirá o valor das despesas e indenizações devidas por eventuais desvalorizações que as mesmas acarretem, e por limite individual, exigido de cada contribuinte, a estimativa legal do acréscimo de valor que resultar para imóveis de sua propriedade.

§ 1º - A Contribuição de Melhoria será lançada e cobrada nos dois anos subsequentes à conclusão da obra.

§ 2º - O produto da arrecadação da Contribuição de Melhoria das obras realizadas pela União nas áreas de Reforma Agrária destinar-se-á ao Fundo Nacional de Reforma Agrária.

Art. 12 - O Poder Público poderá reconhecer a posse pacífica em imóveis rurais públicos ou privados, sob certas condições impostas aos beneficiários e em área que não exceda três (03) módulos regionais de exploração agrícola.

Art. 13 - Todo aquele que, não sendo proprietário rural, possuir como sua, por três (03) anos ininterruptos, sem justo título ou boa fé, área rural particular ou devoluta contínua, não excedente a três (03) módulos regionais de exploração agrícola, e a houver tornado produtiva com seu trabalho e nela tiver sua morada permanente, adquirir-lhe-á o domínio mediante sentença declaratória, a qual servirá de título para o registro imobiliário respectivo.

Art. 14 - Lei Federal disporá sobre as condições de legitimação de ocupação até três (03) módulos regionais de exploração agrícola de terras públicas para aqueles que as tornarem produtivas, com seu trabalho e de sua família.

2 - Insere, onde couber, no Título X (Disposições Transitórias), os seguintes artigos

Art. - Até que a lei especial determine a forma de cálculo do Módulo Regional de Exploração Agrícola, referido nos Artigos 1º, 4º, 6º, 7º, 8º, 9º, 12, 15 e 14 desta proposta popular, define a área geográfica das respectivas regiões, será utilizado o cálculo descrito para o módulo fiscal no Artigo 50, § 2º, da Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, com a redação dada pelo Art. 1º, da Lei 6.746, de 10 de dezembro de 1979, e no Art. 4º do Decreto-Lei 54.685, de 06 de maio de 1980, e considerando como região o Município ou grupo de Municípios com características econômicas e ecológicas homogêneas.

Art. - A receita pública da tributação dos recursos fundiários rurais deverá atender exclusivamente aos programas governamentais de desenvolvimento rural e, preferencialmente, ao processo de reforma agrária.

Art. - Será constituído o Fundo Nacional de Reforma Agrária, com dotação orçamentária de no mínimo 5% da receita prevista no orçamento da União.

JUSTIFICATIVA

A reforma agrária só se colocou verdadeiramente como uma exigência social premente em países, ou regiões, em que existia uma grande massa de lavradores impedidos de ter acesso à propriedade da terra. Só em situações desse tipo é que ganhou força social a idéia de que a terra deve pertencer a quem a trabalha.

Nos dias de hoje, o que mais impede que os lavradores tenham acesso à terra é a concentração da propriedade fundiária nas mãos das chamadas "oligarquias", isto é, um pequeno número de famílias ricas, influentes e poderosas. Esses grandes proprietários, ao invés de se dedicarem à exploração da terra, à

sua utilização produtiva, detêm grandes áreas com fins meramente especulativos. Contentam-se em deixá-las com reduzida ou inexistente produtividade visando apenas a valorização fundiária que decorre da abertura de estradas, criação de novos povoamentos, eletrificação, construção de açudes, barragens e obras públicas em geral. Em outros casos, a propriedade de grandes fazendas extensas facilita muito algumas operações fraudulentas com relação ao fisco, que costumam ser feitas por profissionais liberais e muitas empresas dos ramos industrial, comercial e financeiro. Isto quando não são os próprios governos que distribuem incentivos fiscais e favores creditícios aos grandes compradores de terras. Sejam quais forem as suas motivações, é sobretudo a manutenção de terras inativas ou mal aproveitadas por esses latifundiários que veda o acesso dos trabalhadores rurais ao meio de que necessitam para viver.

Estamos diante de uma situação bastante paradoxal. Os trabalhadores clamam pela Reforma Agrária e esta poderia ser iniciada, a qualquer momento, por um elemental cumprimento da lei. No entanto, o Estatuto da Terra, obra do próprio regime militar, foi engavetado graças à força de que dispõe os grandes proprietários fundiários. A saída despótica de crescimento econômico adotada nestes 25 anos de sufoco garantiu uma razoável concórdia entre os interesses industriais dominantes e a manutenção dos privilégios dos latifundiários. O cumprimento do Estatuto da Terra aparece claramente como uma ameaça de ruptura dessa "Santa Aliança". Para os setores industriais, comerciais e financeiros, a desapropriação de terras pouco produtivas, voltadas à especulação, e sua distribuição aos lavradores não coloca em xeque a sua própria existência enquanto classe social, e muito menos a sua dominação.

No que se refere ao Setor Agrícola, de uma coisa se pode ter absoluta certeza: qualquer "redefinição de pacto social" passa hoje necessariamente pelo isolamento político dos latifundiários e pelo atendimento integral das reivindicações dos trabalhadores agrícolas. Durante os últimos cinquenta anos os empresários se esquivaram dessa opção e podem continuar mais uma vez às suas veleidades liberal-democráticas que, volta e meia, parecem cultivar.

A época contemporânea evidencia uma configuração social aplicada ao direito de propriedade da terra como decorrência da supremacia dos interesses sociais e coletivos sobre a vontade individual.

Historicamente, é a partir da Constituição de Weimar, que a ordenação jurídica moderna começa a reconhecer que ao direito de propriedade também correspondem deveres. Hoje, a Constituição da República Federal da Alemanha (art. 14, alínea 2ª) é exemplo da consagração desse princípio que vem gradativamente recebendo acolhimento nas demais legislações contemporâneas.

No Brasil, a tradição constitucional, iniciada com a Carta Imperial de 1824, da qual em muito não foi diferente a Constituição Republicana de 1891, teve um marco com o texto de 1934 quando se cogitou, pela primeira vez, de interesse social como condicionante do direito de propriedade. Embora se referindo à desapropriação, a Constituição de 1937 não avançou na matéria, tendo a Constituição de 1946 lançado rumos um pouco mais definidos no sentido de acentuar as limitações ao direito de propriedade da terra. A partir de 1964, o poder saiu-se com evasivas, ainda que formalmente a Emenda Constitucional nº 10 e o Estatuto da Terra tenham dado alguns passos à frente, que na prática pouco eficácia revelaram.

A Constituição em vigor, ao condicionar a propriedade ao exercício da função social (art. 160, inciso III), estabelece (art. 161, § 2º) medida definida à inobservância desse princípio, que é a desapropriação por interesse social para fins de Reforma Agrária. De um conceito profundamente privatista, a ordem constitucional vigente já chegou à concepção da função social da propriedade rural. É, porém, insuficiente, carecendo de aprimoramento e modernização. Além disso, tal conceito, hoje elevado à categoria de princípio jurídico, necessita de maior precisão, o que indubitavelmente contribuirá com a efetivação da Reforma Agrária.

Em razão disso, sugere-se a previsão constitucional de princípio segundo o qual ao direito de propriedade de imóvel rural corresponde uma obrigação social.

O conceito de obrigação atende à moderna tendência constitucional do direito comparado e é muito mais congruente com o fundamento das limitações impostas à propriedade rural. Além disso, trata-se de um conceito que demonstra, por si só, a exigência de cumprimento de determinados deveres como pressuposto para o exercício do direito de propriedade rural. Constitui, por isso mesmo, uma situação jurídica impositiva e explícita de maior peso e substância. Trata-se, enfim, de um preceito dirigido à essência do direito de propriedade e não apenas a uma prática, uso ou dependência de outra realidade. Enquanto que a função adjetiva a propriedade, a obrigação condiciona sua razão de ser.

Desse modo, propõe-se um texto constitucional afirmativo e coerente com a atual tendência das legislações mais avançadas, consignando-se que ao direito de propriedade de imóvel rural corresponde uma obrigação social.

Consequência da aplicação de tal princípio é o estabelecimento de um conjunto de medidas calcadas em quatro instrumentos: perda sumária, desapropriação por interesse social, indenizações de valor regressivo em relação à área e diferenciação de prazos de resgate dos TDAs. A não-extensão do instituto da Perda Sumária a todos os imóveis rurais que não correspondam a obrigação social representa uma liberalidade do Constituinte.

Na esteira da aplicação desse princípio, propõe-se, nos casos de desapropriação por interesse social para fins de Reforma Agrária, um critério de indenização calcado na real aceção do conceito de indenização. O que é sugerido se fundamenta no fato de tornar indene (sem dano) a propriedade desapropriada ressarciendo seu custo histórico e de investimentos realizados. O atual texto constitucional faz com que a desapropriação de um latifúndio seja tratada juridicamente como uma simples venda compulsória, quando, neste caso, tem o caráter de intervenção corretiva. O texto proposto dirime dúvidas que trouxeram dificuldades operativas e em rg cursos judiciais.

Assim, não é exatamente o preço da terra que será pago na desapropriação, mas, isto sim, ocorrerá uma indenização a ser conferida ao proprietário. Indenizar, no seu sentido preciso, significa deixar indene, sem dano, sem prejuízo. O mais correspondente a premiar o proprietário absentista, dando-lhe uma retribuição pelo seu comportamento anti-social e altamente prejudicial aos interesses coletivos.

Essa angulação para enfocar o tema decorre da compreensão exata da desapropriação por interesse social para fins de Reforma Agrária, e atenta para a fundamental diferença desse instituto com a desapropriação por necessidade ou utilidade pública. Esta se encontra prevista no art. 155, § 22, da Constituição Federal, e aquela no art. 161 da mesma Carta Magna.

Enquanto a desapropriação por interesse social é privativa da União, na outra modalidade estão legitimados a desapropriar, além da União, os Estados e Municípios. Neste caso, o objeto pode ser qualquer bem, enquanto que na desapropriação para fins de Reforma Agrária somente a propriedade territorial rural em condições especiais. A razão da desapropriação por necessidade ou utilidade pública está na conveniência ou interesse do Poder Público. Na Reforma Agrária, a desapropriação incide sobre imóveis cuja forma de utilização é avessa aos valores fundamentais da ordem econômica e social. Nesse caso há um caráter de sanção, em função do interesse coletivo, visando coibir o mau uso ou o simples abandono de imóveis rurais. Além disso, cada uma das modalidades têm uma processualística própria. A desapropriação por necessidade ou utilidade pública está regulada no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, enquanto que a desapropriação por interesse social é disciplinada basicamente pelo Decreto-Lei nº 554, de 25 de abril de 1969. Diferem, ainda, quanto à forma de indenização. Na desapropriação por necessidade ou utilidade pública os critérios são de

ferentes daqueles utilizados na Reforma Agrária. Naquela situação, o desapropriado se vê na contingência de transferir seu bem ao Poder Público muito mais em função do interesse da Administração Pública do que em decorrência de ato ou omissão de sua parte. Na desapropriação por interesse social para fins de Reforma Agrária, cuja indenização é fixada em títulos da dívida agrária, a União, ao desapropriar, age no interesse de toda a coletividade sobre a propriedade que não corresponda à obrigação social a ela imposta em benefício de toda a coletividade. Assim atuando na propriedade rural que não cumpre com sua obrigação social, a União, ainda assim, indeniza o proprietário, atendendo, porém, a parâmetros bastante diferenciados.

Nessa linha, propõe-se como teto máximo de indenização o valor cadastral dos traços honrados pelo proprietário. O dispositivo proposto elimina dúvidas e interpretações como as que motivaram a declaração de inconstitucionalidade de parte substancial do Decreto-Lei nº 554/69. A proposta encontra guarida em alguns outros exemplos na seara jurídica e tem respaldo no histórico voto do Ministro Francisco Resek no Recurso Extraordinário julgado em 19.08.1985, pelo Supremo Tribunal Federal (constante da Revista dos Tribunais, nº 581, p.245).

Cabe salientar que, desde os debates da Constituição de 1946 é reconhecido que a "propriedade imobiliária tem os limites que forem estabelecidos na legislação civil" (Atílio Vivacqua). As leis de locação que tanto se discute hoje, constituem, em si, o exemplo dessas restrições.

O aumento da concentração fundiária e a proliferação dos imóveis rurais gigantes levou à necessidade de conceber mecanismos para a limitação de área através da figura do latifúndio por dimensão criada pelo Estatuto da Terra.

Nessa linha, a proposta aqui manifestada aperfeiçoa e delimita com maior rigor esse instrumento. Para tanto, propõe a fixação da área máxima em 60 (sessenta) módulos que justifica-se em razão de extrema concentração da propriedade fundiária observada no País. De acordo com dados do Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA (1985), os imóveis com área aproveitável superior a 50 (cinquenta) módulos fiscais, apesar de representarem tão somente 0,5% (meio por cento) do total de imóveis rurais cadastrados no País, se apropriam de uma área de mais de 100 (cem) milhões de hectares, área essa superior à soma da superfície dos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, bem como ao somatório dos territórios de vários países da Europa. Além disso, entidades representativas na questão agrária, como CONTAG, CNBS e, entre outras, as próprias associações de engenheiros agrônomos, de reconhecida credibilidade técnica, defendem esse limite.

Por outro lado, a eficácia da Reforma Agrária também está vinculada ao processamento rápido das desapropriações. Deve-se ter sempre em conta que a desapropriação por interesse social para fins de Reforma Agrária consiste em medida sancionadora de imóvel rural que não esteja cumprindo com sua obrigação social. Isso corresponde afirmar que a ação da União, nessa hipótese, se faz em atendimento ao interesse geral da coletividade, recaindo sobre o proprietário omissivo ou negligente. O atual trâmite administrativo e judicial das desapropriações exige, por consequência, aprimoramento. O aperfeiçoamento sugerido está na previsão no texto constitucional de que a declaração de interesse social para fins de Reforma Agrária opera automaticamente a inibição da União na posse do imóvel. Além disso, sugere-se que a contestação do ato restrinja-se apenas ao "quantum" indenizatório. Tal proposta se fundamenta no caráter discricionário do ato administrativo praticado e na delegação política que a Constituição pode fazer por tal dispositivo, ao Presidente da República.

Medida conetânea com as demais aqui propostas está a suspensão dos despejos. A proposição objetiva resguardar direitos de agricultores que mantêm a posse transitória de terra alheia. Tenta, também, impulsionar a realização da Reforma Agrária, dando que irá assegurar a permanência no plebe dos que a cultivam, de todos os parceiros, arrendatários e outros trabalhadores que mantem

nam relações de produção com o titular do domínio do imóvel, ainda que indiretamente.

As medidas aqui propostas não se descuidam dos pequenos proprietários, seguindo, aliás, a orientação do próprio Estatuto da Terra. Para isso, propõe-se fixar que estão isentos de desapropriação para Reforma Agrária os imóveis rurais explorados direta e pessoalmente pelo trabalhador, até 3 (três) módulos regionais de exploração agrícola. Tal dispositivo protege o patrimônio mínimo individual e familiar, proporcionando-se, por outra parte, o acesso à posse da terra na mesma região onde o beneficiário potencial habita. Explicita-se, ainda, o reconhecimento às formas associativas de propriedade da terra agrícola, essencial ao atendimento de uma realidade nacional que já incorpora esse tipo de domínio.

Sugere-se, também, a outorga do Direito Real de Uso da Superfície, para evitar a irreversibilidade que traz o título de domínio. A concessão é restrita a pessoas físicas e aos nacionais e é fixado o limite de área, com exceção para cooperativas resultantes do processo de Reforma Agrária.

No bojo de tais ações, procura-se, ao mesmo tempo, evitar a desnacionalização do território, criando restrições à aquisição de extensões de terras cuja apropriação por estrangeiros é incompatível com a soberania do País.

Dado que a redistribuição da terra é elemento fundamental, mas não isolado e exclusivo, no processo da Reforma Agrária, recomenda-se a adoção de princípio destinado a garantir condições de apoio financeiro e técnico para os que utilizem adequadamente a terra, como se encontra no articulado proposto. Além disso, simultaneamente, reputa-se relevante fixar a impenhorabilidade dos imóveis rurais até 3 (três) módulos regionais de exploração agrícola.

O articulado aqui sugerido atenta, ainda, para a reivindicação dos camponeses cujas terras foram desapropriadas para construção de barragens e outras obras públicas. Tais atividades do Poder Público precisam ser disciplinadas de modo a evitar que se sobreponha ao interesse social.

Embora a matéria pertinente à cobrança da Contribuição de Melhoria pode melhor situar-se em outro Capítulo da futura Constituição, sugere-se incluir tal instrumento até hoje não utilizado como mecanismo de pressão social para evitar a concentração fundiária, juntamente com o Imposto Territorial Rural e o imposto sobre a Renda.

Propõe-se, na mesma toada, que a posse pacífica, provisória (sem ônus de permanência) e motivada por limite de sobrevivência seja reconhecida como uma realidade a merecer tratamento constitucional, como concluiu o I Congresso Nacional do PMDB.

O texto propõe aperfeiçoar o instituto de usucapião "pro labore", mantendo, como é da tradição constitucional, a garantia da legitimação de posse para aqueles que tornarem produtivas, com seu trabalho e de suas famílias, terras públicas.

Por último, a proposta constante do art. 15 permite a implementação imediata da Reforma Agrária até que a legislação ordinária determine a dimensão do "módulo regional de exploração agrícola", conceito introduzido por este articulado. O objetivo é utilizar provisoriamente o dimensionamento modular em vigor na legislação atual para a classificação dos imóveis rurais.

ENTIDADES RESPONSÁVEIS.

- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (CONTAG);
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA (ABRA)
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT)

COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

EMENDA POPULAR Nº PE 53, de 1987

"Dispõe sobre reforma agrária, política agrícola e fundiária"

Entidades Responsáveis.

- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura;
- Associação Brasileira de Reforma Agrária, e
- Comissão Pastoral da Terra.

Relator: Constituinte BERNARDO CABRAL

Liderada pela CONTAG, com o apoio de várias outras entidades associativas, a presente emenda, subscrita por 614.023 eleitores, tem por finalidade a inclusão, na futura Carta, de dispositivos atinentes à reforma agrária e à política agrícola e fundiária.

Como, nesta fase dos trabalhos, compete a este Colegiado analisar a proposta apenas em seus aspectos formais e considerando que a iniciativa sob exame, segundo informações da Secretaria, atende às exigências previstas no art. 24 do Regimento Interno para sua regular tramitação, meu parecer é no sentido de que esta Comissão se manifeste pelo recebimento da Emenda Popular nº PE 00052-1, reservada a apreciação de mérito para a ocasião própria.

EMENDA PE00053-9
EMENDA 1P20729-1

igual emenda a = 502

ADELAIDE PINTO DA SILVA E OUTROS
 EMENDA POPULAR - PLENÁRIO
 DATA 18/1/83

EMENDA Nº POPULAR

J. Inclui, onde couber, no Capítulo II (Da Política Agrícola, Fundiária e da Reforma Agrária), do Título VIII (Da Ordem Econômica e Financeira), os seguintes dispositivos

"Art. 1º - Ao direito de propriedade de imóvel rural corresponde uma obrigação social.

§ 1º - O imóvel rural que não corresponder à obrigação social será arredatado mediante a aplicação dos institutos da Perda Social e da Desapropriação por Interesse Social para fins de Reforma Agrária.

§ 2º - A propriedade de imóvel rural corresponde à obrigação social quando, simultaneamente

- é racionalmente aproveitado,
- conserva os recursos naturais renováveis e preserva o meio ambiente,
- observa as disposições legais que regulam as relações de trabalho e de produção e não motiva conflitos ou disputas pela posse ou domínio,
- não excede a área máxima prevista como limite regional,
- respeita os direitos das populações indígenas que vivem nas suas imediações.

§ 3º - O imóvel rural com área superior a sessenta (60) módulos regionais de exploração agrícola terá o seu domínio e posse transferidos, por sentença declaratória quando permanecer totalmente inexplorado, durante três (03) anos consecutivos, independentemente de qualquer indenização.

§ 4º - Os demais imóveis rurais que não corresponderem à obrigação social serão desapropriados por interesse social para fins de Reforma Agrária, mediante indenização paga em títulos de dívida agrária, de valor por hectare e líquider inversamente proporcionais à área e à obrigação social não atendida, e com prazo diretamente proporcional aos mesmos fatores.

Art. 2º - A indenização referida no art. 1º, § 4º, significa tornar sem dano unicamente em relação ao custo histórico de aquisição e dos

investimentos realizados pelo proprietário, seja da terra mas, seja de benfeitorias, e com a dedução dos valores correspondentes a investimentos públicos e débitos em aberto com instituições oficiais.

§ 1º - Os títulos de dívida agrária são resgatáveis no prazo de vinte anos, a partir do quinto ano, em parcelas anuais sucessivas, assegurada a sua acatlação, a qualquer tempo, como meio de pagamento de até cinquenta por cento do imposto territorial rural e como pagamento do preço de terras públicas.

§ 2º - A declaração de interesse social para fins de Reforma Agrária opera automaticamente a inissão da União na posse do imóvel, permitindo o registro da propriedade. Qualquer contestação na ação própria ou em outra medida judicial somente poderá versar sobre o valor depositado pelo expropriante.

§ 3º - A desapropriação de que fala este artigo se aplica tanto à terra mas quanto às benfeitorias indenizáveis.

Art. 3º - O imóvel rural desapropriado por Interesse Social para fins de Reforma Agrária será indenizado na proporção da utilidade que representa para o meio social e que tem como parâmetros os tributos honorários pelo proprietário.

Parágrafo Único - A desapropriação de que trata este artigo é de competência exclusiva da União, e poderá ser delegada através de ato do Presidente da República.

Art. 4º - Ninguém poderá ser proprietário, direta ou indiretamente, de imóvel rural, de área contínua ou descontínua, superior a sessenta (60) módulos regionais de exploração agrícola, ficando o excedente, mesmo que corresponda à sua obrigação social, sujeito a desapropriação por interesse social para fins de Reforma Agrária.

Parágrafo Único - A área referida neste artigo será considerado pelo conjunto de imóveis rurais de um mesmo proprietário no País.

Art. 5º - Durante a execução da Reforma Agrária ficam suspensas todas as ações de despejos e de reintegração de posse contra arrendatários, parceiros, posseiros e outros trabalhadores rurais que mantenham relações de produção com o titular do domínio da gleba, ainda que indiretamente.

Art. 6º - Estão excluídos de desapropriação por interesse social para fins de Reforma Agrária os imóveis rurais direta e pessoalmente explorados em dimensão que não ultrapasse a três (03) módulos regionais de exploração agrícola.

§ 1º - É dever do Poder Público promover e criar as condições de acesso do trabalhador à propriedade da terra economicamente útil, de preferência na região em que habita, ou, quando as circunstâncias urbanas ou regionais o aconselharem, em zonas plenamente ajustadas, na forma que a lei vier a determinar.

§ 2º - O Poder Público reconhece o direito à propriedade da terra agrícola na forma cooperativa, condominial, comitêria, associativa, individual ou mista.

Art. 7º - Terras públicas da União, Estados, Territórios e Municípios somente serão transferidas a pessoas físicas brasileiras que se qualifiquem para o trabalho rural mediante concessão de Direito Real de Uso da Superfície, limitada a extensão a um módulo regional de exploração agrícola, excetuados os casos de cooperativas de produção originárias do processo de Reforma Agrária e ressalvadas as hipóteses previstas nos arts. 13 e 14.

Art. 8º - Pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras não poderão possuir terras no País cujo estatuto, ainda que por interposta pessoa, seja superior a três (03) módulos regionais de exploração agrícola.

Art. 9º - Aos proprietários de imóveis rurais de área não excedente a três (03) módulos regionais de exploração agrícola que os cultivem, explorem diretamente, nela residem e não possuam outros imóveis rurais e aos beneficiários da Reforma Agrária, serão asseguradas as condições de apoio financeiro e técnico para que utilizem adequadamente a terra.

Parágrafo Único - É insuscetível de penhora a propriedade rural até o limite de três (03) módulos regionais de exploração agrícola, incluída a sua sede, explorada diretamente pelo trabalhador que nela reside e não possua outros imóveis rurais. Nesse caso, a garantia pelas obrigações limitar-se-á à safra.

Art. 10º - A desapropriação por utilidade pública dos imóveis rurais mencionados no artigo 9º somente poderá ser feita, se assim preferir o expropriado, mediante permuta por área equivalente situada na região de influência da obra retribuidora da ação.